



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

Leonardo Tadeu Dos Santos

**“APRUMA O CORPO E BATA CONTINÊNCIA COMO HOMEM”: A  
VIDA LABORAL DE HOMOSSEXUAIS NO CORPO DE  
BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2019

Leonardo Tadeu dos Santos

**“APRUMA O CORPO E BATA CONTINÊNCIA COMO HOMEM”: A  
VIDA LABORAL DE HOMOSSEXUAIS NO CORPO DE  
BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção de título de Mestre em Administração.

Orientadora: Dra. Cristiana Trindade Ituassu

Área de concentração: Estudos Organizacionais & Sociedade

Belo Horizonte

2019

Ficha catalográfica

S237a Santos, Leonardo Tadeu dos.  
2019 “Apruma o corpo e bata continência como homem”  
[manuscrito]: a vida laboral de homossexuais no Corpo de  
Bombeiros Militar de Minas Gerais / Leonardo Tadeu dos Santos.  
– 2019.  
135 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Cristiana Trindade Ituassu.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas  
Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.  
Inclui bibliografia (f.118-131) anexo e apêndice.

1. Trabalhadores – Minas Gerais - Teses. 2. Bombeiros –  
Minas Gerais - Teses. 3. Homossexuais - Emprego – Minas  
Gerais - Teses. 4. Administração – Teses. I. Ituassu, Cristiana  
Trindade. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de  
Pós-Graduação e Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 331.11098151

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG. – FPS 060/2019



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Ciências Econômicas**  
**Departamento de Ciências Administrativas**  
**Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO do Senhor **LEONARDO TADEU DOS SANTOS**, REGISTRO N° 672/2019. No dia 26 de fevereiro de 2019, às 14:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 05 de fevereiro de 2019, para julgar o trabalho final intitulado "**Apruma o corpo e bata continência como homem: A vida laboral de homossexuais no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais e Sociedade**. Abrindo a sessão, a Senhora Presidente da Comissão, Prof. Dr. Cristiana Trindade Ituassu, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

APROVAÇÃO;

APROVAÇÃO CONDICIONADA A SATISFAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO VERSO DESTA FOLHA, NO PRAZO FIXADO PELA BANCA EXAMINADORA (NÃO SUPERIOR A 90 NOVENTA DIAS);

REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Senhora Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2019.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Cristiana Trindade Ituassu.. *Cristiana Ituassu*.....  
ORIENTADORA (CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Alexandre de Pádua Carrieri..... *Alexandre Carrieri*.....  
(CEPEAD/UFMG)

Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza..... *Eloisio Moulin de Souza*.....  
(Universidade Federal do Espírito Santo/ES)

Muda, que quando a gente muda  
o mundo muda com a gente.

A gente muda o mundo na  
mudança da mente.

E quando a gente manda ninguém  
manda na gente!

Na mudança de atitude não há  
mal que não se mude nem doença  
sem cura.

Na mudança de postura a gente  
fica mais seguro.

Na mudança do presente a gente  
molda o futuro!

(Gabriel, o pensador)

## AGRADECIMENTOS

A realização de um mestrado é possível por meio de um esforço conjunto. Ao longo dessa caminhada, foram várias pessoas que me apoiaram e me incentivaram a seguir esse meu sonho. Não é possível nominar todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram comigo. Entretanto, quem esteve comigo sabe da sua contribuição.

Agradeço a Deus pela força e discernimento necessário para vivenciar todas as dificuldades enfrentadas até aqui. Desde o esforço para a realização da prova da ANPAD, em 2016, até a defesa, em 2019, foram muitos momentos de dedicação, dúvidas e fé.

Agradeço, muitíssimo, minha família pelo apoio e amor incondicional. Em especial um agradecimento a minha irmã, Lorena Isis dos Santos, por ter sido, e ser, meu porto seguro nos momentos mais conturbados. Amo todos vocês!

Agradeço meus amigos do CEPEAD que fizeram mais leve essa jornada. Amigos do mestrado e doutorado que foram companheiros, conselheiros e autores das mais gostosas risadas. E lágrimas. Ter a amizade de vocês fez do mestrado uma oportunidade de ser mais humano, se sentir querido e de se fazer sentir querido. Muito obrigado!

Agradeço os meus professores, dos mais variados departamentos, que ajudaram a me construir enquanto mestre. A sabedoria e a paciência de vocês foram essenciais nesse processo. Admiro e sou grato a vocês pela dedicação dispensada na minha formação.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa, que muito me auxiliou nos estudos. Os investimentos em educação por parte do governo federal são uma forma de incentivo e acesso ao futuro. Muito obrigado!

Agradeço a minha orientadora Cristiana Trindade Ituassu e ao professor Rafael Diogo Pereira. O auxílio e paciência dispensados a mim foram essenciais para a construção desse trabalho e para minha formação.

E, por fim, agradeço a mim. Agradeço a minha pessoa pelo esforço e dedicação; por procurar cuidar de mim mesmo; de respeitar meus limites e por me permitir crescer tanto nesse processo.

## RESUMO

Neste estudo, busquei discutir acerca da sexualidade de bombeiros gays, evidenciando seus enunciados e seus efeitos de verdade. Mais especificamente os enunciados e verdades em torno da masculinidade e heteronormatividade – ou não – desses sujeitos em seu contexto de trabalho. Assim, meu intento foi o de trazer e aflorar os mais variados discursos que permeiam a questão da masculinidade e heteronormatividade na vida desses bombeiros: discursos do trabalho, da família, da religião, política etc. O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) conta com uma história de 106 anos, repleta de desafios e conquistas e desfila como uma das instituições públicas mais admiradas e respeitadas pela sociedade civil. Dessa forma, busquei evidenciar como, ao longo de sua história, o Corpo de Bombeiros mineiro construiu um discurso voltado para a valorização e criação de uma imagem de bombeiros másculos e heteronormativos. Para tanto, na construção teórica, eu me baseei nos escritos de Michel Foucault usando os conceitos de poder, discursos e seus efeitos nas organizações. Na construção da metodologia, também baseada no filósofo Michel Foucault, busquei construir uma metodologia artesanal a qual me permitiu a busca e a mineração dos dados que julguei serem mais importantes para entender o tema proposto. O resultado é um emaranhado de discursos, muito dos quais desconexos, que (re)constroem e (re)afirmam uma imagem máscula, heteronormativa e heroica dos bombeiros.

**Palavras-chave:** Masculinidade; Heteronormatividade; Bombeiros; Estudos Organizacionais.

## **ABSTRACT**

In this study, I sought to discuss the sexuality of gay firemen, highlighting their statements and their true effects. More specifically the statements and truths surrounding the masculinity and heteronormativity- or not- of these subjects in their work context. Thus, my intention was to bring and bring up the most varied discourses that permeate the question of masculinity and heteronormativity in the life of these firemen: discourses of work, Family, religion, politics. The Minas Gerais Military Fire Brigade (CBMMG) has a history of 106 years, full of challenges and achievements and parades as one of the most admired public institutions and respected by civil society. In this way. I tried to show how, throughout its history, the fire department of Minas Gerais has built a discourse focused on the valorisation and creation of an image of firemen and heteronormativity. For this, in the theoretical construction I based on the writings of Michel Foucault using the concepts of power, discourses and their effects on organizations. The construction of the methodology, also based on the writings of the philosopher Michel Foucault, sought to construct a artisanal methodology in which I allowed the search and mining of the data that I thought were more important to understand the proposed theme. The result is a tangle of discourses, many which are disconnected, that (re)construct and (re)affirm a masculine, heteronormative and heroic image of firefighters.

**Keywords:** Masculinity; Heteronormativity; firemen; Organizational Studies.

## **LISTA DE IMAGENS**

IMAGEM 1 – Vista frontal do quartel da Força Pública

IMAGEM 2 – Estado de Minas: “Violento incêndio irrompeu no quartel”

IMAGEM 3 – Incêndio na década de 1940

IMAGEM 4 – Tropas no pátio do quartel de bombeiros na rua Piauí

IMAGEM 5 – A primeira turma de mulheres no CBMMG

IMAGEM 6 – Soldados batendo continência, década de 1940

IMAGEM 7 – Cadetes do corpo de alunos do curso de formação dos oficiais do CBMMG

IMAGEM 8 – Órfão de bombeiro

IMAGEM 9 – Memorial dos heróis

IMAGEM 10 – Helicóptero do CBMMG

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Expansão do CBMMG na década de 1980

TABELA 2: Edital do concurso PMPR

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1: Divisão hierárquica de cargos e funções do CBMMG

## SUMÁRIO

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| 1 Introdução.....                                        | 1   |
| 2 Problematização.....                                   | 5   |
| 3 Objetivo Geral.....                                    | 9   |
| 3.1 Objetivos específicos.....                           | 9   |
| 4 Referencial teórico.....                               | 10  |
| 4.1 Poder, saber e sexualidade.....                      | 10  |
| 4.2 “ Apruma o corpo e bata continência como homem”..... | 20  |
| 4.3 Bombeiro ou herói?.....                              | 36  |
| 5 (Des)caminhos percorridos.....                         | 48  |
| 6 Hierarquia, disciplina e corpo.....                    | 57  |
| 7 Das normas aos heróis.....                             | 73  |
| 8 A farda ou manto sagrado?.....                         | 92  |
| 9 Heróis afeminados?.....                                | 102 |
| 10 Considerações finais.....                             | 114 |
| 11 Referências bibliográficas.....                       | 118 |





## 1. Introdução

As sexualidades têm ganhado espaço e grande repercussão nos debates sociais, políticos e acadêmicos no Brasil. Concomitantemente a esses debates, as sexualidades têm sido alvo de uma série de estudos na academia brasileira, seja nos campos de conhecimento de psicologia, literatura, ciência política, sociologia e, até mesmo, nas ciências administrativas.

Na Administração, as sexualidades têm sido debatidas nos estudos de Recursos Humanos, Marketing e, principalmente, nos Estudos Organizacionais, por exemplo nos estudos de Capelle (2006), Ferreira *et al* (2015), Garcia e Souza (2010), Carrieri, Souza e Aguiar (2014), Caproni, Bretas e Saraiva (2015). Segundo Nunes (2018), no campo dos Estudos organizacionais, as sexualidades têm sido abordadas, predominantemente, em relação à violência, ao assédio moral e à homofobia em organizações.

Nesse sentido, esta pesquisa busca investigar e contribuir para os estudos organizacionais discutindo questões sobre sexualidades no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, mais especificamente a vivência de bombeiros gays em relação à heteronormatividade e às masculinidades em seu ambiente de trabalho. Num primeiro momento, pode parecer estranha a abordagem dessa temática em um mestrado em Administração. Entretanto, a sexualidade é um elemento importante ao se pensar nas organizações e em seus formatos de gestão e funcionamento (NUNES, 2018).

Pesquisas nessa temática são consideradas de extrema relevância para os estudos organizacionais no que tange ao entendimento da complexidade e funcionamento das organizações. Foucault (1988) também evidencia o caráter político da sexualidade, que pode ser, nos dias atuais, percebido nos feixes discursivos que se entrelaçam entre sexualidade e as eleições políticas de 2018.

A relevância de estudar uma instituição militar também se dá pelo fato de que, segundo Schmitt, Costa e Moretto (2012), existem poucos estudos sobre a administração em ambientes militares, mesmo havendo uma diversidade de pontos convergentes entre o desenvolvimento de estudos militares e a sua influência nos estudos da área da administração e vice-versa. Dessa forma, apesar de muitos pontos em comum, os estudos militares e administrativos têm sido pouco abordados de maneira conjunta. Schmitt, Costa e Moretto (2012) chamam atenção para as carências de estudos voltados para as especificidades militares, tais como relações entre estratégia e estrutura, especialização produtiva do seu capital humano, logística e operações.

Entretanto, sequer são citados estudos organizacionais que busquem um maior entendimento crítico sobre o ordenamento dessas instituições, ou investigações relacionadas à sexualidade dentro dessas organizações.

Sendo assim, segundo Schmitt, Costa e Moretto (2012), desvendar a administração/gestão em ambientes militares requer um esforço para além do entendimento dos processos operacionais. Dessa forma, o que busco nessa dissertação é investigar sujeitos. Mais especificamente como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas em trajetórias laborais de homossexuais no CBMMG (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais).. O que me interessa é descortinar e evidenciar como as relações de poder foram tecidas e investidas em bombeiros gays no tocante ao exercício, ou não, de uma heterossexualidade e masculinidade hegemônica.

Partindo do pressuposto de que a sexualidade está imersa pelas relações de poder, seguir os caminhos foucaultianos acerca de relações de poder parece interessante. Assim, busco investigar a heterossexualidade e a masculinidade em um plano microfísico e discursivo. Essa modalidade de investigação implica desdobramentos necessários para destrinchar essas relações de poder.

Assim, busquei analisar o contexto e as condições do surgimento de discursos, as positivities e negatividades decorrentes deles e os regimes de verdades criados em torno desses bombeiros e de suas práticas rotineiras. Nesse movimento, tive o cuidado de pesquisar elementos importantes que serviram e servem de âncoras para esses discursos (como a importância do trabalho, da família, da religião, questões políticas do atual momento etc.), visto que, na perspectiva foucaultiana, os discursos sempre se sustentam em outros e nunca reverberam no vazio. Esses elementos destacados foram, e ainda continuam sendo, essenciais nas formações discursivas e na constituição desses sujeitos enquanto bombeiros gays.

Nessa seara, os discursos emergem como elemento central. Os discursos, segundo Pereira (2014), são o que conferem materialidade e plasticidade ao poder. Entendo o discurso para além de questões gramaticais e que, como construção social e inerentemente política, tem característica de função social. Alinhando-me ao entendimento foucaultiano de discurso, esse estudo toma os discursos como historicamente situados e capazes de (re)produção de objetos sociais, como normas, crenças e valores tidos verdadeiros (PEREIRA, 2014).

A (re)construção de normas sociais por meio dos discursos se torna essencial e necessária para investigar o que me proponho nesta pesquisa. Para tal, entendo normas como verdadeiras convenções sociais que têm a capacidade de legitimar ou deslegitimar crenças, práticas e, até mesmo, sujeitos. As normas, quando pensadas juntas à sexualidade, nos dão caminhos importantes para entender como os sujeitos são diferenciados, classificados e hierarquizados dentro do CBMMG segundo sua orientação e expressão sexual.

Discutir as normas e seus efeitos, seja na sociedade ou nos corpos, muitas vezes nos remete aos estudos de biopolítica realizados por Foucault. Junto com os estudos sobre biopolítica, Preciado (2011) propõe o conceito de sexopolítica, que seria uma das ações da biopolítica em que existe uma clara junção entre sexo e política num intuito de administrar verdadeiras populações. Esse caminho, apesar de ser interessante e enriquecedor, não será abordado na presente investigação. Seguindo os passos de Foucault, irei abordar as questões da sexualidade num plano microfísico e ligado às normas.

Neste ponto, tomo o cuidado de afirmar que reconheço a importância e a centralidade da discussão acerca da biopolítica. A biopolítica é sustentada por diversas práticas, sendo uma das principais a norma. Entretanto, por questões de maior alinhamento e delimitação da temática num plano micro, deter-me apenas às normas se torna mais interessante.

Retomando a discussão sobre as normas, a heteronormatividade é uma norma<sup>1</sup> voltada para o estabelecimento de práticas heterossexuais como normais. A masculinidade hegemônica, na mesma lógica, é vista como a masculinidade normal e aceitável. Assim, ao longo dos capítulos teóricos, busco aprofundar esse debate e problematizar como essas normas sociais recaem sobre os bombeiros gays.

Para tal, busquei construir um caminho metodológico baseado nos escritos de Foucault e que me permitia a liberdade de identificar elementos, discursos, notícias, imagens, documentos jurídicos e históricos que construíram os sentidos, as normas e as verdades que recaem sobre os sujeitos em questão.

<sup>1</sup> A heteronormatividade, mesmo que nesse estudo seja pensada como uma norma, pode ser abordada de maneira tal que não seja entendida como uma norma. Indico leitura do artigo “ A teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização de Richard Miskolci

Nesse intuito, por meio de uma série de entrevistas, documentos antigos e atuais, consegui reunir um pequeno acervo do que foi e do que têm sido a história dos bombeiros militares de Minas Gerais. Esses elementos me deram pistas importantes de como a heterossexualidade e a masculinidade são (re)forçadas na instituição, mesmo que, num primeiro momento, essa

temática pareça invisível. O esforço foi descortinar e trazer à tona como esses elementos se fazem – muito – presentes na instituição.

Vale destacar que este trabalho se alinha a uma abordagem antiessencialista, que busca compreender a complexidade de um sujeito descentrado, que se constitui por meio de discursos, considerando a sua localização no tempo e no espaço. Isto posto, é importante afirmar que este trabalho se aproxima da abordagem ontoepistêmica do pós-estruturalismo. Segundo Peters (2000), o pós-estruturalismo se relaciona com um conhecimento localizado, sem a pretensão universalista e a busca de leis gerais. Dessa forma, é importante afirmar que a abordagem desconstrutivista e antiessencialista, que valoriza o discurso e foi adotada nesse estudo, apresenta pontos em comum com a corrente de pensamento pós-estruturalista.

Ao trabalhar as relações de poder numa perspectiva foucaultiana, e por questões de um melhor alinhamento, este trabalho se apropria da proposta elaborada pelo autor de uma “ontologia histórica de nós mesmos” (FOUCAULT, 2011). O conceito de ontologia histórica de nós mesmos foi enunciado por Foucault pela primeira vez no ano de 1983, durante a primeira aula do curso de *governo de si e dos outros* (FURTADO, 2015). A característica fundante da ontologia histórica de nós mesmos é a constante interrogação sobre a atualidade; as transformações do momento presente em reflexões filosóficas que buscam entender como nos constituíram como sujeitos, como se constituíram as relações de poder e as morais dessas relações (FOUCAULT, 2008; 1995; 2005; 2011); e, por fim, segundo Pereira (2011), sobre caminhar em direção a uma *ontologia historicizada*. Foucault (1994b) afirma que essa ontologia:

Não deve ser considerada como uma teoria, uma doutrina, ou mesmo um corpo permanente de saber acumulativo; deve ser concebida como uma atitude, um ethos, uma vida filosófica na qual a crítica do que somos é ao mesmo tempo a análise dos limites que nos são impostos (Foucault, Dits et Écrits I, p. 574).

Dando seguimento, busco no próximo tópico contextualizar e problematizar o objeto de estudo no campo das Ciências Administrativas e na sociedade.

## 2. Problematização

Os estudos sobre sexualidade na administração, como ressaltado na introdução, estão ganhando espaço. Dentre eles, poucos abordam questões voltadas para a masculinidade e heteronormatividade como os estudos de Carrieri *et al* (2013), Eccel, Saraiva e Carrieri (2015), Garcia e Souza (2010), Irigaray e Freitas (2013), Moulin e Pereira (2013), Moura, Nascimento e Barros (2017).

Antes de adentrar nessa discussão, julgo importante fazer uma ressalva relacionada aos termos “homossexual” e “gay” usados aqui. Apesar de Eccel e Flores-Pereira (2008) terem discutido as diferenciações entre esses dois termos, neste trabalho entendo os dois como sinônimos em busca de evitar uma repetição exagerada dos termos e, também, pelo fato de que no dia a dia os termos são usados como sinônimos.

Pensar a relevância de um estudo sobre heteronormatividade e masculinidade vivenciadas por bombeiros militares gays passa por uma série de questões. Assim, para além da relevância, é necessário problematizar e entender como essas questões têm se dado na sociedade brasileira e no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Analisando, primeiramente, em um nível mais amplo, é possível encontrar diversos dados acerca de homofobia (temática que tangencia questões de heteronormatividade e masculinidade) que nos mostram um cenário marcado por violência e discriminação. Em um segundo momento, é interessante aproximar esse amplo cenário para a realidade dos Corpos de Bombeiros Militares.

Pensando em um cenário macro, segundo pesquisas do Relatório de violência homofóbica no Brasil do ano de 2013 da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, foram registradas cerca de 1.695 denúncias de 3.398 violações relacionadas à população LGBTTI, envolvendo 1.906 vítimas e 2.461 suspeitos. Assim, em 2013, 5,22 pessoas foram vítimas de violência homofóbica por dia. Vale ressaltar que, segundo Mott e Cerqueira (2000), nem sempre os dados sobre crimes homofóbicos são confiáveis, visto que muitos deles não são contabilizados por medo e falta de denúncia. Dessa forma, estima-se que os números reais de crimes sejam maiores do que os registros públicos.

O Relatório de violência homofóbica no Brasil do ano de 2013 da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos traz alguns dados importantes quando pensado em paralelo aos bombeiros entrevistados, tais como: 54,5% das vítimas de homofobia têm entre 18 e 30 anos (faixa etária dos entrevistados); o local de ocorrência de violações se concentra na rua (26,8%), na casa da vítima (25,7%), no local de trabalho (5,8%) e na igreja (1,4%), que são os espaços e os discursos mais citados nas entrevistas; em relação aos tipos de violação, 36,4% são de caráter psicológico (humilhações, hostilização, calúnia, injúria, difamação, perseguição, chantagem e infantilização), 36,5% constituem atos discriminatórios que são comumente relatados nas entrevistas e 14,4% de violência física, ausente nos relatos obtidos para esta pesquisa.

Ainda me baseando nos dados do relatório, faz-se importante destacar que Minas Gerais é o terceiro estado com maior número de homicídios de LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros), com 8,4% dos casos nacionais. O acesso à justiça, por denúncias de crimes homofóbicos, é bem dificultado. A inexistência de uma legislação específica para crimes contra a população LGBTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos), assim como a baixa operacionalidade do aparato estatal (departamento, órgão ou instituições) que registre os crimes contra vítimas homossexuais é um empecilho para acionar a justiça e para a criação de políticas públicas que combatam esse tipo de violência (MOTT; CIQUEIRA, 2003). Uma breve busca no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG, 2017) nos permite levantar processos criminais, como no anexo I, que revelam que discursos pejorativos não são considerados práticas homofóbicas e discriminatórias.

Nesse cenário, ressalta-se, conforme Mott e Ciqueira (2003), que o papel da justiça inclui não apenas crimes comuns, mas também os crimes homofóbicos. Conforme o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção, de tal forma que esse papel é assegurar aos cidadãos sentenças justas e que reconheçam as particularidades de crimes contra LGBTTI (BRASIL, 1988).

Aproximando esse cenário do contexto dos militares e, portanto, também dos bombeiros, a sexualidade é considerada um tabu, e esse assunto é evitado dentro dessas organizações (LEITE, 2015). Esse tabu criado em torno da sexualidade dentro do CBMMG influencia diretamente na construção da subjetividade e das vivências relacionadas a uma imagem heteronormativa e máscula dos bombeiros.

Autores como Santos (2011), Kimmel e Aronson (2005) e Woodward (2000) afirmam que o militarismo é uma das expressões mais fortes da masculinidade e que muitas das vezes os militares são vistos como verdadeiros “guerreiros” e “machos”. Foucault (1986) dedica uma parte de seu esforço a descrever como os corpos dos soldados agiam e se comportavam de maneira rígida, disciplinada e bruta, passando uma ideia de homens másculos e heteronormativos.

Portanto, nos ambientes militares, a virilidade é uma característica esperada pelos sujeitos. Um exemplo objetivo disso foi o concurso da Polícia Militar do Paraná em que se exigia dos candidatos “masculinidade” (JORNAL G1, 2018). Assim, faz-se importante problematizar e questionar até que ponto essas características são centrais no dia a dia de um bombeiro militar.

Entretanto, apesar de vários entraves, a homossexualidade, nos últimos anos, tem ganhado espaço, e o seu negativismo histórico tem sido lentamente desconstruído. Em 2014, a deputada federal Maria do Rosário, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, propôs o Projeto de Lei PL7582/2014, que propunha a criminalização da homofobia e crimes de ódios contra grupos de migrantes e religiosos. O projeto de lei previa também mudanças nas regras de seleção de soldados para instituições militares, permitindo a entrada de homens gays. A proposta não foi aprovada, mas já é um indicativo de alguma atenção que a questão vem ganhando.

Vale lembrar também que os debates sobre sexualidades, homossexualidade, normas e padrões sexuais têm sido calorosos na atualidade. Essa temática ocupou espaço importante nos debates das eleições políticas de 2018, contando com fortes grupos conservadores e progressistas no país.

Outros movimentos que evidenciam a ascensão da pauta homossexual na agenda política são as mudanças em ambientes militares, como: a abolição de palavras “homem” e “mulher” no regimento interno da Marinha; assim como o veto do Supremo Tribunal Federal (STF) de termos como “homossexual” e “pederastia” do artigo 235 do Código Penal Militar (BRASIL, 1969).

Diante desse cenário exposto e problematizado, algumas indagações surgiram, por exemplo: Como a homossexualidade se insere nos jogos de prescrição e de regulação das experimentações no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais? Como se dão as relações de sexualidade entre os militares? Qual é a influência da masculinidade nesses espaços? Até que

ponto a heteronormatividade é importante dentro dessas instituições? Como esses sujeitos resistem às disputas de reconhecimento dentro da instituição? Essas indagações culminaram na pergunta central dessa pesquisa:

***Como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas em trajetórias laborais de homossexuais no Corpo de Bombeiros Militar?***

Esse problema foi a mola propulsora da pesquisa. Assim, busquei aqui registrar vivências, situações e arranjos sociais que, muitas das vezes, fogem de um discurso coerente. Pelo contrário, ressalto os entraves, os nós e as subjetividades vividas por sujeitos considerados dissidentes frente a normas e enquadramentos que buscam moldar seus corpos e comportamentos.

Portanto, o estudo dessa temática se faz importante no que tange ao fortalecimento da pesquisa sobre sexualidades nos Estudos Organizacionais, assim como no esforço em preencher a lacuna existente entre os estudos administrativos e militares que ainda são escassos e que podem gerar importantes direcionamentos e problematizações para os dois campos de conhecimento.

Dando seguimento, o trabalho é iniciado por essa introdução e seguido de uma pequena problematização da temática da homossexualidade em instituições militares. O referencial teórico está dividido em três tópicos: 1) Poder, saber e sexualidade, no qual busco problematizar esses três elementos de maneira conjunta; 2) “Apruma o corpo e bata continência como homem”, em que são debatidas questões de disciplina, heteronormatividade e masculinidades; e 3) Bombeiro ou herói?, em que discuto a história e a formação do CBMMG.

Em seguida, discuto aspectos metodológicos e os passos tomados para a construção desse trabalho. As análises estão divididas nos seguintes tópicos: 1) Hierarquia, disciplina e corpo, em que busco evidenciar como se dá a vivência desses elementos em um ambiente militar; 2) Das normas aos heróis, em que discuto a construção de uma imagem heroica e os regimes de verdades a eles atrelados; 3) A farda ou o manto sagrado? Em que busco discutir a centralidade e os pontos de contato entre a farda e as relações de heteronormatividade e masculinidade no CBMMG; 4) Heróis afeminados?, cuja discussão gira em torno, diretamente, das experiências, vivências e percepções dos bombeiros em relação à heteronormatividade e masculinidade vigentes no CBMMG. Por último, nas considerações finais, busco recapitular a

construção do trabalho e indicar os principais achados, corroborações e as possibilidades de ampliação do estudo.

### **3. OBJETIVO GERAL:**

Como objetivo geral desta investigação, assume-se o exposto a seguir:

Evidenciar como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas em trajetórias laborais de homossexuais no Corpo de Bombeiros Militar.

#### **3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Este estudo apresenta como objetivos específicos os seguintes:

- 1-** Identificar e analisar discursos e práticas heteronormativas e de valorização da masculinidade hegemônica no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- 2-** Resgatar a trajetória laboral dos bombeiros militares dentro de suas respectivas corporações, analisando práticas de resistências;
- 3-** Evidenciar os símbolos de masculinidade hegemônica e heteronormatividade do CBMMG.

Para atender esses objetivos, o primeiro passo foi discorrer sobre as temáticas que são a base deste estudo, o que é feito a partir do tópico a seguir.

## 4. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados, em subtópicos, os temas que fundamentam a pesquisa.

### 4.1 PODER, SABER E SEXUALIDADE

Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacaños, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter os princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedra (MARECHAL DE SAXE, *Reveries*, 1732, p. 5).

O conceito de poder se encontra em diversos arranjos conceituais e de diferentes perspectivas. Segundo Faria (2003), os estudos sobre o poder têm a característica da interdisciplinaridade e podem ser encontrados em distintos campos do saber, como Psicologia, Sociologia, Ciência Política, História, Economia, Direito e Administração.

Há marcos teóricos bem fundamentados acerca do poder, como os estudos de Weber (2009), Marx (2004) e Bordieu (2001). O poder também foi tema de investigação nos estudos organizacionais, como nas pesquisas de Faria (2003, 2004), Daudi (1986), Alcadipani (2008), Bittencourt Neto (2005), Mintzberg (1983), Pagès (1987) e Pereira, Oliveira e Carrieri (2012). Segundo Daudi (1986), esses estudos podem ser agrupados a partir de duas perspectivas opostas: a conservadora e a radical. A grosso modo, a perspectiva conservadora entende o poder como práticas essenciais para o alcance de legitimidade e autoridade; e a perspectiva radical entende o poder como uma forma de opressão. Dessa forma, segundo Pereira (2014), as duas perspectivas apresentam fortes características de controle, dominação, coerção e repressão.

Sendo assim, em uma tentativa de abordar o poder de uma forma diferente àquela exclusivamente associada ao controle, opressão e dominação, busco nesse tópico discutir o poder na perspectiva foucaultiana e suas implicações nas questões de sexualidade dentro do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Os estudos de Michel Foucault tratam de temas diversos e buscam, segundo Dreyfus e Rabinow (1995), discutir regimes de verdade, relações

de poder e questões de governamentalidade. Frente a uma vasta produção intelectual, é possível, segundo Araújo (2008), encontrar a questão do poder como um elemento comum em todos seus estudos. Ao se debruçar sobre o poder, o filósofo ressalta que é necessário:

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos (FOUCAULT, 1988, p.183).

Assim, é importante ressaltar que o poder, na perspectiva foucaultiana aqui adotada, deve ser pensado como uma teia de relações sendo que, nessa teia, o poder nunca está concentrado em algum ponto. O poder deve ser analisado como elemento que circula de maneira dinâmica; os indivíduos estão em posições de exercer e de sofrer a ação desse poder. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (NUNES, 2018).

Essa característica relacional do poder destacada nos estudos foucaultianos está calcada no entendimento de um poder microfísico. O livro *Microfísica do Poder* traz a discussão do poder para suas extremidades, da forma mais capilar possível. Assim, ao invés de abordar poderes maciços e monumentais, Foucault (1979) busca discutir micropoderes espalhados pelo corpo social e que servem como tentáculos para o macropoder.

Por conseguinte, a abordagem foucaultiana se distancia de outras abordagens sobre a temática do poder, visto que o autor nega um poder único, central e unidirecional, e assevera o caráter capilar e dinâmico das relações de poder, classificações como a de Daudi (1986) entre estudos conservadores e radicais. Dessa forma, Foucault (1977; 1979; 1980; 1995) enfatiza o poder em seu exercício, por meio de métodos e técnicas que são naturalizadas no dia a dia.

Assim como as relações de poder encontram-se pulverizadas, segundo Foucault (2006 a), a utilização de métodos e técnicas está dispersa pelo corpo social e pode variar de acordo com a época e o contexto em que se encontram. Os métodos e técnicas também variam conforme as instituições, assim o exercício do poder entre um professor e um aluno se dá de maneira distinta se comparada ao exercício do poder entre bombeiros de patentes diferentes na hierarquia; o poder exercido entre um agente de trânsito e um motorista apresenta natureza distinta do poder exercido entre um homem e uma mulher, e assim por diante. Em outras palavras, as técnicas e os métodos que permitem o exercício do poder nas relações sociais possuem tecnologias próprias e particularidades conforme o seu contexto.

Entretanto, no intuito de não romantizar e não cair numa interpretação tendenciosa, ressalto que tais relações de poder não devem ser entendidas como formas de dominação total do sujeito. Foucault foi, e tem sido, alvo de críticas no sentido de que seus estudos “matam” o sujeito. Talvez, o fato de evidenciar a existência de poder em todos os campos das relações sociais dá a impressão de um sujeito aprisionado e condicionado às estruturas de poder. Entretanto:

De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável (FOUCAULT, 2006a, p. 232).

Assim, ressalto que, na perspectiva foucaultiana, o sujeito não perde a sua capacidade de agência; ele tem, de fato, espaço para contestar e exercer poder.

As relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multiforme que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante (FOUCAULT, 2006a, p. 232).

Dessa forma, pelo fato do poder se produzir a cada instante e em todas as relações, a resistência também o acompanha.

A resistência pode ser entendida como um processo que, a partir da apropriação do conhecimento que circula em um contexto, gera a emergência de práticas inesperadas, considerando a história até então produzida. Fica claro que o termo “resistência” não se refere apenas a uma lógica puramente opositiva, mas inclui a defesa de saberes, posições, pontos de vista, bem como as realizações e a potencialidade criadora daí decorrentes. Assim, a resistência que ocorre em um determinado espaço social é, também, uma busca de afirmação de outra visão, é defesa de conhecimento, de percepções e de construções (MISOCZKY; FLORES, BÖHM, 2008, p. 185).

Assim, é importante entender que as resistências não são apenas formas de contradizer e se opor, mas sim maneiras de refletir e incomodar as normas. Os pontos nodais de resistências estão espalhados por toda teia do poder. Entretanto, como já dito antes, esses pontos não são grandiosos e centralizados; pelo contrário, é necessário pensar as resistências no plural, de maneira rotineira, planejada, ao acaso, de maneira sutil e improvável, muitas das vezes, de maneira irreconciliável e transitória e, quase sempre, no plano microfísico.

Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos,

percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis (FOUCAULT, 1987, p. 88).

As fraturas e reagrupamentos, às vezes irreconciliáveis ou não, causadas e impulsionadas pelas resistências se dão em diversos campos das relações de poder. Neste estudo, seguindo os passos de Foucault, irei ressaltar as resistências pela via do discurso. Para tal, parto do pressuposto de que o discurso e o poder não se encontram dissociados (FOUCAULT, 2006a), e que as engrenagens do poder são alimentadas pelo discurso.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas, que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade (FOUCAULT, 1988, p. 179-180).

Seguindo esse raciocínio, Foucault (1998) nos revela a centralidade do discurso na produção da verdade e, conseqüentemente, no exercício do poder. É por meio da produção de discursos considerados legítimos que se formam pontos nodais de poder, e é a partir de discursos verdadeiros e não verdadeiros que se estabelecem normas e convenções sociais. Sendo assim, o discurso se encontra como um dos elementos centrais na perspectiva foucaultiana de poder-saber-sexualidade (NUNES, 2018).

Neste ponto, acredito que se faz interessante problematizar como um conjunto de práticas discursivas, num movimento binário, faz algo ser considerado verdadeiro ou falso. Um discurso ser entendido como verdadeiro ou falso está ligado à norma. Irei discutir a norma adiante, especialmente relacionada à questão da heteronormatividade e masculinidade. Por ora, podemos entender a norma como um conjunto de práticas que estão articuladas no espectro do reconhecimento e como um conjunto histórico-social de cenas, imagens, valores, e é através dessas práticas que a norma nos com alguma legitimidade – ou não.

Dessa forma, é possível perceber, também, a forte ligação da norma/não norma com a resistência. As duas coabitam e permeiam as relações sociais e as organizações, ou seja, andam juntas.

Elas desaparecem por instantes, reaparecem, estão sempre em disputa; mas com certa leveza, como se a dureza normativa fosse desidratada e a resistência pudesse

apresentar formas inusitadas. Argumento que uma norma “sexual”, ao produzir inteligibilidade a um corpo e as experimentações que este corpo é capaz de agenciar encontra possibilidades de reiteração e resistência (POCAHY, 2011, p. 70).

Assim, é importante pensar a resistência e a norma de maneira conjunta e fluida. A resistência sempre está em paralelo a alguma norma e, conseqüentemente, numa teia de poder. Por isso, discurso-verdade-norma são elementos que se encontram amalgamados nas relações de poder e são (re)construídos o tempo todo. Tomo o cuidado, novamente, de não dar a entender que essas teias de poder e normas são, necessariamente, repressivas e totais sobre os sujeitos. Assim, busco entender o poder, também, em sua faceta positiva, isto é, no sentido da produção de realidades, verdades e subjetividades.

Dessa forma, faz-se necessário distinguir a negatividade e a positividade do poder. De maneira geral, associamos o poder a sentidos negativos (repressão, dominação, autoritarismo); entretanto, o poder disciplinar também dá contornos produtivos e positivos aos sujeitos.

Quando se definem os efeitos de poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 1992, p. 7-8).

Assim, para o filósofo, os sujeitos se constituem por meio das relações de poder, regimes de verdades, dos discursos e das contingências vividas. Dessa forma, as experimentações subjetivas relacionadas a política, religião, família e outras intuições permitem aos sujeitos se constituírem como pessoas. O CBMMG, por ser uma instituição importante na vida dos bombeiros, é, também, um forte elemento na constituição dos sujeitos que ali se encontram. Portanto, irei, ao longo do trabalho, ressaltar de que forma os bombeiros gays se constituem como bombeiros por meio de seus discursos, regimentos internos, discursos religiosos, midiáticos etc.

Ao discutir a constituição dos sujeitos, busco desnudar o quão importante é a farda nesse processo. A farda, segundo Rosa (2007), é um dos principais acessórios para os militares. E é

por meio desse acessório que os bombeiros se forjam como pessoas e bombeiros. Evidenciarei, mais adiante, o quanto a farda flerta com uma imagem e uma norma máscula e heteronormativa.

Assim, busco neste estudo evidenciar que o poder disciplinar e as normas são capazes de fomentar a criação identidades, sentimentos de pertencimentos, subjetividades e prazeres no campo da sexualidade. A obra *História da sexualidade*, de Michel Foucault, propõe afastar o pensamento de uma representação jurídica e negativa do poder. É necessário não abordar a relação entre sexualidade e poder em termos de lei, interdição, liberdade, soberania, opressão, e, sim,

assumir outra teoria do poder, formas outras de interpretação histórica; e, examinando de perto todo um material histórico, avançar pouco a pouco a direção à outra concepção do poder. Pensar, ao mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei (FOUCAULT, 1988, p. 87).

A sexualidade, ao se pensar o poder disciplinar e o prazer, é um campo em destaque. A despeito da representação jurídica negativa do poder e da proibição do sexo, existe o prazer em exercer um poder que questiona, que escapa e resiste. Para Foucault (2006a), o poder é extensivo ao corpo social. Dessa forma, insiro-me nessa teia de poder em que as questões de sexualidade estão imersas. Ora, a masculinidade e a heteronormatividade, que discutirei a seguir e que atingem o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, também são estruturas que me envolvem. Por isso, não é possível se falar em parcialidade nesse trabalho. A produção positiva e subjetiva dos sujeitos em relação à masculinidade e heteronormatividade também são extensivas a mim. O meu esforço é, portanto, de estranhamento para com os bombeiros entrevistados e para comigo.

A não existência de uma “ilha de liberdade”, no sentido de não haver sujeitos que estejam de fora das relações de poder, está ligada ao poder-saber-sexualidade. Nos três volumes da *História da sexualidade*, o filósofo debruçou-se sobre a relação política e de poder sobre os corpos e, principalmente, sobre os discursos produzidos sobre a sexualidade.

É importante levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o “ fato discursivo” global, a “colocação do sexo em discurso”. Daí decorre também o fato de que o ponto importante será saber que formas, através de que canais, fluindo através de que discursos o poder consegue chegar às mais tênues e mais individuais das condutas. Que caminhos lhe permitem atingir as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo,

de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano (FOUCAULT, 1988, p. 15).

As sociedades ocidentais experimentaram um intenso desenvolvimento de discursos sobre a sexualidade, sendo que esses discursos, associados ao poder, apresentam uma vontade de saber. Um saber legítimo e aceito, um saber que normatiza, administra, classifica, exclui e regula; um saber científico, cultural, social e religioso (FOUCAULT, 2006b).

Nessa seara, Foucault (2011a) discute a ideia da “hipótese repressiva”, que seria o surgimento de um sistema de repressão e interdição em torno da sexualidade no período vitoriano. A ideia de uma hipótese repressiva, num primeiro momento, seduz-nos facilmente. Parece, de fato, que no dia a dia as questões relacionadas à sexualidade estão reprimidas, escondidas e camufladas. Entretanto, apenas a ideia de um sistema de cerceamento sobre a sexualidade é frágil e insuficiente. Caso fosse, simples e puramente, a repressão sobre a sexualidade de todas as formas desviantes seriam inexistentes. Nesse sentido, quero destacar que, para além do cerceamento da sexualidade, existe uma gama de mecanismos que incidem de maneira produtiva e prazerosa sobre a sexualidade. Os mais variados discursos sobre a sexualidade apresentam uma característica repressiva, mas também moldam o subjetivo, habitam os imaginários e produzem prazer; um exemplo clássico seria o deleite e a valorização de corpos másculos e heteronormativos. Dessa forma, as sexualidades consideradas dissidentes foram realocadas do “centro”.

Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos de produção, pelo menos nos do lucro. O *rendez-vous* e a casa de saúde serão tais lugares de tolerância: a prostituta, o cliente, o rufião, o psiquiatra e a sua histérica — esses “outros vitorianos”, diria Stephen Marcus — parecem ter feito passar, de maneira sub-reptícia, o prazer a que não se alude para a ordem das coisas que se contam; as palavras, os gestos, então autorizados em surdina, trocam-se lugares a preço alto. Somente aí o sexo selvagem teria direito a alguma das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discurso clandestinos, circunscritos e codificados. Fora desses lugares, o puritanismo moderno teria imposto seu tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo (FOUCAULT, 2011a, p. 10-11).

Por isso, torna-se mais interessante pensar além da hipótese repressiva. É necessário pensar, também, em dispositivos positivos do poder, confissões e principalmente discursos. Devido a isso, Foucault (2011a, p. 17) ressalta que a hipótese repressiva por si só não responde satisfatoriamente esse tipo de questão. O próprio autor questiona: quem falou e fala da

sexualidade? De que modo? Direcionado a quem? Qual a intenção desse discurso? Quais as verdades construídas em torno desse assunto?

A partir do embalo dessas indagações, foi necessário transpor o sexo para o nível da linguagem. É na linguagem que o sexo pôde ser administrado, por meio de enunciados que se moldam às situações e ao modo que se pode falar de sexo. Lembrando que tratar da linguagem em uma concepção foucaultiana nos leva diretamente à problematização da produção da verdade. Com esse movimento de transferência do sexo para o plano do discurso é que se percebe o fenômeno quase inverso da hipótese repressiva: a explosão discursiva. Em meados do século XVIII, inicia-se essa proliferação de discursos voltados ao tema da sexualidade. Entretanto, essa proliferação de discursos não apenas julgava o sexo, ela conferia a ele sentido, utilidade, positividade. Assim, não podemos falar em uma censura ao sexo, e sim numa aparelhagem discursiva que lhe administrava.

Ao longo da construção histórica dos discursos sobre o sexo, várias instituições ofereciam verdadeiras diretrizes sobre a frequência, o modo, a intensidade e a importância do sexo na vida das pessoas. Sejam os discursos médicos, jurídicos, pedagógicos e religiosos, todos eles perpassavam a questão do sexo com um tom de norma e regulamentação. Por isso, quando voltamos nossos olhares para a sexualidade antigamente, encontramos, com frequência, pareceres médicos sobre várias práticas naturais que eram vistas como doença ou julgamentos jurídicos condenando práticas sexuais e outros discursos que nos causam estranheza.

Entre esses discursos, o científico ganhou destaque. As ciências foram um campo do conhecimento extremamente importante para a construção social da sexualidade atual.

Isso não significa que o discurso tenha sempre sido racional, ou até que tenha seguido os critérios de verdade científica, mas que, desde a Idade Média, passando pela teleologia moral do século XVII, a psicologia do século XVIII e a psicanálise do século XIX, podemos encontrar toda uma especulação a respeito do sexo, sobre o que era, sobre o desejo, enfim, encontramos diversos feixes discursivos que, pelo menos, pretenderam-se racionais e científicos (NUNES, 2018, p. 45).

Nessa lógica, Foucault (2006 b) discute sobre o discurso científico acerca da sexualidade e a *scientia sexualis*. As sociedades têm maneiras de organizar e dar sentido à sexualidade de seus indivíduos; nas sociedades orientais, predominou a *ars erótica*, em que a verdade sobre o sexo se assenta no próprio prazer. A *ars erótica* se ocupa da relação do prazer e do sujeito, de

maneira menos associada a regras sociais. O importante são os efeitos do sexo para o corpo, para a alma e para o crescimento e experimentação do sujeito.

Na contramão disso, a *scientia sexualis*, predominante nas sociedades ocidentais, ocupa-se da criação da verdade sobre o sexo, da criação e reiteração de um discurso considerado legítimo sobre a sexualidade. Uma verdade com vontade científica, mascarada por uma suposta razão. Dessa forma, a *scientia sexualis* é uma das principais formas de criação de verdades (FOUCAULT, 2006b) e de normas e padrões sociais em que o sexo é administrado.

Vale ressaltar que a *scientia sexualis* encontra conexões com vários outros discursos na sociedade. Por exemplo, o discurso cristão também apresenta centralidade na questão da sexualidade. O discurso jurídico também é forte e, muitas vezes, polêmico ao discutir os direitos do casamento homoafetivo. O discurso médico, muitas vezes ligado ao religioso, busca entender e enquadrar as possíveis causas e efeitos da homossexualidade na saúde física e mental dos sujeitos. Portanto, a *scientia sexualis* está associada a uma gama de discursos com vontade de saber sobre a sexualidade.

Foi por meio da *scientia sexualis* e da explosão discursiva que, em 1896, nasceu o homossexual. Obviamente que o estabelecimento da data do nascimento da homossexualidade não significa que antes disso não existiam relações homoafetivas e homoeróticas. Significa dizer que, com os estudos do médico psiquiatra Westphal, usou-se, pela primeira vez, o termo homossexualidade (MOITA, 2001).

Os estudos de Westphal sobre a homossexualidade são considerados um marco por Foucault (1988), pois é a partir dessa época que o discurso sobre a homossexualidade ganha um substantivo. O ato de substantivar alguma prática é criar discursos, e nesse caso discursos sobre um “subgrupo” e uma prática vista como indesejada e estigmatizada; visto que o próprio psiquiatra entendeu a homossexualidade como uma doença e anormalidade. A criação da categoria heterossexual e homossexual é política e traz consequências comparativas e hierarquizantes.

A discriminação e a assimetria de poder entre práticas heterossexuais e homossexuais não nasceram junto com esse novo conceito. Já existiam disparidades e questões históricas e culturais que marginalizavam a homossexualidade. Entretanto, com os estudos de Westphal, o novo conceito de homossexualidade e o contexto capitalista favorecem a criação de um discurso estigmatizado que recai sobre o sujeito homossexual deixando marcas indeléveis.

Segundo Foucault (1988), essa classificação faz com que surja um verdadeiro personagem, uma identidade com um “passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida” bem estabelecidos. E ainda acrescenta: “nada do que o indivíduo é, de fato, escapa à sua sexualidade”. Portanto, é a partir do século XIX que a homossexualidade ganha corpo no discurso e passa a pertencer ao grupo dos “pequenos perversos”.

Nesse sentido, como ressaltado anteriormente, é possível observar um forte movimento em falar, ouvir, registrar, destrinchar e arquivar relatos, estudos e suposições sobre o homossexual. E foi justamente a explosão discursiva acerca da sexualidade a mola propulsora para a construção histórica do dispositivo da sexualidade.

Há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um discurso que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão dos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a “sexualidade enquanto verdade do sexo e de seus prazeres” (FOUCAULT, 2011a, p. 77-78).

Sejam discursos médicos, jurídicos ou religiosos, seja o surgimento dos “perversos”, da busca indiscriminada de controlar a masturbação e o prazer na prática sexual; seja na patologização da homossexualidade ou no esforço em manter essas práticas vistas como ilegítimas socialmente; todas essas práticas, na verdade, são efeitos e causas dessa aparelhagem de disciplina e controle proporcionado pelo dispositivo de poder (FOUCAULT, 2011a).

Dessa forma, o dispositivo de sexualidade é o conjunto de estimulação dos corpos, intensificação dos poderes, discursos, conhecimentos, regimes de verdade, controles e resistências que são investidas pelo poder no intuito de normatizar os corpos. Esse dispositivo de poder é dinâmico, apresenta técnicas polimorfas, contextuais e discursivas. Assim, o dispositivo da sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

Portanto, o que busco nesse estudo é pensar como o dispositivo da sexualidade e a norma andam juntas. Os discursos de verdade, as relações de poder e o dispositivo da sexualidade, em geral, criam, sustentam e disseminam normas e convenções sociais que permeiam o campo da sexualidade. Assim, dedico os próximos tópicos a discutir essa junção de elementos nas questões de heteronormatividade e de masculinidade.

## 4.2 “APRUMA O CORPO E BATA CONTINÊNCIA COMO HOMEM”

O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XIII. Mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral, mas à docilidade automática (FOUCAULT, 1988, p. 193).

Seguindo os trilhos do pensamento de Michel Foucault, procuro nesse tópico abordar como as normas e as disciplinas ditam padrões, criam corpos normais/reconhecíveis e anormais/não reconhecíveis a partir de representações acerca da heteronormatividade e masculinidade. Segundo Pocahy (2011), afirmar que as normas governam os discursos não traz novidades, mas é importante ressaltar que essas normas produzem e regulam o sujeito de discurso, influenciando as suas vivências e experiências.

Busco evidenciar como a produção e a regulamentação da masculinidade e da heteronormatividade dos bombeiros gays, por meio de discursos, está diretamente ligada ao trinômio que chamarei de poder-norma-disciplina. Esses três elementos, em uma espécie de engrenagem, possibilitam, por meio de relações de poder, a criação de significados, símbolos e normas sociais sobre os corpos.

Para melhor exemplificação dessa engrenagem, usando a obra *Vigiar e punir*, podemos pensar que as punições ou suplícios aplicados nos séculos XVI e XVII eram atos direcionados a sujeitos considerados desviantes (a questão da norma) com o uso de poder (explícito ou implícito) a fim de controlar atos desviantes e, assim, induzir características e práticas que se encaixassem dentro da normalidade estabelecida (a questão da disciplina).

Entretanto, longe de parecer simplista, ao pensar a relação entre poder-norma-disciplina como uma engrenagem, ressalto que a sua dinâmica está atravessada por muitos outros elementos complexos e que esse trinômio não apresenta apenas uma característica negativa e de repressão, ou seja, a ideia de uma engrenagem tem aqui a ideia apenas de ilustração da junção desses elementos para melhor elucidação. Ressalto ainda que, pensando no Corpo de Bombeiros Militar, essa engrenagem também pode ser vista como positiva, produtora de prazeres, presente

na formação de sujeitos e com funcionalidade para a instituição. Assim, busco entender o poder-norma-disciplina em suas duas faces: a que repreende e normatiza, e a que produz prazer e funcionalidade.

A disciplina estabelece os procedimentos de adestramento progressivo e de controle permanente e, enfim, a partir daí, estabelece a demarcação entre os que serão considerados inaptos, incapazes e os outros. Ou seja, é a partir daí que se faz a demarcação entre o normal e o anormal. A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, *o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma* (FOUCAULT, 2009, P. 46).

Nesse sentido, segundo Prado (2015), as obras de Butler, ao se nutrir de uma tradição hegeliana, buscam enveredar-se no entendimento de uma constituição social por meio de normas e do reconhecimento e do desejo de reconhecer e ser reconhecido. Nessa linha de raciocínio, é importante se atentar para o fato de que os reconhecimentos estão associados a características que são socioculturalmente variáveis. Essa característica de variabilidade implica que alguns corpos sejam reconhecidos, enquanto outros não e que esses reconhecimentos podem variar ao longo do tempo e do espaço. E ainda que “não apenas há múltiplas maneiras de ser reconhecida, e sim que o reconhecimento de umas [pessoas] exclui a possibilidade de reconhecimento de outras” (PRADO, 2015, p. 5).

Essa discussão sobre corpos inteligíveis/ ininteligíveis toca o conceito de corpos abjetos discutido por Butler. Segundo Prins e Meijer (2002), em entrevista a Judith Butler, não existe um conceito hermético do que seria um corpo abjeto. O que existe são processos discursivos que criam corpos abjetos e considerados “menos humanos”. Vale ressaltar que a autora não discute o conceito de corpo abjeto no que tange a questões de sexualidade, e, por isso, nesse estudo, não irei utilizar o conceito de abjeto para corpos ininteligíveis no campo da sexualidade.

O abjeto para mim não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas 'vidas' e cuja materialidade é entendida como 'não importante'. Para dar uma ideia: a imprensa dos Estados Unidos regularmente apresenta as vidas dos não-ocidentais nesses termos. O empobrecimento é outro candidato frequente, como o é o território daqueles identificados como 'casos' psiquiátricos (PRINS; MEIJER, 2002, p. 4).

Assim, irei usar o termo “reconhecimento/não reconhecimento”. O reconhecimento, ou o não reconhecimento, assim como as possibilidades de inteligibilidade são prévias ao sujeito. São discursos anteriores aos indivíduos que os habilitam ao reconhecimento nessas inscrições culturais entendidas como legítimas, ou seja, existem normas que possibilitam trocas de reconhecimentos/não reconhecimentos nas relações sociais.

Desse modo, entendo norma como um conjunto de convenções sociais, com grau de legitimidade, que tem o poder de consolidar crenças, símbolos, discursos e valores vigentes num espaço ao longo do tempo. Por meio desse conjunto de regras, produzem-se consensos e convenções sociais; ele acaba criando, por si só, modos de pensar (inteligibilidade) com características de uma convocatória compulsória que se apresenta a todos os sujeitos.

Nesse ponto, é interessante sublinhar que esse espectro de reconhecimento construído pela norma está mergulhado num campo político que investe os corpos. As normas, a (in)inteligibilidade e os corpos estão envoltos por questões políticas que os diferenciam, demarcam, classificam, (re)qualificam e fazem dos corpos objetos do saber. Por isso, busco nesse estudo nunca desvincular os bombeiros e seus contextos da dimensão política. Ser bombeiro gay é, por si só, um ato político.

Considero que ser bombeiro gay é um ato político no que tange às consequências de assumir (ou não) uma orientação sexual considerada dissidente em um ambiente altamente conservador. Declarar-se, ou não, bombeiro gay implica uma série de questões profissionais, pessoais, sociais e por isso políticas. Um bombeiro homossexual, sem escape, precisa trabalhar e (res)significar sua própria relação com a verdade e com a norma. Esse “rompimento com a norma” é altamente permeado pela política e por posicionamentos ou não posicionamentos. Declarar-se bombeiro gay é um diálogo subversivo e direto com as normas e as convenções sociais sobre a ideia do que é um bombeiro.

Dessa forma, por meio de posicionamentos políticos e de reiterações é que essas normas são (re)criadas, (res)significadas e internalizadas no cotidiano. Por assim dizer, as normas não são significações fundadoras e incontestáveis, mas alcançam uma perenidade pela citacionalidade e pela historicidade acumulada. Devido a essa característica, muitas vezes temos a sensação de que normas e crenças retrógradas se fazem atuais. De fato, isso ocorre, visto que a iteração e a lógica anacrônica permeiam as normas. Entretanto, por mais que as normas apresentem níveis de poderes, elas se diferenciam de leis.

Uma norma não é o mesmo que uma regra e também não é o mesmo que uma lei. Uma norma opera dentro das práticas sociais como uma forma implícita de uma normalização. Ainda que uma norma possa separar-se analiticamente das práticas das que está impregnada, também pode ser recalcitrante a qualquer esforço de descontextualizar sua operação. As normas podem ser explícitas; sem embargo, quando funcionam como o princípio normalizador da prática social e muitas vezes permanecem implícitas, são difíceis de ler, os efeitos que produzem é a forma mais clara e dramática mediante a qual se podem discernir (BUTLER, 2004, p. 69).

Então, para entendermos o funcionamento das normas no dia a dia necessitamos entender os modos de produção, de indução, de técnicas que nos ajudem a internalizar e a respeitar essas normas. Eis a disciplina. Para o funcionamento e internalização da norma, a disciplina se apresenta como elemento imprescindível. Dito de outro modo, o poder disciplinar terá sempre a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos.

O exercício do poder disciplinar está ligado a diversas técnicas, mesmo que microfísicas, que podem ser entendidas como as margens que demarcam o que é, e o que não é, normal. Souza e Menezes (2010) nos recordam das técnicas como arte das distribuições (uso de clausuras, filas e quadriculamentos em instituições disciplinares) e do controle das atividades (questão de horários e frequência). Entretanto, a disciplina está para além de uma técnica, ela deve ser entendida como uma modalidade de exercício do poder que se desdobra em uma pluralidade de meios e técnicas (PEREIRA, 2011).

A disciplina não pode se identificar como uma instituição nem como um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 1986, p. 189).

Nesse ponto, sublinho que, numa perspectiva foucaultiana, o que de fato interessa é a norma em si, e não o fator normal/anormal. Por tanto, a discussão gira em torno da norma em si, e não sobre a normalidade/anormalidade. É por meio da norma que é possível a criação de uma hierarquia, que estabelece jogos de diferenças e, conseqüentemente, classifica ações e pessoas entre “normais” e “anormais”.

Nesse sentido, Foucault (2005) discute a *sanção normatizadora*, que seria a aplicação de medidas corretivas a situações e corpos considerados inadequados. Assim,

O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme: o soldado comete uma “falta” cada vez que não atinge o nível requerido (FOUCAULT, 1986, p. 2013).

Dessa forma, é importante sublinhar que a sanção normatizadora que é direcionada aos “desviantes” interessa, e muito, aos outros. Todos os possíveis sujeitos que possam vir a desobedecer às normas, romper com padrões e se encorajar a ser o que não é desejado são alvos das punições; alvos no sentido de internalizarem, antes de transgredirem, as possíveis consequências desse ato. É a forma por meio da qual os sujeitos aprendem para se autogovernar.

Nesse ponto, podemos perceber que:

Aparece, através das disciplinas, o poder da norma. Nova lei da sociedade moderna, digamos antes que desde o século XVIII ele veio unir-se a outros poderes obrigando-os a novas delimitações; o da lei, o da palavra e o do texto, o da tradição. O normal se estabelece como princípio de coerção no ensino, com a instauração de uma educação estandardizada e a criação das escolas normais; estabelece-se no esforço para organizar um corpo médico e um quadro hospitalar da nação capazes de fazer funcionar normas gerais de saúde; estabelece-se na regularização dos processos e dos produtos industriais. Tal como a vigilância e junto com ela, a regulamentação dos processos e dos produtos industriais. A regulamentação é um dos grandes instrumentos de poder no fim da era clássica. As marcas que significavam status, privilégios, filiações, tendem a ser substituídas ou pelo menos acrescidas de um conjunto de graus de normalidade, que são sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmo um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga a homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, por dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a graduação das diferenças individuais (FOUCAULT, 2009, p. 53).

Assim, para que essa engrenagem norma-disciplina-poder possa funcionar no dia a dia, é necessário que possua um aspecto de naturalidade. É como se existisse um encadeamento lógico entre se adequar à norma e ser reconhecido e/ou não se adequar à norma e ser merecedor de sanções normatizadoras. Segundo Foucault (2009, p. 146), o poder disciplinar estaria presente ao longo de toda a rede social e seria internalizado de tal maneira que não seria percebido como poder de alguns sobre alguns.

Para se alcançar essa naturalidade da norma e da vigilância em torno dela, Foucault (1986) argumenta que o exame é um elemento essencial do exercício do poder disciplinar sobre os corpos. Segundo o filósofo, “é ele que, combinado com a vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética e contínua, de composição ótima das aptidões” (FOUCAULT, 1986, p. 160).

O exame traz a possibilidade de classificar cada indivíduo em sua particularidade. Cada caso é um caso. O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído etc (FOUCAULT, 1986, p. 170).

Vale sublinhar, também, a ideia do panoptismo desenvolvida por Foucault (1986) ao discutir a disciplina. O *Panóptico de Bentham* é uma estrutura física em forma de um anel que dá o poder de vigilância para o sujeito que se encontra no centro e a sensação de estar sendo vigiado em tempo integral para os sujeitos que se encontram nos extremos desse anel. Essa estrutura arquitetônica foi usada em diversas instituições disciplinares, inclusive em quartéis militares. Foucault (1986) assevera que muitas instituições, mesmo que não fisicamente, buscaram implantar a ideia de um panóptico com o intuito de controle e vigilância mais efetivos.

Como dito anteriormente, essa engrenagem apresenta várias outras rodas dentadas. Pensar a masculinidade e a heteronormatividade, no corpo de bombeiros militar, pede-nos a atenção para a retomada de uma roda dentada fundamental: a sexualidade. Foucault, em seus estudos (1988), evidencia que a sexualidade é o ponto convergente entre o corpo e a disciplina. O sexo é um dos principais pontos de controle e administração dos corpos. A sexualidade é objeto de normas, no sentido de sua frequência, modo de vivências, práticas inteligíveis e práticas não reconhecidas.

Nessa seara, como ressaltado anteriormente, com a grande produção de ditos e não ditos acerca da sexualidade, produziram-se normas e verdades. Dentre a enorme gama de discursos criados, interessam-me, neste estudo, os discursos voltados a uma heteronormatividade e uma masculinidade hegemônica. Desde os primórdios, é possível perceber a construção desses dois elementos da sexualidade. Preciado (2003) chega a discutir a heteronormatividade e a masculinidade como uma sexopolítica, no intuito de (re)afirmar o quanto ser – ou não ser –

heteronormativos e másculo (hegemônico ou não) é um ato político em si. Político no sentido que esses lugares – ou não lugares – estão diretamente ligados a normas e relações de poderes (i)legítimos na sociedade.

Vale a pena frisar que a dinâmica das normas no campo da sexualidade discutidas anteriormente deve ser pensada sempre em direção ao corpo dos indivíduos. A normatização do corpo, os trejeitos, as roupas, o tom de voz, a postura, o modo rude, ou ao contrário, a firmeza nos gestos, são também alvo de administração. Portanto, buscarei, ao analisar os discursos dos entrevistados, evidenciar como elementos rotineiros são, potencialmente, normalizadores quanto à sua postura – ou não – máscula e heteronormativa.

Assim, uma sociedade heteronormativa seria aquela em que os comportamentos rotineiros, como os trejeitos e formas de se expressar, sejam, de certa forma, padronizados e voltados para comportamentos heterossexuais (MOULIN DE SOUZA; NUNES, 2013). Ao destrinchar a palavra ‘heteronormatividade’, é possível entender melhor o seu significado e a importância de seu conceito. Segundo Petry e Meyer (2011), o vocábulo ‘norma’ faz referência a algo que regula e busca tornar igual; somado ao vocábulo ‘hétero’, temos a ideia de norma heterossexual vigente. Santos (2007) ressalta que a ideia de ‘norma’ remete, também, ao que é normal e natural, ou seja, a heteronormatividade estaria associada ao “natural” e esperado dos indivíduos. Assim:

O conceito de heteronormatividade revela normas institucionais, culturais e legais que reificam a normatividade da heterossexualidade, centra-se na expectativa/demanda do desejo e da identidade heterossexual, é a norma na cultura/sexualidade/política. Ela é inscrita na lei, codificada nas/pelas instituições e construída em uma enorme variedade de práticas comuns e, em última instância, significa que tudo e que todos são julgados pela perspectiva heterossexual. Produz e constrange a inteligibilidade de gênero, estruturando o mundo social, político e cultural não apenas por meio de seu impacto sobre as ideias e crenças, mas, sobretudo, por seus efeitos práticos sobre as instituições, leis de vida cotidiana (casamento, adoção, banheiros etc). Privilegiando aqueles que mais se aproximam da norma e estigmatizando/marginalizando/tornando invisíveis – ininteligíveis – comportamentos, práticas e relacionamentos que dela desviam (TONELI; BECKER, 2011, p. 5).

Assim, a heteronormatividade pode ser entendida como um conjunto de práticas, discursos, valores e crenças que são instituídas e vivenciadas como a única possibilidade legítima de expressão da sexualidade (WARNER, 1993). Vale ressaltar que a normatividade

presente nas expressões de sexualidades na sociedade torna-se principal sustentáculo da heteronormatividade (LOURO, 1999)

Dessa forma, evidencia-se que a sexualidade e a heteronormatividade, em conjunto, oferecem diretrizes de como os corpos ‘devem’ se portar, quais desejos são permitidos e legítimos, quais lugares são acessíveis e acabam, por si só, criando uma estrutura hierárquica e de poder entre os sujeitos. Dessa maneira:

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas- e apenas duas- possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY; MEYER, 2011, p. 193).

Enquanto a heteronormatividade é benquista, a não heteronormatividade é vista como negativa e indesejável. Para o ‘combate’ aos comportamentos não heteronormativos que fogem do esperado, existem microvigilâncias que buscam normatizá-los. Segundo Louro (1999, p. 69), a vigilância volta-se, então, explicitamente, para os corpos, uma vigilância que é exercida não somente a partir do exterior, da obediência às regras, aos preceitos ou aos códigos, mas que é exercida pelo próprio indivíduo que, precocemente, aprende a se autoexaminar, controlar, governar.

Portanto, a heteronormatividade opera de maneira compulsória, reiterada e ratificada que acaba assumindo a substância de normalidade (BUTLER, 1993). Todavia, é necessário sublinhar que a heteronormatividade, assim como o gênero e a sexualidade, é uma construção social e está inserida num contexto sócio-histórico. E essa construção social se dá em diversos campos da vida: profissional, amoroso, familiar, trejeitos, a forma de demonstrar afeto, estilo de roupas, lugares que frequenta etc.

Louro (2007) chega a discutir uma verdadeira pedagogia da sexualidade, em que desde a tenra idade a criança é ensinada a se policiar e enquadrar sua sexualidade. Ainda nessa lógica, Junqueira (2009) discute a “pedagogia do insulto”, que é a repetição de piadas, brincadeiras, fofocas e zombarias de maneira pejorativa com os sujeitos considerados desviantes sexualmente. Assim:

A heterossexualidade é concebida como o modelo supostamente coerente, superior e natural, segundo o qual os indivíduos devem organizar as suas vidas. De acordo com Berlant e Warner (2002), esse modelo engloba instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem não só com que a heterossexualidade pareça coerente, como também privilegiada (SILVA, 2010, p. 73).

Nesse ponto, é importante discutir o que, apesar de ser pouco debatido no campo das ciências administrativas, pode ser facilmente pensado: se existe a heteronormatividade, pode ser que venha a existir, no universo gay, uma homonormatividade. Berlant e Waerner (2002, p. 230) afirmam que:

A heteronormatividade é um conceito diferente de heterossexualidade. Uma das diferenças mais notáveis entre os dois termos é que a heteronormatividade não tem um conceito paralelo como ocorre com a heterossexualidade, a qual organiza a homossexualidade como seu oposto. Dado que a homossexualidade não pode jamais usufruir da correção tácita e invisível para a formação social da qual a heterossexualidade usufrui, não seria possível falar de “homonormatividade” no mesmo sentido.

Nesse sentido, não é possível pensar uma “homonormatividade” visto que, até mesmo em ambientes gays, posturas másculas e heteronormativas são valorizadas (MOURA; NASCIMENTO; BARROS, 2017). As “regras” e as trocas de reconhecimento/não reconhecimento entre os homossexuais são pautadas em uma heteronormatividade, e não numa homonormatividade.

O estudo de Sanchez (2013) mostra como a construção do “verdadeiro” homossexual, ou aquele que é visto como referência, é sempre aquele que se aproxima da heteronormatividade. O que pode ser pensado, e de maneira muito enriquecedora, são espaços restritos em que os sujeitos gays consigam, de fato, a criação de uma homonorma; entretanto, esse não é o foco desse estudo.

Ainda pensando a engrenagem, é pertinente adicionar a masculinidade como um novo elemento. Como ressaltado no início desse tópico, as masculinidades também estão imersas pelas relações de poder e são regidas por discursos e regimes de verdade. Assim, a masculinidade pode ser entendida como uma modalidade cultural, que é reforçada, continuamente, em diversas organizações e conta com um conjunto de privilégios aos indivíduos considerados másculos (ANDREOLI, 2011). Assim, pode ser dito que a masculinidade é um produto cultural altamente valorizado na sociedade por homens e mulheres (CARRIERI; DINIZ; SOUZA; MENEZES, 2013), mesmo não sendo, segundo Almeida (2002), atingível por praticamente nenhum homem.

Kimmel (1998), ao investigar a masculinidade e como se dá o seu processo de (re)criação, fez uma analogia muito pertinente: a construção histórica do desenvolvimento

econômico compartilha pontos em comum com a construção histórica da masculinidade. Segundo o autor, o desenvolvimento econômico de países ricos e hegemônicos se deu de forma concomitante com o subdesenvolvimento de países pobres, ou seja, enquanto a hegemonia econômica estava sendo criada, também, em oposição, aos países subdesenvolvidos. O mesmo ocorreu com as relações entre as masculinidades, e “o hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros” (KIMMEL, 1998).

Os estudos de Connel (1997) compartilham dessa visão, ao afirmarem que a masculinidade se forjou em contraste com a não masculinidade. Dessa forma, pode-se dizer que a masculinidade foi construída em um pedestal em que tudo que não a contemplasse era caracterizado como “os outros”, subalternos. Segundo Kimmel (1998), a construção de uma masculinidade hegemônica (heterossexual, branca e cristã) e a construção de uma masculinidade subalterna (todas as outras) podem ser pensadas em dois campos de relação de poder: as relações homens-mulheres (na desigualdade de gênero) e as relações homem-homem (na desigualdade de raça, etnia, orientação sexual, origem etc.).

Pensando, inicialmente, na relação homem-mulher, a feminilidade ganha destaque. Segundo Torrão filho (2005), a distinção binária entre os sexos pressupõe a existência de características masculinas e femininas; assim, não apenas as mulheres são ensinadas a exercerem uma certa feminilidade, mas também os homens são ensinados e vigiados quanto à sua masculinidade.

Homens e mulheres são sócio-historicamente ensinados e normatizados quanto ao comportamento esperado por eles. O estudo de Torrão Filho (2005) discute como o controle sobre os comportamentos recai sobre os homens e apresenta o *Chaviere* e o *Skimmington ride*, que consistiam em mecanismos de humilhação pública para os homens cujas esposas apresentam comportamentos inadequados. Assim, a incapacidade de um homem em controlar uma mulher seria capaz de ferir a hierarquização da masculinidade sobre a feminilidade.

Para além da influência da subjetividade dos indivíduos, o binarismo entre masculino e feminino também marca presença na organização geral da sociedade, seja por meio de cores, costumes, expressões de afetos e até mesmo profissões que são generificadas, como os estudos de Carvalho (1998) e Prado (2015), que revelam a feminilização em massa da profissão de professores infantis.

Ainda pensando o mundo laboral, Siqueira *et al* (2009) discutem a estratégia *in closeted* (em português, no armário) utilizada por homossexuais que preferem – ou precisam – manter sua orientação sexual em segredo no seu ambiente de trabalho. Segundo Croteau (1996), um

dos principais medos dos trabalhadores gays é a discriminação e o isolamento no seu serviço; assim, ressalto que essa pressão e estratégia de ocultamento causam, conseqüentemente, uma série de questões físicas e psicológicas sobre os indivíduos.

Os indivíduos que são gays e considerados afeminados são alvos de um agravante: muitas vezes são inferiorizados e sofrem de discriminação, até mesmo por outros homossexuais (ECCEL; SARAIVA; CARRIERI, 2015). Assim, os afeminados, quando julgados numa lógica heteronormativa e de uma masculinidade hegemônica, são vistos como inadequados ou, até mesmo, como chacota. “A questão não é ser gay, mas assumir-se gay ou ter trejeitos afeminados” (IRIGARAY; FREITAS, 2013, p. 9).

Vale destacar que muitas organizações e empresas de ponta têm tentado criar espaços mais democráticos e abertos às diversidades. Apesar de ocorrerem muitas omissões e preconceitos velados (SIQUEIRA *et al.*, 2009), acredito que é preciso valorizar tentativas e esforços no sentido de maior respeito e empatia entre os trabalhadores. Por assim dizer, é importante que existam, de fato, embates e práticas de resistência que os indivíduos travam em resposta às normas.

Os agravantes citados até aqui em relação aos afeminados passam também pela questão da passividade desses sujeitos, seja a passividade frente às demandas gerais, seja a sexual. Desde a Grécia antiga, onde a homossexualidade não sofria tantas retaliações, a passividade era vista como sinal de fraqueza e que se igualava ao papel feminino e o “feminino é tão abominável que quem o é se esforça para não sê-lo” (ALMEIDA, 2011, p. 17).

Buscando pensar essas questões acerca da masculinidade e, também, da feminilidade no Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais, durante as entrevistas foram realizados questionamentos acerca dessas vivências. Buscarei, na apresentação das entrevistas, ressaltar como o ser másculo/ou não é uma questão central na vida dos bombeiros e, até mesmo, das bombeiras.

Assim, é importante destacar que, para compreender a masculinidade, faz-se necessário entendê-la em conjunto com a feminilidade. Torrão Filho (2005) vai além e afirma que, para entender ambos (masculinidade e feminilidade), é necessário entender a homossexualidade, pois “a homossexualidade masculina é a parte constituinte, e constitutiva, da masculinidade, o mesmo valendo para o lesbianismo em relação à feminilidade”.

Pensar esses elementos em conjunto nos permite perceber que a masculinidade precisa de limites bem definidos e por isso a feminilidade e a homossexualidade são úteis e necessários, no sentido de que são exemplos do que não se enquadra. Dessa forma, Torrão Filho (2005) destaca os controles sobre a masculinidade, visto que “os homens têm mais possibilidades de

ação, mais liberdade de escolher do que as mulheres, é verdade, mas esta liberdade se exerce sob rígido parâmetro”. Esse “rígido parâmetro” é justamente a fronteira entre a masculinidade e a sua ameaça: o feminino. Todo comportamento “duvidoso” ou considerado “pouco másculo” é alvo de rejeição. Por isso, os homossexuais, ao “abrirem mão do privilégio de uma masculinidade pura”, são fortemente alvo de discriminações.

Vale destacar, então, que o sexismo e a homofobia estão no cerne da construção e da afirmação da masculinidade. Assevero, também, que a masculinidade não é um produto cultural estático. Está em constante mudança e varia de cultura para cultura, de época para época e, até mesmo, de epistemologia para epistemologia. Assim:

A masculinidade não é uma propriedade de algum tipo de essência, nem mítica, tampouco biológica. Elas (1) variam de cultura a cultura, (2) variam em qualquer cultura no transcorrer de um certo período de tempo, (3) variam em qualquer cultura através de um conjunto de outras variáveis, ou lugares potenciais de identidade e (4) variam no decorrer da vida de qualquer homem individual (KIMEL, 1998, p. 105).

Reconhecendo o caráter transitório e construtivista da masculinidade, busco, neste estudo, discutir masculinidades, e não masculinidade. Discutir masculinidades permite o reconhecimento de suas formas subalternas e problematizar as relações de poder e a hierarquia que as envolvem. Entretanto, mesmo ao discutir masculinidades, destaco que, independentemente da vivência e da hierarquia dessa masculinidade, ela é ainda hierarquizada. Segundo Almeida (2002), em momentos de disputa, feminiliza-se quem se deseja rebaixar e, na solidariedade, vangloria-se a sua masculinidade.

Atento às diversas formas de masculinidades, Connel (1997) enfatizou as possíveis implicações da existência de masculinidades distintas. O autor ressalta que as masculinidades estão imersas em relações de poder, que podem ocasionar quatro fenômenos: a) a hegemonia; b) a subordinação; c) a cumplicidade; e d) a marginalização.

A hegemonia, ao discutir a masculinidade, pode ser entendida como uma maneira pela qual os homens buscam, às vezes inconscientemente, ressaltar suas características e desvalorizar características de outros grupos, posicionar-se de forma suprema em oposição ao diferente e afirmar-se superior. A hegemonia pode ser pensada, também, em níveis, visto que nessa “escala” algumas masculinidades são mais valorizadas.

A subordinação, segundo o autor, está relacionada à dominação cultural na sociedade. Existem relações de gênero em que é possível perceber um alto grau de influência de um grupo sobre o outro, formando assim um sistema em que um grupo sofre, fortemente, os efeitos dos

poderes e normas ditadas pelo grupo hegemônico. Estudos como Almeida (2002) e Carrieri, Diniz, Souza e Menezes (2013) evidenciam a assimetria existente entre homens e mulheres na sociedade de maneira geral. Assim, autores como Alvesson e Billing (1992), Alvesson (1998), Prado e Vasconcelos (2016) evidenciam como a masculinidade e a feminilidade influenciam o significado de ser homem ou ser mulher especificamente no mercado de trabalho. Connel (1997), ao considerar que a feminilidade existe apenas como contraponto à masculinidade, sublinha também que as opressões sofridas pelos homossexuais os classificam como uma das partes mais baixas de hierarquia entre os homens, muitas vezes equiparados à feminilidade.

A cumplicidade, como o terceiro fenômeno, dentro da masculinidade, é o ato de conivência de sujeitos hegemônicos para com a situação. A cumplicidade, muitas vezes, é praticada por homens que não apresentam uma masculinidade intacta, mas que são coniventes com o sistema patriarcal. Essa cumplicidade, segundo Connel (1997), pode ser entendida como uma forma de manutenção de alguns privilégios e é evidenciada nos estudos de Moulin de Souza e Nunes (2013) sobre práticas homofóbicas perpetradas entre os próprios gays. Essa conivência pode ser entendida também pela face positiva do poder em que os sujeitos tentam se aproximar do campo do inteligível das práticas hegemônicas e se afastam da rotulação do abjeto. Assim, o que se busca é (re)produzir-se a si mesmo de maneira atrelada a uma realidade que socialmente os “dignifique”, mesmo ao preço de se utilizarem discursos homofóbicos.

Nesse sentido, antes de avançar para o quarto fenômeno, acredito que se faz importante discutir acerca da homofobia praticada entre os próprios homossexuais. Moulin de Souza e Nunes (2013) afirmam que as classificações identitárias atuam como dispositivos de poderes que (re)produzem valores e discursos já solidificados na sociedade. Assim, em suas pesquisas, encontraram práticas e discursos discriminatórios recorrentes entre gays. Essa discriminação tem como principal alvo gays afeminados que, segundo os autores, são mais prejudicados pela discriminação.

Os estudos acerca de discriminação sofrida por gays têm ganhado espaço, especialmente na academia norte-americana. Entretanto, segundo Moulin de Souza e Nunes (2013), poucos são os estudos que investigam fenômenos de discriminação praticados pelos próprios homossexuais.

Para Herek (1991, 1992), a naturalização, internalização e reificação de “regras” heterossexuais fazem com que qualquer comportamento que fuja desse padrão seja alvo de discriminação, proibição e fobia. O fato de os “homossexuais serem igualmente investidos

pelas relações de poder hegemônicas também produz neles um discurso discriminatório em relação a outros homossexuais” (MOULIN DE SOUZA; NUNES, 2013).

O último fenômeno, a marginalização, está muito atrelado aos outros elementos discutidos. A marginalização consiste, basicamente, no distanciamento da hegemonia e pode ser pensada relacionada à raça, origem e classe social, religião e muitas outras variáveis.

Entretanto, como discutido anteriormente que a sexualidade está ligada à produção de prazeres, a masculinidade e a heteronormatividade também estão vinculadas a uma produção de prazeres. Concomitante com a produção exacerbada de discursos sobre a sexualidade, os prazeres foram entendidos como algo a se esconder, privatizar. Entretanto, esses mesmos discursos podem produzir prazeres. Várias formas podem ser pensadas em relação aos prazeres, como afirma Foucault (1976, p. 62):

Prazeres em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que se persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir.

Nesse sentido, “o controle vigilante é recompensado por uma emoção que o reforça”, ou seja, pensando a heteronormatividade e masculinidade, percebe-se que existe uma produção do prazer, do deleite do corpo másculo, da ocupação do imaginário e de fantasias que são construídas com base num ideal heteronormativo e másculo. Assim, ressalto que é necessário reconhecer os prazeres como politicamente importantes e de maneira positiva. O prazer não apresenta apenas características de interdição, condenação; mas, também, um caráter produtivo de prazeres e arranjos sociais.

Por conseguinte, existe um arranjo social e histórico da masculinidade e heteronormatividade (CARRIERI; DINIZ; SOUZA; MENEZES, 2013) que permeia toda a sociedade e está presente em discursos, práticas e crenças. Esses fenômenos encontram-se enraizados no nosso dia a dia e não é diferente dentro das organizações militares. São características fortemente valorizadas na sociedade e também consagradas em espaços militares. Segundo Santos (2011), o militarismo é uma das expressões mais fortes da masculinidade ocidental. Estudos como os de Kimmel e Aronson (2005) e de Woodward (2000) afirmam que valorização de imagens de “guerreiros” e de “machos” é comum na cultura militar.

Os sinais para reconhecer os mais idôneos para esse ofício são a atitude viril e aberta, a cabeça direita, o estômago levantado, os ombros largos, os braços longos, os dedos fortes, o ventre pequeno, as coxas grossas, as pernas finas e os pés secos, pois o homem desse tipo não poderia ser ágil e forte: (tornando lanceiro, o soldado) deverá marchar, tomar a cadência dos passos para ter o máximo de graça e gravidade que for possível, pois a lança é uma arma honrada e merece ser levada com um porte grave e audaz (FOUCAULT, 1986, p. 162).

Na segunda metade do século XVII: o soldado tornou-se algo que se fabrica de uma massa uniforme, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa. Corrigiam-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, um silêncio, no automatismo dos hábitos, em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a “fisionomia de sociedade”. Os recrutas são habituados a manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito, sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem, essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas da mão. Virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser lhe-á igualmente ensinado a nuca. Fixar os olhares na terra, mas a olhar com ousadia aqueles de quem eles passam... a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés...enfim a marchar com passo firme, com o joelho e as pernas esticadas, a ponta baixa e para fora (FOUCAULT, 1986, p. 162).

Portanto, nota-se que, nos ambientes militares, a masculinidade e a virilidade são características esperadas pelos indivíduos. Vários são os relatos e queixas de militares e de alunos dos cursos de formação do quanto a virilidade é cobrada e entendida como aptidão para o combate e para o exercício da violência (SANTOS, 2011).

Seguindo a indagação de Santos (2011), frente à retroalimentação e interseccionalidade entre militarismo, heteronormatividade e masculinidade, é interessante pensar até que ponto, em termos teóricos, essas esferas podem ser tratadas juntas. O corpo, em regimes militares, ganha centralidade na expressão da masculinidade. Oliveira (2010) ressalta que existe uma associação entre corpo musculoso, disposição e masculinidade. Nessa visão, quanto mais forte, melhor será o desempenho do militar. Contudo, como discutido anteriormente, nem todos alcançam o patamar “ideal”. Assim, os corpos masculinos não hegemônicos ficam, normalmente, nas partes administrativas, murados dentro dos batalhões; ao passo que os corpos malhados e másculos são expostos por militares nas ruas (OLIVEIRA, 2010).

A violência, citada por Oliveira (2010), é outro elemento associado à masculinidade e heteronormatividade muito presente em instituições militares. O autor sublinha que a violência e a masculinidade não são construídas em instituições militares, e sim reproduzidas e reforçadas. O seu estudo revela, também, que, na visão de homens militares, as mulheres não estão aptas para a realização de serviços dessa natureza, o que vai ao encontro dos achados nos estudos de Capelle e Melo (2010).

A elucidação de símbolos másculos e heteronormativos valorizados em ambientes militares possibilita a percepção de que os militares são produto e produtores dessa normatização (OLIVEIRA, 2010). São produto no sentido de que os militares foram socializados e construídos em uma lógica de valorização da masculinidade, seus símbolos, da hierarquia do homem. São produtores, ao passo que eles mesmos acabam reproduzindo crenças e práticas que os moldaram; é o reforço do que foi aprendido, a confirmação do que está naturalizado na rotina militar.

### 4.3 Bombeiro ou herói?

Ser bombeiro é ser forte  
É não ter medo da morte  
Em qualquer situação!  
Tem que ser bem decidido  
É enfrentar o perigo  
Com a mangueira na mão...

Na hora que é feito a escala  
E se aproxima a batalha  
É não querer recuar  
É de ter vontade forte...  
É de nunca temer a morte;  
Até o incêndio debelar

Ser bombeiro é ser herói  
Por sempre fazer o bem  
Pois trouxe a missão divina  
De não fugir do perigo,  
E às vezes perder a sua vida...  
Para salvar a vida de alguém.  
(Vivaldo Terres)

Neste estudo, é de extrema importância entender o legado institucional e histórico do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG), pois acontecimentos históricos e a formação da instituição podem nos dar dicas e pistas importantes para se pensar como se dão as relações de masculinidade e heteronormatividade dentro dessa organização. Para tal, busco nesse tópico discutir os principais marcos históricos da instituição e a construção do imaginário de um “bombeiro ideal”.

Atualmente, o CBMMG é uma instituição militar estadual, distribuída em 10 unidades operacionais, um batalhão aéreo, centros, diretorias, Estado maior e Comando Geral. Existem quase seis mil servidores que atendem diretamente 54 municípios e indiretamente todo o estado de Minas Gerais (AQUINO; MARÇAL, 2013). Porém, é evidente que o CBMMG enfrentou um longo percurso até chegar aos dias atuais. Vale ressaltar que, apesar de o CBMMG ser uma instituição consolidada e com muitos anos de história, existem poucos registros compilados sobre essa trajetória; sendo a maioria dos registros encontrados no livro da própria instituição feito na ocasião de seu centenário. Assim, para a construção desse tópico, utilizei o livro do centenário do CBMMG publicado em 2013, além de notícias atuais e relatos de bombeiros que entrevistei..

Neste ponto, o leitor pode se questionar a respeito da veracidade ou de uma suposta falta de “neutralidade”, visto que utilizei os próprios relatos e documentos da corporação para investigar sua história. Assim, é importante frisar que esse estudo não focará tanto em verificar a legitimidade dos documentos, e sim atentar para o surgimento desses enunciados históricos e seus possíveis efeitos de verdade sobre os bombeiros e a corporação. Afinal, a história contada pelos próprios integrantes da instituição contém discursos estruturantes e importantes sobre eles mesmos.

Todavia, é necessário destacar que as histórias dos Corpos de Bombeiros no Brasil estão diretamente ligadas à história da organização das instituições de segurança pública. Assim, de maneira breve, busquei entender a construção das primeiras instituições militares no Brasil, até desembocar na história do CBMMG até os dias de hoje.

As primeiras iniciativas de policiamento no Brasil se deram na época colonial. Segundo Lemes e Garrido (2017), a necessidade de ocupar o território da colônia e a dificuldade dessa tarefa fizeram surgir o sistema de capitânicas hereditárias. Essas capitânicas eram responsáveis por suas próprias forças de defesa e de segurança. A segurança das capitânicas era feita, de modo geral, por forças milicianas que resguardavam o interesse do dono da capitania.

Ainda no período colonial, a segurança pública teve a experiência dos Dragões, que eram responsáveis pela segurança do ouro na região das Minas Gerais. Criados, originalmente, para a defesa de invasões externas e roubos, os Dragões acabariam se tornando uma espécie de polícia militar (LOPES, 2013, p. 50).

No Brasil império, com a chegada da família real, houve um forte movimento para a melhor estruturação de serviços básicos. A construção de uma burocracia mais sólida e da prestação de serviços mais efetiva ocasionou, conseqüentemente, uma maior estruturação das polícias. Autores como Bretas (1998), Bretas e Rosemberg (2013) e Sousa e Morais (2011) defendem que foi nessa época que se deu o início, de fato, das instituições voltadas para a segurança pública no País. A partir dessa estruturação da segurança pública surge a chamada “guarda real”, com características militarizadas e uniformizadas. Segundo Lemes e Garrido (2017), a atuação da guarda real era contrária aos interesses do povo e existia um movimento nítido de “europeizar” os brasileiros no padrão português. Dessa forma, eram comuns ações no sentido da organização dos espaços públicos, disciplinarização de costumes e práticas da população e da normatização do comportamento dos sujeitos.

O corpo de bombeiros militar é pensado, também, em sua forma embrionária nessa época. Até a metade do século XIX, os casos de incêndios eram apagados por milicianos. Em 1856, Dom Pedro II oficializa o corpo de bombeiros, e, em 1880, a corporação passa a se organizar de forma militar. Com a Proclamação da República, as antigas províncias ganharam autonomia para organizar seus próprios esquemas de segurança. Assim, o corpo de bombeiros de cada estado, apesar de ter raízes em comum, foi construído, a partir desse momento, de maneiras distintas.

A história do Corpo de Bombeiros Militar em Minas Gerais se confunde com a da sua capital, Belo Horizonte. Desde a sua construção, por volta dos anos de 1894, a cidade já apresentava advertências quanto a possíveis ocorrências de sinistros frente à inexistência de um serviço de bombeiros (AQUINO; MARÇAL, 2013). Segundo os autores, passados 17 anos da fundação da capital mineira, em 1911, a lei nº 557 autoriza a criação do serviço do corpo de bombeiros. Esses 17 anos foram tempos de lutas e reivindicações para que se instalasse um serviço contra incêndios que acometiam, com frequência, a cidade. Dentre os vários incêndios, o mais famoso foi o que acometeu o próprio prédio da instituição.

IMAGEM 1 – vista frontal do quartel da Força Pública, local de registro do primeiro incêndio na nova capital



Fonte: Aquino; Marçal, 2013, p. 22.

O funcionamento da corporação começou, efetivamente, no ano de 1913 e, ao longo de sua história, o CBMMG apresentou uma estrutura orgânica variada. Segundo Aquino e Marçal (2013), até a década de 1920 o CBMMG sofre uma série de expansão e contração, ora sendo subordinado à então Força Pública, ora logrando mais autonomia.

Nos anos de 1930, os bombeiros ganharam, em seu movimento de expansão, a primeira unidade fora da capital mineira e então foi inaugurado um destacamento na cidade de Juiz de Fora. Esses anos iniciais da instituição alcançaram uma boa estruturação burocrática e de funcionamento. Entretanto, os registros da época deixam evidente que foram várias as dificuldades enfrentadas: falta de equipamentos, problemas no acionamento dos bombeiros, aquartelamento em local inapropriado, pouco efetivo e, principalmente, a falta d'água na cidade de Belo Horizonte e Juiz de Fora (AQUINO; MARÇAL, 2013).

Na época, o número de sinistros que ocorriam na cidade assustava a sociedade civil. A falta de uma vigilância e a rápida expansão da capital eram fatores preocupantes e que marcavam, mais ainda, a necessidade de investimentos no Corpo de Bombeiros. Grandes

incêndios aconteceram nas primeiras décadas do século XX, por exemplo o segundo incêndio no próprio quartel.

IMAGEM 2 - Estado de Minas: “Violento incêndio irrompeu no Quartel”..., 16 de novembro de 1937, anno X, n. 3396, f. 10



Fonte: Batista; Marçal; Madureira; Aquino, 2013, p. 57

Em 4 de janeiro de 1934, por meio do decreto-lei nº 11.186, o Corpo de Bombeiros foi desligado da Força Pública e passou a ser uma instituição emancipada. Entretanto, o militarismo continuou sendo o regime dos bombeiros. Com o passar dos anos, os bombeiros passaram a atender outros tipos de ocorrências como: atropelamentos, tentativas de suicídios, afogamentos, quedas de grandes alturas, desabamentos, enchentes, soterramento e acidentes automobilísticos (AQUINO; MARÇAL, 2013).

IMAGEM 3 - incêndio na década de 1940



Fonte: Aquino; Marçal, 2013, p. 62

O aumento do escopo de atendimentos e dos números de ocorrências, conforme a cidade ia crescendo, fez com que o então presidente da República, Getúlio Vargas, implantasse um trabalho de prevenção a ser desenvolvido pelos bombeiros. O decreto nº 35.390, de 3 de abril de 1954, atribuía, como uma das principais funções do corpo de bombeiros, a prevenção de acidentes domésticos e incêndios.

Nos idos da década de 1950, a corporação já gozava de uma estrutura bem consolidada. Os bombeiros eram vistos com respeito e se construía uma imagem de salvadores e verdadeiros “amigos na hora incerta” (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 11). Juntamente com essa consolidação, firmavam-se também os processos disciplinares, a organização, as hierarquias e o modo militar dos bombeiros, como observado na imagem abaixo.

IMAGEM 4 – Tropas no pátio do quartel de bombeiros na rua Piauí, bairro Funcionários, década de 40



Fonte: Batista; Marçal; Madureira; Aquino, 2013, p. 59

Ainda na década de 1950, a instalação do parque industrial em Contagem trouxe mais um batalhão na região, ampliando assim sua equipe técnica. Com esse acontecimento, iniciou-se o importante processo de descentralização da corporação na região metropolitana de Belo Horizonte. No final da década de 1950, ainda com ares de expansão da instituição, a lei nº 2007 de 27 de novembro de 1959, criava a taxa de serviços contra o fogo. Essa lei buscava aparelhar a instituição e sanar os baixos investimentos desde a criação do Corpo de Bombeiros.

O ano de 1964 trouxe marcas indeléveis na história e nas características dos bombeiros. Com a ascensão dos militares ao poder, os militares do Corpo de Bombeiros assumiram funções estratégicas, monitorando pontos diversos da cidade de Belo Horizonte, como reservatórios de água, estações de energia etc (AQUINO; MARÇAL, 2013). Os anos de ditadura foram importantes para a descentralização dos bombeiros pelo estado de Minas Gerais, como é possível ver pelos novos destacamentos inaugurados concomitantemente: Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares e Montes Claros.

Como ressaltado anteriormente, junto com a expansão física e quantitativa da instituição, consolidava-se também uma imagem idealizada da mesma.

O corpo de bombeiros militar ilustra o rol das mais admiradas instituições públicas. Essa admiração de que é depositária a corporação não é fruto do acaso, mas brota da excelência de serviços prestados e, sobretudo, da bravura e destemor de seus homens

e mulheres, todos soldados das mais nobres causas – a causa da vida. Em boa hora vem a iniciativa de palmilhar esse século de existência institucional, que contamos desde os idos de 1911, por obra do Governador Bueno Brandão (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 11).

[...] tentar compreender a trajetória da corporação, registrando o valor de homens e mulheres que, em grande parte das vezes, envoltos no anonimato, agem de forma heroica na missão de salvar vidas e bens (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 14).

Apesar de se afigurar de formas e nomes diferentes em todo mundo, a corporação de bombeiros é percebida como um grupo de heróis. Homens transmutados em anjos que se doam no intento de salvar, proteger e resgatar vidas e bens alheios. Expondo-se a contágios químicos, biológicos, explosões, fogo, água, terremotos, acidentes, atendimentos pré-hospitalares, desabamentos, soterramentos, inundações, afogamentos, ações de defesa civil em geral, esse profissional sai todos os dias de casa sem ter como certo seu retorno (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 175).

Nesse movimento, a imagem ideal de um bombeiro também se fortalecia. As notícias evidenciadas no livro da história da instituição já davam sinais de uma imagem salvadora, de quase um *superman*. Para além da imagem de um “amigo certo, nas horas incertas”, foi sendo lapidada, também, a imagem de um bombeiro protetor e que honra a família, a ideia de um homem provedor e que arrisca sua vida em prol de outras.

Dando sequência à história, em 25 de agosto de 1966, o Corpo de Bombeiros é reintegrado, novamente, a um órgão policial. Antes da Força Pública, agora da Polícia Militar de Minas Gerais, assim os bombeiros perdiam autonomia:

O estandarte do corpo de bombeiros era entregue em cerimônia ao Coronel policial. As fardas passam a se identificar: cáqui! Somente o cinto ginástico e, no setor operacional, o capacete, distinguem o policial bombeiro. Uma vez no comando do Brasil, os militares efetuaram mudanças na segurança pública em todo o país, assumindo um modelo mono policial (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 107).

Os ventos da redemocratização na década de 1980 trouxeram esperanças para a sociedade brasileira. A expectativa de uma sociedade mais democrática e respeitosa refletia-se também na expectativa na prestação dos serviços militares à população, porém poucas mudanças efetivas foram observadas (FABRETTI, 2015). A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, trouxe avanços em direção a uma segurança pública melhor, mas

ainda sim deixando a desejar em relação a uma segurança pública menos militarizada e mais humana. Vale destacar que a década de 1980 foi caracterizada por uma grande expansão do CBMMG, com a abertura de novas unidades.

TABELA 1- Expansão do CBMMG na década de 1980

| Município         | Data de Implantação     |
|-------------------|-------------------------|
| Lavras            | Abril de 1980           |
| Ituiutaba         | 16 de setembro de 1980  |
| Pouso Alegre      | 19 de outubro de 1980   |
| Alfenas           | 20 de agosto de 1982    |
| Itajubá           | 15 de dezembro de 1980  |
| Divinópolis       | 21 de fevereiro de 1981 |
| Diamantina        | 11 de fevereiro de 1984 |
| Varginha          | 07 de outubro de 1985   |
| Passos            | 02 de setembro de 1981  |
| São S. do Paraíso | 25 de outubro de 1986   |
| Barbacena         | 20 de novembro de 1986  |
| Vespasiano        | 02 de julho de 1988     |
| Sabará            | 22 de julho de 1988     |
| Ubá               | 12 de dezembro de 1988  |

Fonte: Batista; Marçal; Madureira; Aquino, 2013, p. 119

A década de 1990 foi marcada por profundas mudanças no CBMMG. Reivindicações e o entendimento que os serviços de bombeiros e policiais se diferenciavam culminaram em movimentos de desvinculação da corporação do organograma da Polícia Militar de Minas Gerais. No dia 2 de junho de 1999, por intermédio do governador Itamar Franco e da Emenda constitucional n° 34, o Corpo de Bombeiros ganhou, novamente, sua autonomia.

Desde então, muitas mudanças foram executadas de maneira autônoma, por exemplo o ingresso de mulheres na instituição por intermédio da lei n° 11099, que possibilitou a entrada de 80 mulheres em 1999. Outros exemplos são ações de expansão para cuidados do meio ambiente, expansão e qualificação de atividades aéreas etc.

IMAGEM 5- A primeira turma de mulheres no CBMMG



Fonte: Batista; Marçal; Madureira; Aquino, 2013, p. 127

A entrada das mulheres no CBMMG foi um acontecimento de extrema importância para que a instituição começasse, mesmo que não de maneira maciça, a pensar em questões de gênero. Capelle (2006), num estudo sobre mulheres em ambientes militares, ressalta as dificuldades e as conquistas das mulheres para exercerem cargos e funções militares. No CBMMG, essas dificuldades não foram distintas; uma série de relatos evidenciam que houve e ainda há resistência contra o serviço militar feminino na instituição. Os trechos a seguir evidenciam as impressões iniciais sobre a formação da primeira turma feminina da CBMMG.

Os instrutores que estiveram à frente da formação dessas mulheres submetem-nas às mais exigentes provas, testes de força, de resistência, de técnica, levando-as constantemente à exaustão de seus corpos. Era preciso saber se as mulheres estavam realmente aptas para a realização de tais tarefas sem prejuízo para o Corpo de bombeiros (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 125).

Formadas, as novas policiais bombeiros foram designadas para os setores operacionais do Corpo de Bombeiros. Tendo provado aos seus instrutores que eram capazes. Esse exercício de comprovação lhes acompanharia ainda por muito tempo. Lidava-se ali com novos paradigmas na corporação. Uma vez nos batalhões, era preciso mostrar a seus comandantes que eram capazes de tripular viaturas e exercer todas as atividades de bombeiros militares (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 126).

Assevero que a inserção das mulheres trouxe também efeitos para os bombeiros gays em termos de comparação e questões sobre feminilidade. Seguindo uma ordem cronológica da história, chegado ao atual século XXI, não há tempo hábil para fazer um balanço histórico desses últimos anos. Entretanto, é possível ressaltar que o CBMMG contou com um número considerável de concursos, o que mostra a preocupação com o aumento do efetivo (AQUINO; MARÇA, 2013).

Bohn (2017) chama atenção para que o fato de que processo sócio-histórico e as representações simbólicas das instituições militares são fatores que contribuem muito para o entendimento de práticas e pensamentos arcaicos encontrados na atualidade. Vale ressaltar, também, que as instituições militares apresentam pontos em comum com instituições totais.

As instituições totais podem ser pensadas como organizações que englobam os sujeitos e suas vidas em uma totalidade (moradia, trabalho, lazer, educação), ou seja, são instituições que, de certa forma, regulam os sujeitos que compõem tal organização. Assim, podem-se definir instituições totais

como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1987, p. 1).

Os estudos de Goffman (1987) elencam uma série de instituições que são totais, dentre as quais o autor destaca os quartéis. Neste trabalho, é de grande valia ressaltar que o corpo de bombeiros não é uma instituição essencialmente total; todavia, apresenta características e pontos em comum com a lógica de instituições totais.

O fato de o corpo de bombeiros militar apresentar aspectos de uma vida conduzida em um mesmo lugar e estruturada de forma hierárquica, com regras e normas bem estabelecidas, atividades obrigatórias e autoridades com poder de sanções, faz com que essa instituição se aproxime da lógica de instituições totais. Entretanto, a característica essencial dessas últimas, que é o sujeito perder a sua posição de sujeito e de responder por si mesmo, não é encontrada dentro do corpo de bombeiros.

Os bombeiros têm, em sua rotina laboral e pessoal, espaço para se constituírem como sujeitos de maneira independente de suas organizações laborais. Admito que, facilmente, podemos encontrar processos institucionais de modelagem do comportamento dos sujeitos

estudados por Goffman (1987); destarte, essa modelagem não alcança os processos de mortificação do sujeito, citados pelo autor como uma das características principais de instituições totais.

Como discutido anteriormente, apelidos e gozações, que parecem ser despreziosos, são também características de instituições totais presentes na organização aqui estudada. As fronteiras entre o sujeito e a instituição ficam turvas, de maneira tal que as crenças da instituição serão automaticamente as dos indivíduos. Nesse estudo, podemos ressaltar que os militares gays são alvo de piadas e gozações que põem em cheque sua masculinidade e que contestam suas orientações sexuais (LEITE; SANTANA, 2013). E o “ápice da contaminação interpessoal tem seu modelo na violação e perseguição sexual, fato também típico nas instituições totais. A intimidade pessoal é totalmente destruída e devassada nesses casos” (GOFFMAN, 1987, p. 33).

Portanto, é nessa seara e com essas características que o CBMMG foi e continua sendo criado. Por trás dessa longa construção, uma série de elementos e feixes discursivos forjaram as relações de poder, a heteronormatividade e o ideal de masculinidade na instituição e é justamente isso que me proponho a entender aqui.

## 5. (Des)caminhos percorridos

A escolha do método a ser utilizado em uma investigação científica está diretamente ligada à natureza do problema a ser pesquisado. Evidentemente, antes de adentrar na discussão dos métodos de coleta e análise de dados usados nesse estudo, é necessário relembrar o objetivo aqui proposto. Este estudo busca evidenciar como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas em trajetórias laborais de homossexuais no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Dessa forma, a pesquisa apresenta natureza qualitativa. A pesquisa qualitativa se torna interessante ao proporcionar “uma maior compreensão de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo face à configuração das estruturas sociais” (HAGUTE, 2003, p.63). Nesse sentido, Souza (2014) ressalta a importância para o fato de que na pesquisa qualitativa ocorre uma relação entre o pesquisador e os atores da pesquisa, de tal forma que não é possível interpretar os dados de forma isolada e neutra. Destaco também que a opção pela pesquisa qualitativa possibilitou um aprofundamento na complexidade de experiências pessoais e das relações de poder presentes nesse ambiente militar.

Na produção de dados, com bombeiros militares gays, busquei utilizar como método entrevistas semiestruturadas. De acordo com Minayo (2010), a entrevista é uma das formas que permite maior proximidade entre o entrevistador e o entrevistado, enriquecendo as percepções e o aprofundamento nas questões a serem pesquisadas. Segundo a autora, a entrevista é acima de tudo uma conversa a dois e uma forma privilegiada de interação social que permite ao pesquisador construir informações pertinentes ao seu objeto de estudo. As entrevistas na modalidade semiestruturada, segundo Minayo (2010), são as que combinam perguntas fechadas e abertas e que permitem ao entrevistado maior espaço para falar.

Minayo (2010) destaca a possibilidade de novos direcionamentos feitos no momento da entrevista, que, na modalidade semiestruturada, favorecem a capacidade de se aproximar mais das experiências de interesse do pesquisador e de obter maior proximidade do entrevistado. Neste ponto, é importante frisar que posicionei o meu corpo como uma experimentação política.

O corpo do pesquisador como experiência é escrito/vivido a partir desta perspectiva como um complexo de significações, efeitos, atitudes, disposições, associações e percepções que resultam da interação semiótica entre si e o mundo exterior (LAURETIS, 2006, p. 110).

Dessa forma, o meu corpo não se mostrou neutro durante a pesquisa. Um corpo magro, branco e jovem de certa maneira atrai e distancia, é alvo de olhares e de repulsas e se faz importante na troca de informações, na conquista da confiança e da aproximação (ou não). Acredito que a jovialidade muitas vezes se apresentou como um fator de impedimento nas conversas e na conquista da confiança dos participantes do estudo.

A condução dessa pesquisa necessitou de um grande cuidado ético. Entretanto, os desafios aqui enfrentados “não foram mais difíceis do que qualquer outro estudo que se sustenta no compromisso político com as discussões sobre as moralidades e normalidades acionadas e reiteradas para a manutenção do dispositivo da sexualidade” (POCAHY, 2011). O tema de homossexualidades em instituições militares, em particular no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, por ser polêmico, requisitou-me entender a importância do sigilo quanto aos entrevistados e ao que me foi confiado. Muitas vezes, meu tema de pesquisa foi motivo de curiosidade e questionamento; assim, busquei não expor e ridicularizar os entrevistados e suas experiências de vida.

Neste estudo, devido ao risco de não identificarmos sujeitos interessados em participar da pesquisa, foi necessário antecipar o contato com os sujeitos e realizar entrevistas-piloto. As entrevistas-piloto tiveram como objetivos: 1) iniciar o contato com possíveis sujeitos dispostos a contarem suas experiências e 2) aprimorar o roteiro de entrevistas. Foram realizadas três entrevistas-piloto, durante as quais busquei escutá-los, respeitar o sigilo pedido, entender os medos que eles vivenciam ao falar sobre suas vidas e seu trabalho. Conversar com militares gays sobre ser gay é extremamente espinhoso e requer cautela e confiança dos dois lados; assim, as entrevistas-piloto foram essenciais para uma aproximação com esses bombeiros.

O critério central de seleção dos sujeitos foi a sua disponibilidade para falar, frente à dificuldade de encontrar pessoas dispostas a compartilharem suas experiências sobre essa temática. Nos primeiros contatos, usei a técnica da bola de neve, que consiste em uma seleção não probabilística em que os sujeitos iniciais indicam outros e assim sucessivamente até a saturação da coleta de entrevistas (WHA, 1994).

Vale destacar que, como afirma Albuquerque (2009), a técnica da bola de neve permite coletar informações sobre os sujeitos entrevistados, assim como informações que tratam das relações entre os entrevistados. Assim, o pesquisador pode destrinchar com maior detalhe os discursos coletados. Esses contatos iniciais se deram de formas diversas: conversas informais, conversas por telefone, encontros, convivência em lugares específicos e por entrevistas-piloto.

Foram entrevistados 10 bombeiros militares, sendo que, para alguns entrevistados, foi possível e necessária a realização de mais entrevistas. Suas identidades foram preservadas, e, por isso, os nomes aqui usados são fictícios.

Concomitantemente com as entrevistas semiestruturadas, foi realizada uma pesquisa documental. A pesquisa documental se baseou, essencialmente, no levantamento de publicações oficiais, código de ética, regimentos internos, circulares, notícias relacionadas à temática, leis, processos sobre homofobia em instituições militares e, principalmente, o livro institucional lançado em comemoração aos 100 anos do CBMMG. Essa busca teve como intuito acessar o que já foi produzido sobre a temática, assim como o maior entendimento do campo de coexistência dos discursos que emergiram. Busquei, nesta pesquisa documental, a compreensão de aspectos organizacionais, fundamentos disciplinares, códigos e eventos formais e informais de interação social.

Os documentos escritos constituem uma fonte rica de informações, que permite a reconstituição de um passado longínquo ou recente (CELLARD, 2008). Neste trabalho, documentos oficiais, regimentos internos e até mesmo documentos não oficiais podem revelar práticas sociais, crenças e ações naturalizadas que influenciam diretamente na vivência e na percepção da heteronormatividade e masculinidades no dia a dia dos bombeiros militares. A mineração de dados documentais exige do pesquisador astúcia e atenção, visto que podem existir armadilhas e informações tendenciosas. Dessa forma, faz-se necessária atenção para: 1) o contexto; 2) autor e autores; 3) autenticidade e a confiabilidade do texto; e 4) a natureza do texto.

O contexto dos documentos é de extrema importância para que o pesquisador entenda o cenário em que esse documento foi produzido, para quem foi escrito, por quem foi escrito. Os fatos e acontecimentos da época exercem forte influência sobre como os documentos são produzidos, para quem são produzidos e de que forma são veiculados.

O autor ou autores são, também, um elemento que deve ser levado em consideração ao trabalhar com documentos. É preciso problematizar quem o escreveu, qual a posição de quem o escreveu, os interesses do autor e/ou da posição institucional que ele ocupa (CELLARD, 2008).

A autenticidade e a confiabilidade do texto, obviamente, são uma preocupação do pesquisador. Segundo Cellard (2008), não basta saber a origem, ideologia e contexto do

documento, é necessário verificar a sua veracidade. A natureza do documento é importante, pois um texto jurídico é extremamente diferente de um texto jornalístico, por exemplo, ou seja, cada natureza tem suas especificidades, objetivos e mensagens distintas.

Explicados os principais caminhos tomados para a construção do *corpus* dessa pesquisa, parto para a proposta de uma *analítica artesanal* (PEREIRA, 2014) baseada nos escritos de Foucault (2008). Segundo Pereira (2014), a partir de um ferramental proposto por Foucault, é possível a construção de uma analítica modelada e ajustada a cada problema de pesquisa. Assim, busco garimpar elementos e construir uma analítica plástica e nos moldes que melhor atendam os objetivos deste estudo.

Vale ressaltar que o termo *analítica artesanal* parte do pressuposto de que Foucault (2008) não criou e propôs um método hermético e rígido para investir as relações sociais e as relações de poder. Pelo contrário, o filósofo destrinchou uma série de ferramentas que servem como auxílio para outros pesquisadores construírem, por si mesmos e de maneira artesanal, uma analítica que, de fato, ajuste-se e os auxilie a alcançar os objetivos propostos. Para tanto, antes de adentrar nessa discussão, é necessário compreender como o discurso é entendido na perspectiva foucaultiana e como se pode trabalhá-lo numa perspectiva artesanal.

O discurso e sua análise têm sido alvo de grande atenção, de maneira geral, nas ciências sociais. Diversos campos do saber criaram instrumentos que buscam entender o discurso, seja por análises com bases gramaticais, lógicas e semiológicas. Frente a isso, é necessário reconhecer que os discursos são teias complexas e de difícil enquadramento, que se encontram difusos pela sociedade e são atravessados por uma gama de questões. Nesse ponto ressalto a importância de não se confundir discurso e fala. Apesar do discurso e fala serem fenômenos próximos, apresentam características e funções distintas.

Uma das principais características do discurso, para o filósofo, é que, em sua essência, ele é fruto de uma construção social. Sendo construído socialmente, ao se pensar o discurso, é necessário questionar-se sobre o seu contexto social, econômico, cultural, das relações de poder, das posições dos sujeitos e todo um emaranhado de elementos que influenciam nos discursos ditos e não ditos.

Assumindo essa complexidade, a visão foucaultiana se distancia de uma análise voltada para questões linguísticas e para análises herméticas ou de estruturas muito engessadas. Dessa forma, Foucault (2008) não estava preocupado em analisar frases, palavras ou estruturas gramaticais; mas sim o caráter sócio-histórico que permite, ou não, o surgimento de alguns discursos, considerando as contingências em que eles surgem.

Dizer que essa analítica proposta está pouco preocupada com as estruturas gramaticais ou da linguagem não quer dizer que ela as ignora. Os enunciados, na maioria das vezes, são construídos com base em estruturas gramaticais e da linguagem. O que a análise foucaultiana ressalta é que os enunciados não se prendem a essas estruturas, ou seja, podem e existem muitos enunciados que fogem e se constroem fora dessas estruturas convencionais. Assim, trabalharemos com uma perspectiva de enunciado mais ampla.

Dessa forma, Pereira (2014) ressalta que os enunciados apresentam um caráter fluido e escorregadio, e, por isso, é difícil manejá-los e analisá-los de forma rígida e positivista.

Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse “mais” que os torna irredutíveis a língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 55).

É nesse sentido que busco, de maneira breve, discutir os principais conceitos da análise foucaultiana para formular uma analítica artesanal dos discursos dos bombeiros gays. O primeiro deles, o enunciado, como discutido anteriormente, distancia-se de um entendimento rígido e de uma estrutura fechada. O enunciado deve ser pensado como uma *função* que carrega um efeito de verdade exercida de modo vertical; função no sentido de um exercício funcional dos enunciados, que são (re)criados e (res)significados rapidamente.

O que se descobriu não foi o enunciado atômico— com seu efeito de sentido, sua origem, seus limites e sua individualidade, mas sim o campo de exercício da função enunciativa e as condições segundo as quais elas fazem aparecer unidades diversas (que podem ser, mas não necessariamente, de ordem gramatical ou lógica) (FOUCAULT, 2008, p. 120).

Pensar os enunciados como uma teia de funções maleáveis, fugazes e dinâmicas implica a necessidade de se pensar, também, o contexto em que essas funções enunciativas são exercidas. Assim, chegamos no segundo conceito da análise foucaultiana: o campo de coexistência. Segundo Pereira (2014), todo enunciado é composto e delineado por suas margens que, por sua vez, são povoadas por outros discursos. Por assim dizer, as funções enunciativas encontram-se num campo de coexistência, onde as funções se encontram, ligam-se, conectam-se, aproximam-se e se distanciam.

Não há enunciado que não suponha outros. Não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistência, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis. Se se pode falar de um enunciado, é na medida em que uma frase

(uma proposição) figura, em um ponto definido, com uma posição determinada, em um jogo enunciativo que a extrapola (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Por conseguinte, não é possível pensar as funções enunciativas de maneira descontextualizada. Elementos históricos, sociais, econômicos, culturais e uma gama de contingências formam e dão sentido aos enunciados, sendo esse conjunto chamado de campo de coexistência.

Neste ponto se faz pertinente sublinhar que a análise foucaultiana busca não ultrapassar o que foi dito. Com isso, quero dizer que não existe a pretensão de fazer mergulhos mais profundos buscando revelar discursos não ditos, implícitos ou escondidos no subconsciente. Busco, seguindo os passos de Foucault (2008), trabalhar apenas com enunciados ditos e seus elementos coexistentes com a intenção de entender a sua dinâmica e seus efeitos sobre os sujeitos.

Analisar o enunciado em si mesmo não se traduz em uma tentativa de alcançar um nível discursivo oculto ou mais profundo, mas busca tornar evidente a singularidade histórica que permitiu a existência de determinados enunciados e que os coloca à disposição para um sem-número de usos, eventuais reativações ou transformações (PEREIRA, 2014, p. 84).

Trabalhando apenas com o que foi dito e partindo do pressuposto de que todo enunciado é, em si, único e produto do agora, como podem, então, os enunciados se repetirem? Como podem os discursos se estenderem ao longo de um espaço-tempo? Eis que entra o terceiro conceito da análise foucaultiana: a remanência.

O conceito de remanência trata da capacidade dos enunciados de serem conservados e perenes ao longo de um tempo e espaço. Assim, pode-se dizer que os enunciados apresentam graus de remanência e muitos deles nos causam uma sensação anacrônica. Segundo Foucault (2008), os enunciados conseguem graus de remanência por meio de um conjunto de suportes e técnicas que podem se dar por meio do sistema educacional, escrita, filmes, contos e outros; por vias institucionais ou até mesmo mecanismos estatutários como leis, enunciados científicos etc. A análise documental feita foi essencial para a decantação de enunciados heteronormativos e de valorização da masculinidade que apresentam alto grau de remanência.

Os discursos, independentemente de seus graus de remanência, precisam estar localizados e apropriados de maneira legítima socialmente para que sejam inteligíveis. No dia

a dia não nos questionamos quem falou o quê, mas imaginemos um bombeiro militar discursando sobre os avanços da astrofísica. Parece estranho, certo? Esse estranhamento é vindo do fato de que os enunciados necessitam serem ditos por sujeitos habilitados e em posições institucionais (ou não) reconhecidas para serem considerados válidos.

Assim, os regimes de apropriação são as ditas “regras” do jogo enunciativo para serem vistas como legítimas. Pois, para o surgimento de um enunciado, além do seu campo de coexistência, é necessário que o discurso seja apropriado por indivíduos que ocupem posições reconhecidas nesse jogo.

Em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso-entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato aos corpos dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas— está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Pensando nos bombeiros, os regimes de apropriação do que é possível e lógico ser dito, ou não, estão fortemente ligados às patentes e à hierarquia institucional. Os enunciados das patentes mais altas carregam um peso maior de autoridade e podem ser entendidos como os enunciados-“guia”, que contêm efeitos de verdades e de maior influência na instituição. Para além das hierarquias, e se aproximando mais do meu objetivo, busco nas análises evidenciar que ser (ou não ser) heteronormativo e másculo são também elementos que influenciam diretamente nos regimes de apropriação.

Nessa seara de elementos que conduzem e dão sentido aos enunciados, que permitem que alguns discursos apareçam e que outros sejam silenciados, Foucault (2008) busca discutir a formação discursiva. A formação dos discursos, juntamente com todos os elementos anteriormente destacados, dá-se por meio de normas que garantem uma formação contínua e concisa de determinados discursos. Assim, as formações discursivas criam mecanismos e determinam o que se fala, o modo como se fala, quem fala, quais as estratégias de fala etc. Dessa forma, pode-se entender por formação discursiva

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão,

tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade" (FOUCAULT, 2008; p. 44).

Entretanto, é importante destacar que as formações discursivas<sup>2</sup> não são deterministas. Quero dizer com isso que o conceito de formação discursiva tem como intuito mostrar que existem mecanismos e formas que favorecem o surgimento de alguns discursos, e não outros. Porém, obviamente, existe uma gama de discursos incoerentes com as normas, subversivos e criativos e, assim como as formações discursivas, esses discursos “fora do esperado” também nos interessam aqui como forma de resistência.

Um importante mecanismo das formações discursivas é o arquivo. Foucault (2008) trabalha o conceito de arquivo de maneira distinta daquela usada no nosso dia a dia. Arquivo não seria o conjunto de documentos engavetados de maneira organizada. O arquivo seria a possibilidade de diferenciação de determinados discursos desde o seu aparecimento, ou seja, o conceito de arquivo é o convite para lançar o olhar para os limites temporais do discurso; é colocar o discurso em evidência numa linha do tempo e problematizar sua perenidade.

É nesse movimento de idas e vindas da formação discursiva e dos arquivos que se pode produzir conjuntos de verdades acerca da homossexualidade a partir discursos médicos, discursos jurídicos, discursos religiosos, discursos sobre a homossexualidade e em muitos outros. E, dentre esses discursos, pode-se dizer também em discursos heteronormativos e de uma masculinidade hegemônica. Vale lembrar que esses

discursos auxiliam na construção de normas e convenções sociais e, também, delineiam identidades e instituições. Os discursos são capazes de oferecer representações específicas para a realidade, abrindo posições para os sujeitos sociais e contribuindo, muitas vezes, para o controle e reprodução social (FAIRCLOUGH, 1995).

<sup>2</sup> Vale a ressalva de que a formação discursiva aqui discutida acerca dos discursos sobre a vivência da heteronormatividade e masculinidade vivenciada pelos bombeiros gays poderia ser enriquecida se trabalhada juntamente com o conceito de performatividade de Butler. A ideia central seria de que os bombeiros perdoam por meio de discursos comportamentos, crenças e posições na instituição. Entretanto, por uma questão de factibilidade o conceito de performatividade não será abordado de maneira aprofundada.

Assim, Fairclough (1992) ressalta que as práticas discursivas estão amalgamadas com as práticas sociais. Os discursos e as práticas sociais movem as “engrenagens” em conjunto. Por isso, é difícil a completa separação de atos discriminatórios contra bombeiros gays e “apenas” palavras ou discussões.

Dentre as múltiplas possibilidades de concatenação que podemos estabelecer entre esses diferentes conceitos, é cabível dizer que um discurso (enquanto conjunto específico de enunciados) se apoia na regularidade de uma formação discursiva e, ao mesmo tempo, é sustentado pelos saberes constituídos no nível de suas práticas discursivas (PEREIRA, 2014, p. 93).

Portanto, o que busco neste estudo é trazer à tona um conjunto de relatos orais e de documentos que nos dão pistas de enunciados com força de verdade dentro da instituição em questão. A partir disso, procuro destrinchar esses enunciados buscando pontuar o seu campo de coexistência, suas práticas e formações discursivas e seus valores de verdade. Assim, partindo desses dados coletados, os enunciados analisados foram aqueles que apresentaram as remanências e o seu campo de coexistência.

Essa análise permitiu, também, evidenciar normas e crenças construídas no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais acerca dos homossexuais. O trabalho foi, basicamente, problematizar e buscar entender normas e crenças já naturalizadas na instituição. Nesse ponto, ressalto que essa analítica construída aqui não tem como pretensão criar generalizações. Essa metodologia tem como intuito, puramente, responder as questões aqui propostas.

No caso desta pesquisa, volta-se o foco tanto para o funcionamento dos mecanismos de poder em operação nos sujeitos, as suas relações de poder, os posicionamentos que ocupam, os enunciados que são parte dos regimes de verdade que eles se utilizam para se constituírem através das práticas de si num movimento pendular entre dispositivos e enunciados (NUNES, 2018, p. 125).

Portanto, o que busco é investigar relações (lógicas ou não) entre os enunciados que surgiram e seus campos de coexistência, suas relações com a história da corporação mineira dos bombeiros, de suas normas e de seus efeitos de verdade que recaem sobre os sujeitos.

## 6. Hierarquia, Disciplina e Corpo

Meu corpo é poesia pra quem sabe ler  
 É a linha tênue entre a inocência e o prazer É  
 a mistura de delicadeza e exagero [...]

Helena Ferreira

Iniciar uma análise é sempre uma tarefa árdua. Por onde começar a destrinchar um assunto que apresenta uma gama enorme de questões a serem (re)pensadas e refletidas não é uma decisão trivial. Ao longo do meu campo, em meio a entrevistas, conversas, encontros e *e-mails*, sempre me questionava: o que devo discutir no início? Dessa forma, resolvi iniciar minha discussão pelos dois elementos estruturantes das instituições militares: hierarquia e disciplina.

Como discutido na parte histórica dos bombeiros, a instituição, no Estado de Minas Gerais, apresentou, desde os seus primeiros passos, fortes laços com a PMMG. Desse modo, é importante frisar que a história da polícia e da segurança pública em Minas Gerais compartilha muitos pontos em comum e que, assim como no Brasil, sofreu forte influência militar graças à chegada da família real no País (BRETAS, 1998).

Dessa forma, o militarismo e todos seus elementos (hierarquia, disciplina, farda, honra, etc.) foram marcantes no legado institucional do CBMMG. Alinhando-me a uma perspectiva foucaultiana, esses elementos são extremamente importantes quando questionados os regimes de verdades que surgiam, e ainda surgem, nesses ambientes militares. Essa gama de elementos, atravessados por feixes discursivos, certamente criam verdades que recaem sobre os sujeitos ali presentes e podem nos dar pistas importantes das vivências de masculinidade e heteronormatividade nessa organização.

Seguindo essa lógica e pensando, inicialmente, na junção hierarquia-disciplina e seus efeitos na sexualidade dos indivíduos, faz-se interessante questionar: quais mecanismos poderiam ser usados para disciplinar o corpo ao serviço rígido de um militar? De que maneira fazer com que esses militares internalizassem e respeitassem uma hierarquia tão cristalizada? Como a disciplina e a hierarquia militar podem influenciar na vivência da sexualidade dos militares? Claramente, essas perguntas envolvem várias questões subjetivas, históricas e sociais das instituições militares. Entretanto, na difícil tarefa de puxar um fio condutor para realizar as

análises, recorro, inicialmente, a algumas normativas encontradas em regimentos internos e leis que regem o CBMMG.

Um regimento/lei de criação é, ao meu ver, uma carta inicial. É como se fosse uma “certidão de nascimento” de uma instituição. É onde você encontra as principais pistas de “como deve ser” e “como deve funcionar” aquele espaço. Nos termos analíticos aqui usados, esses regimentos e leis são enunciados com função social de organizar o funcionamento dessa instituição e, também, elementos importantes para a formação discursiva presentes nesse ambiente. Como ressaltado no referencial teórico, essas leis influenciam diretamente na construção e (re)afirmação de normas sociais (BUTLER, 2004). Assim, no intuito de entender melhor o funcionamento do CBMMG, busquei, nos principais regimentos da instituição, elementos que me permitem refletir questões hierárquicas e disciplinares e seus possíveis efeitos sobre os sujeitos.

Ao longo das leituras desses regimentos e leis que regem o CBMMG e até mesmo das legislações gerais de instituições militares, percebi que existem poucas normativas que dizem, diretamente, sobre questões de sexualidade. Entretanto, o olhar cuidadoso que a pesquisa nos exige me permitiu levantar uma série de normativas que tangenciam essas questões que parecem estar “ocultas”. Quero ressaltar com isso que a seleção de alguns trechos de regimentos, quando localizados no tempo e no espaço e quando trabalhados em conjunto com uma série de discursos da época, permite a visualização de uma teia de poder que favoreceu e favorece o surgimento de uma gama de discursos e verdades acerca dessas questões.

Assim, direciono-me, primeiramente, à Lei nº 5.301/1969, que é o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. Antes de adentrar, ressalto que existe, a nível federal, a Lei 6.880/1980, que é o Estatuto Nacional dos Militares e que dá subsídios para esse Estatuto Estadual. Entretanto, por questão de proximidade da instituição pesquisada, dei ênfase às leis e regulamentos estaduais e ao Código Penal Militar.

O Estatuto dos Militares de Minas Gerais (Lei 5.301/1969) em seu art. 2 já informa que o seu modelo de estruturação e de funcionamento está calcado, de maneira quase inseparável, na hierarquia e disciplina.

São militares do Estado os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Redação dos Art. 1º e 2º dada pela Lei Complementar nº 95, de 17/1/07 O termo “militar do Estado” tem fundamento no Art. 42 da Constituição Federal (CF): “Art. 42. Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares,

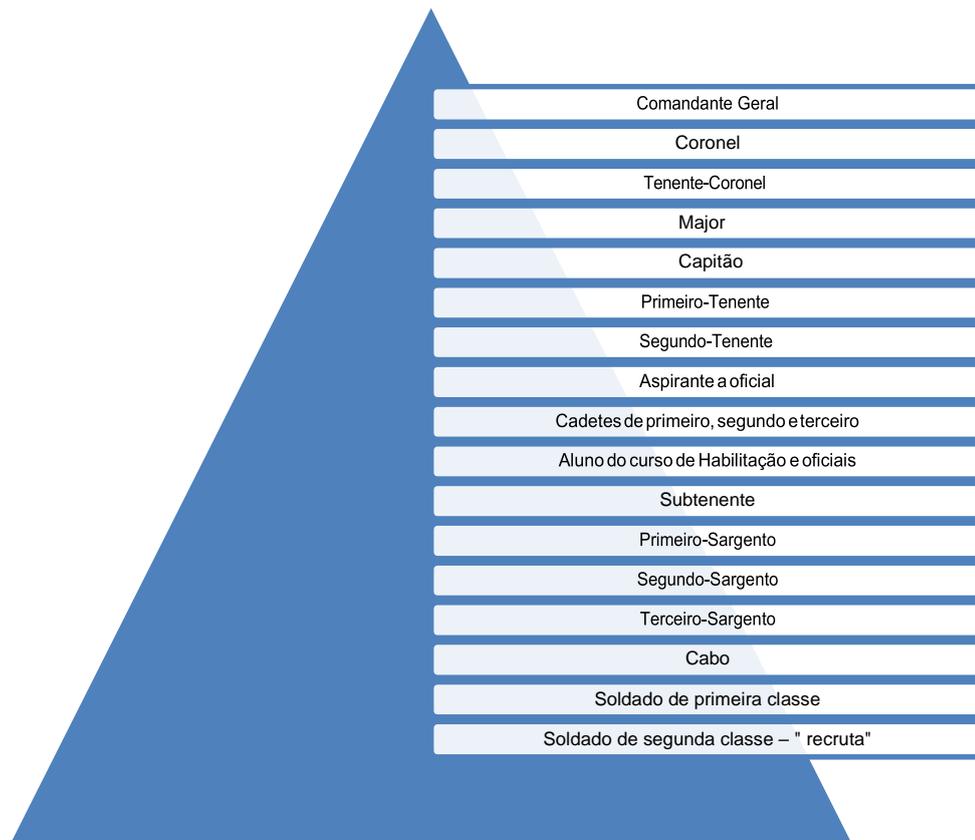
instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios” (MINAS GERAIS, 1969).

A lei complementar nº 54/1999, específica do CBMMG, converge para o enunciado de hierarquia e disciplina em seu art. 1º.

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, considerado força auxiliar e reserva do Exército, nos termos do inciso V e do § 6º do art. 144 da Constituição da República e do inciso II do art. 142 da Constituição do Estado, modificado pela Emenda à Constituição nº 39, de 2 de junho de 1999, é organizado com base na hierarquia e na disciplina (MINAS GERAIS, 1999).

Não é novidade saber que militares estão organizados e habituados com hierarquia e disciplina em seu dia a dia. O que torna interessante, neste estudo, é pensar como esses dois elementos juntos dão bases para se pensar toda uma teia de poder vigente no CBMMG e seus efeitos de verdade sobre os corpos. Nesse sentido, uma das principais formas para se pensar a hierarquia no CBMMG é por meio da divisão de cargos e funções. A divisão de cargos permite, para além da funcionalidade da instituição, a criação de posições privilegiadas para os seus ocupantes. Conforme o Estatuto Estadual dos Militares de Minas Gerais, os cargos no Corpo de Bombeiros estão estruturados da seguinte maneira:

Gráfico 1: Divisão hierárquica de cargos e funções do CBMMG



Fonte: Elaborado a partir de Aquino e Marçal (2013)

Essa pirâmide hierarquizada dos cargos organizacionais apresenta um forte valor enunciativo do funcionamento e da estrutura do CBMMG. O acesso à alta hierarquia se dá por concursos internos, sendo que alguns cargos exigem formação superior. O regulamento dessas “promoções” hierárquicas está baseado na meritocracia e numa seleção baseada na racionalidade. Entretanto, conforme um dos relatos de Túlio obtidos para a pesquisa, “é difícil um gay subir nos bombeiros”. Assim, apesar de critérios bem delimitados, a sexualidade pode ser um elemento determinante na subida (ou não) na escala hierárquica dos cargos. Vale ressaltar que essa escala hierárquica dá subsídios para os regimes de apropriação visto que, para acessar essa hierarquia, existe uma série de elementos necessários que precisa ser preenchida para sua legitimidade. Dessa forma, a divisão hierárquica dos cargos apresenta um enunciado de diferenciação das posições dos sujeitos. Ora, seguindo a lógica hierárquica e as prerrogativas de cada cargo, as posições superiores apresentam mais legitimidade e agilidade nos regimes de apropriação.

Nesse ponto, é interessante pensar, também, que o nível hierárquico confere aos sujeitos maiores ou menores valores de verdades em seus discursos. Consequentemente, os discursos vindos de um lugar privilegiado na organização apresentam um status maior de verdade, visto que, segundo Amaral, “*quando o superior fala algo, o soldado deve acatar de prontidão*”. Essa diferenciação entre os cargos e os discursos que o atravessam, são fatores estruturantes para a ordem e para a disciplina dentro da instituição. Para além dessa pirâmide, existem normas explícitas sobre essa hierarquia de cargos, como o art. 12§ 5 da Lei nº 51/1999.

O oficial que estiver no exercício do cargo de Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar tem precedência hierárquica e funcional sobre todos os Oficiais da Corporação (MINAS GERAIS, 1999).

Essa “precedência hierárquica e funcional” trabalha de maneira conjunta com a disciplina. É necessária, em uma instituição militar, a harmonia entre práticas hierárquica-disciplinares para a previsibilidade e docilização dos corpos visto que “o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1986, p. 28).

Adentrando mais ainda a questão da hierarquia e da disciplina, para além do que está escrito e estruturado em documentos oficiais, as práticas hierárquicas e disciplinares permeiam o corpo e ações rotineiras já naturalizadas no dia a dia de um bombeiro militar e funcionam como exame (FOUCAULT, 1986). Entre essas ações rotineiras naturalizadas, a sexualidade e suas formas de expressão também são, de certa forma, reduzidas a protocolos legítimos a serem seguidos ou, caso contrário, ser alvo de sanções normatizadoras (FOUCAULT, 2005). O filósofo destacou que os mecanismos de poder e os discursos tinham no corpo o espaço de exercício. Exercício no sentido de que é no corpo que as normas da sexualidade são materializadas, é no corpo que os efeitos de poder são sentidos e é no corpo que essa teia de poder encontra espaço e dá sentido às ações rotineiras.

Simples filas indianas, a realização de continências para os superiores, o corpo sempre rígido e preparado para alguma emergência, o uso de uma farda impecável, a postura máscula, o porte heteronormativo no dia a dia e até mesmo o autocontrole são pequenos efeitos dessa tecnologia hierárquico-disciplinar sobre o corpo, discutida por Foucault (1986). Vale refletir que essa hierarquia e disciplina são práticas antigas que, todavia, fazem-se presentes na atualidade e são carregadas de forte simbolismo e orgulho para os bombeiros militares.

IMAGEM 6 – Soldados batendo continência, década de 40



Fonte: extraído de Aquino e Marçal (2013, p. 99).

A foto acima é um importante enunciado de disciplina e hierarquia. Pensando no contexto militar dos bombeiros, destacam-se a disposição dos corpos em filas, a continência direcionada aos superiores, a cabeça ereta e alta, o peito estufado, o olhar reto e ousado, o modo imponente de marchar e o corpo sempre atento aos sinais de seus superiores. Esse conjunto de símbolos enunciam não só uma forma de organizar, mas também de tornar os corpos úteis, dóceis e previsíveis. Seria esse conjunto de fatores que podemos entender como “disciplinas” que são internalizados como tradições da instituição, como é dito na legenda da foto abaixo:

IMAGEM 7 – Cadetes do Corpo de Alunos do Curso de Formação de Oficiais do CBMMG: Disciplina, hierarquia, profissionalismo e tradição de um Bombeiro Militar. 2011.



Fonte: Extraído de Aquino e Marçal (2013, p. 160)

Os efeitos desse binômio hierarquia-disciplina, para além das disposições e organização desses corpos na instituição, traz também a ideia do que é possível, ou não, para que esse corpo seja inteligível. A construção da imagem de um bombeiro competente está atrelada a um sujeito que acata as normas, que respeita seu superior e que honra os rituais pré-estabelecidos. De maneira oposta, e quase desprezível, estaria o sujeito que não se adéqua a essa estrutura hierárquica-disciplinar.

É nesse sentido que Foucault (1987) discute a *tecnologia política do corpo*, destacando que essas disciplinas apresentam uma vontade de saber, uma vontade de verdade sobre esses corpos e, sobretudo, uma vontade de saber-verdade sobre a sexualidade. Vale ressaltar, como discutido anteriormente, que essas disciplinas e hierarquias são altamente internalizadas a ponto de os sujeitos se apropriarem desses discursos como seus.

Túlio: Não têm muito segredo em como sobreviver lá no batalhão não... é só você entender e respeitar as patentes. Se você entende a hierarquia, respeita seu superior, faz seu papel da maneira correta, você já é um bombeiro bom. Eles gostam de respeito, sabe? Se você respeita, você não tem problema, não. O problema é que muita gente quer contestar o certo, quer desrespeitar a hierarquia. É como se você não quisesse respeitar o seu chefe, mas lá a coisa é mais séria porque a disciplina é mais forte.

Márcio: Lá na corporação, tudo é na base das regras. As coisas funcionam pela hierarquia mesmo. Eu acho que o militarismo tem disso mesmo, e tem que ter, né? A gente entra no bombeiro já sabendo que essa hierarquia existe e que tem que ser respeitada. Eu lembro que no começo eu admirava muito essa ordem, mas às vezes isso é chato... porque, você fica preso, né? Se você está embaixo na hierarquia, você só tem que acatar aquilo e pronto.

Adentrando os regimentos e documentos oficiais, mais pistas acerca dessa hierarquia e dessa “necessidade” de ser disciplinado e zeloso com essa estrutura foram surgindo. Encontrei o juramento atual do curso de formação dos bombeiros. Esse juramento é um momento muito significativo na vida desses sujeitos, visto que é quando deixam, simbolicamente, de serem civis para se tornarem militares. É o momento em que o bombeiro declara para si, para a sociedade e para a organização que internaliza e assume os ideais da corporação. É um ato simbólico, normativo e performático por meio do qual esse sujeito enuncia publicamente a constituição de si mesmo como sujeito disciplinado. Esse juramento apresenta uma característica positiva e produtiva muito forte para os bombeiros, visto que ele é um marco simbólico e que confere sentido e orgulho para seu ofício de salvar vidas.

Ao incorporar-me às fileiras do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais/ assumo o compromisso/ de executar as atribuições que me competem/na preservação da ordem pública/cumprir rigorosamente/as ordens das autoridades a que estiver subordinado/respeitar os superiores hierárquicos/tratar com camaradagem os irmãos de farda e com justiça os subordinados/ assegurar os direitos humanos e as garantias constitucionais/ e dedicar-me inteiramente ao serviço bombeiro militar/ mesmo com o sacrifício da própria vida (compromisso atual) (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 120).

O pequeno corpo do juramento contém diversas passagens que reforçam, desde o primeiro momento sendo bombeiro, o compromisso com a hierarquia: “executar as atribuições que me competem”, “respeitar os superiores hierárquicos; e também o compromisso para com

a disciplina: “cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado”, “dedicar-me inteiramente ao serviço bombeiro militar, mesmo que com o sacrifício da própria vida”. Esses pequenos trechos nos dão pistas que, desde o ingresso na instituição, existe uma gama de discursos que colocam o ofício de bombeiro associado ao respeito e, quase uma adoração, aos seus superiores hierárquicos e à disciplina no exercício de sua função.

A citacionalidade desse juramento é, também, um fator de peso na vida desses bombeiros. Ao longo das entrevistas, quando discutido o início de suas vidas laborais, são muito presentes as lembranças do momento do juramento. Trata-se de um momento encarado com muita seriedade pelos bombeiros militares e por isso se reflete, diretamente, no respeito à hierarquia e à disciplina no dia a dia.

João: Um dos momentos mais marcantes na minha vida nos bombeiros foi o juramento de quando eu formei lá. É o momento que você se torna bombeiro de verdade, minha família tava super orgulhosa de mim e eu também, né? É a realização de um sonho.

Túlio: Se tornar bombeiro não é fácil, tem o concurso, o curso de formação, o juramente, a formatura... é muita coisa! E no meio disso tudo você tem que aprender a se comportar, a ser gente séria. O juramente da formatura é lindo, ele diz exatamente o que a gente tem que ser enquanto bombeiro.

Para além dessa citacionalidade, a remanência das regras contidas no regulamento também são (re)afirmadas no processo seletivo para a entrada na instituição. Isso é mais um mecanismo que evidencia a centralidade e a importância, para os bombeiros, de internalizar essas normas. O edital mais recente do CBMMG, de 30 de julho de 2018, afirma que, para a entrada na instituição, é necessário:

Não ter dado baixa por “mau comportamento” ou conceito incompatível, nos termos do Regulamento Disciplinar de outra instituição militar estadual ou das Forças Armadas (MINAS GERAIS, 2018).

Assim, mesmo antes de entrar, os aspirantes a vagas no CBMMG já encontram enunciados de valorização da hierarquia e da disciplina, e sua vida pregressa é escrutinada a fim de se verificar se os pré-requisitos para se ocupar a posição de um bombeiro militar foram respeitados. Nos editais, de maneira geral, sempre constam artigos em que os candidatos às vagas na instituição devem ter uma postura disciplinar e imagem ilibada. Entretanto, cabe aqui lembrar que essa postura disciplinar é, muitas vezes, confundida com uma postura máscula e heteronormativa. Esse entendimento de disciplina, que perpassa pela sexualidade dos sujeitos,

faz parte de um feixe discursivo que classifica bombeiros afeminados como “poucos disciplinados” (LEITE, 2015).

Voltando à discussão dos efeitos dessa estrutura hierárquico-disciplinar sobre o corpo, é importante pensar que esses efeitos estão para além de formas de administrar esses corpos e suas sexualidades. Muitos desses efeitos deixam marcas físicas e psicológicas, determinam e hierarquizam formas anatômicas, maneiras desses corpos se apresentarem e conviverem em sociedade. Existem poucas normativas que dizem, de maneira direta, como deve ser o corpo de um bombeiro. Entretanto, na fala dos entrevistados, é possível perceber uma centralidade dessa questão transvestida de “moralidade”.

Edmar: O bombeiro precisa se cuidar também. Lá na corporação existe muito incentivo ao esporte e tudo mais. Então você precisa ter uma postura bacana, manter o corte de cabelo em dia, a sua farda tem que tá limpa. Imagina um bombeiro todo descuidado? Não combina, uai.

Dentre as normativas que citavam o corpo diretamente, chamo atenção à passagem do parágrafo 10 do artigo 10 da Lei 5.301/1969 em que a corporação afirma que é desejável:

Não apresentar, quando em uso dos diversos uniformes, tatuagem visível que seja, por seu significado, incompatível com o exercício das atividades de policial militar ou de bombeiro militar (MINAS GERAIS, 1969).

Nesse esforço de normatizar, disciplinar e criar uma “boa aparência” desses corpos, o regimento, e também os enunciados, buscam respaldos no seu campo de coexistência. Vale destacar, também, a remanência dessa regulamentação que, apesar de ser de 1969, ainda vigora para os bombeiros. A ancoragem dos discursos em outros discursos confere legitimidade às ações. Nesse caso, por exemplo, o julgamento da tatuagem passa pelo crivo de um discurso médico altamente legitimado em nossa sociedade, como no parágrafo 11 do artigo 5º da Lei 5.301/1969.

A existência de tatuagem visível incompatível com o exercício da atividade militar, prevista no inciso X, será comprovada por Oficial médico ou comissão de oficiais médicos dos quadros da instituição militar ou por médicos contratados, em laudo devidamente fundamentado (MINAS GERAIS, 1969).

Nesse ponto, vale lembrar que, por mais que existam verdadeiros “roteiros de como se portar” ou “como ser um bombeiro de respeito”, ocorrem resistências e insubordinações. Assim, as punições agem como mecanismos que buscam incutir e reforçar no infrator (e principalmente

nos outros) a importância de se manter “dentro das margens”. As normativas tratam também de questões em que a punição é vista como necessária. A punição, quando pensada em função da quebra de regras hierárquicas e disciplinares, tem como objetivo fazer com que o transgressor sirva como exemplo a não ser seguido pelos outros. Os capítulos V e IV do Código Penal dos Militares (1969) são dedicados a casos de insubordinação e desrespeito, ou seja, casos em que militares, por algum motivo, rompem com seus tratados hierárquicos e disciplinares.

## CAPÍTULO V DA INSUBORDINAÇÃO

### **Recusa de obediência**

Art. 163. Recusar obedecer à ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução:

Pena - detenção, de um a dois anos, se o fato não constitui crime mais grave.

### **Oposição à ordem de sentinela**

Art. 164. Opor-se às ordens da sentinela:

Pena - detenção, de seis meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

### **Reunião ilícita**

Art. 165. Promover a reunião de militares, ou nela tomar parte, para discussão de ato de superior ou assunto atinente à disciplina militar:

Pena - detenção, de seis meses a um ano a quem promove a reunião; de dois a seis meses a quem dela participa, se o fato não constitui crime mais grave.

### **Publicação ou crítica indevida**

Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:

Pena - detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

## CAPÍTULO IV DO DESRESPEITO A SUPERIOR E A SÍMBOLO NACIONAL OU A FARDA

### **Desrespeito a superior**

Art. 160. Desrespeitar superior diante de outro militar:

Pena - detenção, de três meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave.

### **Desrespeito a comandante, oficial general ou oficial de serviço**

Parágrafo único. Se o fato é praticado contra o comandante da unidade a que pertence o agente, oficial-general, oficial de dia, de serviço ou de quarto, a pena é aumentada da metade.

Os capítulos dedicados aos atos de insubordinação e desrespeito contêm enunciados que reforçam a ideia de respeito à hierarquia e de um comportamento disciplinar. Entretanto, o mais interessante desse regulamento é o poder da formação de verdadeiros “sujeitos morais”. O acatamento dessas normas e a subordinação dócil e disciplinada a essa estrutura formam um “bombeiro digno” ou “um bombeiro de verdade”.

Importante, nesse ponto, frisar que essas normativas ao dizerem “crítica indevida” e “desrespeito ao superior” são amplas e podem ser entendidas por várias perspectivas, como críticas ou desrespeitos sobre o exercício da própria sexualidade. Ou até mesmo incitar conversas e reflexões sobre sexualidade, visto que é uma temática considerada tabu nas organizações militares (LEITE, 2015).

João: Quando você fala que os bombeiros são homofóbicos, muito deles vão entender isso como uma crítica injusta contra eles. Eles discriminam, mas não querem ser taxados de homofóbicos. Se você perguntar alguém de lá se existe homofobia, todo mundo vai dizer que não. Eles acham que, você afirmar isso, que você ser gay e ter orgulho disso, é uma falta de respeito com a classe. As coisas funcionam assim: tudo o que você faz é desrespeito e tudo que eles fazem é porque estão seguindo os bons costumes.

Para além do entendimento autoritário sobre os possíveis desrespeitos, algumas regras, como a expressa no artigo 165, são capazes de minar, até mesmo, esforços no sentido de agrupamento. O artigo, ao proibir reuniões militares e discussões acerca da disciplina militar, tem a capacidade de enfraquecer e classificar práticas de resistência como crime contra a instituição. Dessa forma, pensando nos bombeiros gays, muito de suas ações conjuntas, conversas e formas de organização pode ser classificado como ilegal.

Túlio: a gente sabe quem é gay, temos nossos grupos. Mas evitamos ficar só entre a gente também. Porque isso dá falação, que a gente só anda entre a gente. Eles ficam de butuca ligada quando junta dois bombeiros gays pra ficar nos dormitórios, ou quando saem pra alguma chamada. Têm que ser malicioso pra não cair nessas fofocas.

Nesse sentido, o artigo 166 também apresenta proibição de direitos básicos de qualquer instituição democrática. O artigo proíbe os militares de criticar publicamente atos dos superiores ou a própria instituição. Dessa forma, podemos entender as entrevistas aqui realizadas como ato ilegal e que ferem os princípios da instituição, e, por isso, mais uma vez, ressalto a importância dessa discussão respeitar o sigilo dos entrevistados. O fato de ser ilegal formar e manter certos agrupamentos não impede que os bombeiros o façam como maneira de resistir, exercendo, também, suas posições de poder como sujeitos que resistem. Assim, esses regimentos têm a capacidade de criar convenções do que é desejável e o que não é acerca da disciplina e hierarquia dentro da lógica militar, criando jogos de diferença continuamente ativados a fim de reforçar os bons modelos e evitar os maus.

Logo, é interessante notar que a disciplina e a hierarquia são também capazes de marcar diferenças entre os sujeitos. É por meio dessa lógica discursiva entre bons e maus, entre disciplinados e desviados que uma formação discursiva é percebida no sentido de determinar o papel e a imagem, quase heroica, dos homens que trabalham em prol da vida. Partindo do pressuposto de Foucault (2006) de que o poder não se encontra dissociado do discurso, essas normativas têm o poder de criar verdades e classificar posições de sujeitos numa escala hierárquica que vai além dos cargos formais. É possível perceber, nas falas dos sujeitos, que essas normas estão incutidas no seu modo de agir e o seu poder de conferir inteligibilidade— ou não— aos sujeitos.

Edmar: Eu nunca tive problemas nos bombeiros porque eu sempre respeitei o que precisava..., mas, por exemplo, têm alguns bombeiros que não têm noção, né? Sempre atrasam, deixam seus materiais espalhados. Parece que não tem respeito, sabe? Aí esses têm pouca moral mesmo. Normalmente o pessoal que reclama é aquele que não respeita.

Túlio: Cara, a principal coisa lá na corporação é: respeita seu superior, faz seu serviço bem feito e pronto!

Frederico: Desde que eu entrei, eu já sabia que, pra eu ser um bombeiro de respeito, eu preciso seguir os padrões de lá. Tudo vira hábito também, sabe? Hoje eu consigo respeitar e entender todos meus superiores sem problema nenhum. Depois que você entende quem tem autoridade e qual é a sua função, é só você seguir. [...] mas têm uma galera que é até vista com pouco respeito, porque acham bonito bater de frente, tentam dar um ‘chapéu’ nos superiores [...].

A disciplina pode ser vista, também, como um jogo de “gratificação-sanção” no sentido de que os regimentos contam com punições para ações indesejáveis e com gratificação para “bombeiros de verdade”. O jogo de “gratificação-sanção” também pode ser pensado em termos de heteronormatividade e masculinidade, visto que esses dois elementos foram construídos de maneira compulsória e reiterada e lhes foi negada substância de normalidade (BUTLER, 1993). Assim o que não é normal é passível de sanção. Mais uma vez, o jogo de diferenciação entre os sujeitos é usado como mecanismo para induzir os sujeitos a alinharem seus comportamentos a uma lógica hierárquico-disciplinar. Nesse contexto, os sujeitos “dignos” dessas gratificações são vistos como exemplos no artigo 59 da Lei 5.301/1969.

O Adicional de Desempenho – ADE – constitui vantagem remuneratória, concedida mensalmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003, ou que tenha feito a opção prevista no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, e que cumprir os requisitos estabelecidos no art. 59-B (MINAS GERAIS, 1969).

Logo abaixo do artigo em que é instituído o adicional de desempenho, é evidenciado, no artigo 59-B, o que seria entendido como um desempenho passível de gratificação.

São requisitos para a obtenção do ADE:

I – A estabilidade do militar, nos termos do art. 7º; e

II – O número de resultados satisfatórios obtidos pelo militar na ADI.

§ 1º – Para fins do disposto no inciso II do caput, considera-se satisfatório o resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 2º – O período anual considerado para aferição da ADI terá início no dia e mês do ingresso do militar nas instituições militares estaduais ou de sua opção pelo ADE.

§ 3º – Na ADI serão considerados como fatores de avaliação:

I – A Avaliação Anual de Desempenho e Produtividade – AADP;

II – O conceito disciplinar; e

III – O treinamento profissional básico.

Nota-se que, para o recebimento de gratificação, o bombeiro necessita, basicamente, ser um sujeito dócil e respeitador para com sua hierarquia e disciplinado para com suas funções. O § 3º do artigo 59 deixa explícito que, na avaliação, será considerado o conceito disciplinar, que a grosso modo seria se o militar segue com destreza, ou não, os procedimentos disciplinares dispostos nas normativas. Chamo atenção para o tópico I do § 3º do artigo 59 e para o seu enorme espaço subjetivo, onde os corpos que expressam sexualidades entendidas como dissidentes podem ser alvos de discriminação:

Amaral: Eu acho que o fato de ser gay às vezes prejudica na forma que o seu superior vê o seu trabalho. Já aconteceu de preferirem colegas meus, que nem são tão bons, pra fazer serviço que eu sou mais preparado. Claro que existem um tanto de norma que protege a gente, mas eu acho que existem preferências por quem não é gay... e também acho que as mulheres ficam mais de lado nisso aí.

Esse cenário altamente regulamentado e amarrado por regimentos e leis, com punições pré-estabelecidas e de prontidão para serem aplicadas, pode nos remeter apenas à ideia de um poder negativo. Entretanto, como ressaltado ao longo da discussão, esses arranjos possuem características produtivas e positivas (FOUCAULT, 1986). Os discursos e a permanência da hierarquia possibilitam a internalização do respeito, da importância de acatar os comandos do superior e a manutenção da ordem na instituição. Já a disciplina tem sua positividade ao padronizar o comportamento desses bombeiros e conferir a esses corpos previsibilidade.

A positividade e a produtividade da internalização da hierarquia e da disciplina também ressoam na formação do sujeito e na sua subjetividade. São perceptíveis nas entrevistas discursos em que a hierarquia e a disciplina estão tão incutidas nesses sujeitos, que é possível notar uma forma de “vida militar” avançando em questões da vida pessoal.

João: Minha mãe às vezes até me fala que eu pareço um sargento, porque lá em casa eu me comporto da mesma maneira. Certo é certo, errado é errado. Quero que o pessoal lá de casa me respeite e que eu respeite eles, afinal de contas ainda moro com meus pais, né? Então eles são como meus superiores.

Geraldo: O que eu aprendi como bombeiro eu gosto de aplicar na minha vida também. Essa disciplina, essa forma de ser honesto deixa as pessoas que eu convivo com mais confiança em mim.

Por conseguinte, a hierarquia e a disciplina, tanto em sua positividade quanto em sua negatividade, são elementos importantes na formação dos bombeiros, e seus discursos encontram-se em um grande campo de coexistência espalhado no corpo social: sejam regimentos e leis de criação, seja na fala dos próprios bombeiros, seja na ancoragem em outros discursos, seja em fotos e documentos antigos da instituição e até mesmo em um imaginário social.

Todo esse emaranhado em que a disciplina e a hierarquia se fazem presentes, na criação de sujeitos morais, em um sistema de punição/gratificação, acaba criando uma imagem dos bombeiros ligada a questões disciplinares, hierárquicas, de uma organização rígida e de uma única expressão de sexualidade entendida como possível. Obviamente, a criação dessa imagem se sustenta em uma gama de discursos valorativos e com teor de verdade.

Dessa maneira, busquei ao longo desse tópico mostrar como os enunciados ( regimentos internos, leis, crenças e etc) sustentados por uma remanência ( como percebido discursos parecidos desde 1960 até os dias de hoje) e imersos num campo de coexistência sustentam uma organização de forma hierárquica e disciplinas. Pequenos elementos como o juramento dos bombeiros, a pirâmide hierárquica proporciona formas da criação sujeitos morais. Portanto, entendida a centralidade da hierarquia e da disciplina na formação desses bombeiros, dedico-me, no próximo tópico, a discutir a verdadeira passagem de sujeitos regidos por normas para sujeitos vistos como verdadeiros heróis.

## 7. Das normas aos heróis

Apesar de se afigurar de formas e nomes diferentes em todo mundo, a Corporação de Bombeiros é percebida como um grupo de heróis. Homens transmutados em anjos que se doam no intento de salvar, proteger e resgatar vidas e bens alheios. Expondo-se a contágios químicos, biológicos, explosões, fogo, água, terremotos, acidentes, atendimentos pré-hospitalares, desabamentos, soterramentos, inundações, afogamentos, ações de defesa civil em geral, esse profissional sai todos os dias de casa sem ter como certo seu retorno (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 175).

Analisar o regime hierárquico-disciplinar do CBMMG nos direciona a alguns pontos importantes: a produção de sentido relacionada ao ofício dos bombeiros, a constituição dos sujeitos calcada numa imagem heroica, a regimes de verdades que recaem sobre os bombeiros e, como efeito disso tudo, a dimensão positiva do poder. Busco nesse tópico discutir como esses elementos, de maneira concomitante, por meio de enunciados e formações discursivas, formam verdadeiras teias de poder e criam heróis.

Iniciando o debate sobre a produção de sentido para a profissão dos bombeiros, podemos discutir acerca do “valor do trabalho”. As carreiras militares, em sua grande maioria, envolvem uma dedicação integral, disciplina, e, muitas das vezes, os militares dedicam toda sua vida laboral a essas instituições. No CBMMG não é diferente, normalmente entra-se na instituição no começo da vida adulta e vai-se, de pouco em pouco, subindo de cargo até ser reformado (nome específico para aposentadoria dos militares).

Para além dessa dedicação profissional, o ingresso nessa instituição faz parte de um sonho e de uma idealização da profissão de salvar vidas.

João: Para mim, trabalhar nos bombeiros é a realização de um sonho. Desde pequeno eu falava que queria ser bombeiro, via nos filmes, nos desenhos. Eu tive uma festa de aniversário que me fantasiei de bombeiro. Então quando eu estava procurando emprego e vi que tinha concurso para os bombeiros, eu não pensei duas vezes, né? Fiz cursinho, estudava bastante durante o dia. Quando eu passei, eu nem acreditei. Nossa! Minha mãe ficou tão feliz!

Túlio: Com certeza trabalhar na corporação é muito prazeroso. Muita gente que tá ali sonhou com isso. Eu sempre quis seguir carreira militar, eu tentei concurso pra Polícia Federal, na época do alistamento eu queria muito ter sido chamado. Mas meu lugar era aqui nos bombeiros mesmo, eu entrei muito novo e fui construindo minha carreira. Depois entrei na faculdade, fui fazendo as seleções internas. Eu não me imagino trabalhando em outra coisa, minha vida é nos bombeiros mesmo. E aqui eu consigo

ter uma vida confortável, o salário é bom. Por isso eu sempre indico para o pessoal prestar concurso para os bombeiros.

Amaral: Quem entra no bombeiro a vida nunca mais é a mesma. Eu sinto orgulho de ser bombeiro, de construir minha vida profissional e de me dedicar a esse tipo de serviço. Acho que a maioria dos meus colegas pensam o mesmo. A gente é muito diferente da PM, nosso serviço não envolve um risco tão ruim quanto o deles. Por isso que eu acho que dos militares, eu me encaixo melhor sendo bombeiro. E eu quero ficar na corporação até morrer, não existe a possibilidade de sair para fazer outra coisa, não.

As falas acima nos dão noção do quanto o valor do trabalho e o orgulho de fazer parte do CBMMG estão presentes na vida desses bombeiros. A noção do valor do trabalho ultrapassa o espaço institucional, é comum ouvir dos próprios bombeiros que seu papel e sua postura como militares precisam ser exercidos em tempo integral. Dessa forma, é necessário honrar seu trabalho até mesmo em ambientes familiares, entre amigos, ou em momentos de lazer.

Edmar: Mesmo quando eu tô fora do batalhão, eu mantenho minha compostura. A gente que é bombeiro tem que dar exemplo. E o papel de um bombeiro é sempre estar atento, respeitar e ficar de prontidão para uma emergência.

João: Alguns parentes meus falam comigo que eu levo meu trabalho muito a sério, porque em todo lugar eu lembro que eu sou bombeiro, eu comento algo, eu me comporto. Eu não gosto de ficar bêbado na rua, evito, sabe? É meu trabalho.

Esses feixes discursivos que valoram o trabalho são, ao mesmo tempo, marcadores de uma moralidade e de uma “missão” quase divina, e daí advém a necessidade de se comportar como militar em qualquer ambiente. Buscando entender esse comportamento, é importante ressaltar que outros enunciados enaltecem as atividades dos bombeiros e se tornam reforços importantes nesse campo de coexistência. Assim, o valor do trabalho, para os bombeiros, é construído discursivamente e apresenta âncoras em outros discursos e uma remanência forte. Cabe observar, nos trechos abaixo, como discursos da década de 1930, marcada por fortes restrições orçamentárias, aproximam-se de discursos atuais.

Apesar do cenário pouco animador, os militares do Corpo de Bombeiros compensavam a escassez com a abundância do seu entusiasmo. Parecia que desafiar o fogo era uma tarefa que estava acima da dedicação pessoal, era algo metafísico. A consequência desse desprendimento, não poucas vezes, era reconhecida através dos meios de comunicação que colocavam os militares bombeiros numa posição de espetáculo à parte, se não fosse pela dor e perda dos outros atores envolvidos nos eventos (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 174).

Esse fragmento ressalta o entusiasmo e a dedicação dos bombeiros em seus combates a incêndios mesmo com todas as dificuldades de falta de equipamentos e investimentos públicos. A notícia que circulou em um jornal popular da época apresenta um discurso em que o serviço dos bombeiros “compensava a escassez de materiais com abundância de entusiasmo” e que “essa tarefa estava acima da dedicação pessoal, era algo metafísico”. Discursos institucionais de posições políticas de destaque, como o do governador estadual Antônio Anastasia, também convergem para esse enaltecimento do trabalho dos bombeiros.

O Corpo de Bombeiros Militar ilustra o rol das mais admiradas instituições públicas. Essa admiração de que é depositária a corporação não é fruto do acaso, mas brota da excelência de serviços prestados e, sobretudo, da bravura e destemor de seus homens e mulheres, todos soldados da mais nobre das causas – a causa da vida (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 11).

Vale destaque para o fato que posições institucionais de apreço sempre mantiveram estreitas relações e admiração pelo CBMMG, como pode ser evidenciado nessa reportagem de 1961 do jornal Estado de Minas.

O Governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, e outras tantas autoridades compareceram ao local. Além das chamas, das paredes e tetos em brasa, o monóxido de carbono roubava o ar dos bombeiros, limitando o tempo em que podiam permanecer à frente do fogo. A mangueira, esticada prédio adentro, acompanhava o percurso dos soldados que buscavam por entre a fumaça os focos de incêndio. De tempos em tempos, alguns militares tinham que se desviar do combate às chamas, a fim de socorrer a algum par que havia se acidentado. Diversas foram as baixas durante essa operação, inclusive dois militares tiveram maiores ferimentos e foram transportados para o Hospital Militar. Um pouco de água vazava por entre as conexões das mangueiras e dos esguichos. A manga do uniforme do bombeiro molhava-se, seus sapatos pisavam não se sabe se em brasas, madeiras ou ferramentas de construção. No quinto andar, o piso cedeu sob os pés do oficial do Corpo de bombeiros. Inconsciente, o comandante das operações é socorrido por seus comandados. Continuado o combate, extinta as chamas, no dia 09 de junho, falecia o oficial chefe do Departamento Técnico do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais: “Se a vida do major João Batista de Assis foi um exemplo de devotamento que não pode ser esquecido, sua morte é uma lição comovente de heroísmo, a que nenhum espírito deixará de ser sensível” (AQUINO; MARÇAL, 2009, p. 99).

Assim, destaco que esses discursos de que os bombeiros exerciam um trabalho digno e que suas vidas laborais eram construídas por atos de coragem e bravura não reverberavam no vazio. O valor do trabalho do CBMMG foi sendo construído ao longo de sua história, por meio de suas ações e dos discursos midiáticos, políticos e até mesmo religiosos que as acompanhavam. Esse forte campo de coexistência fez com que, em determinados momentos históricos, a própria população clamasse por melhorias e reforços para a instituição.

O processo de industrialização colocaria na ordem das prioridades a exigência de implantação do serviço de combate ao fogo: os bombeiros militares seriam reclamados pela população das Gerais. Agora, diante deste segundo sinistro, em maiores proporções, comerciantes e o povo em geral vai exigir das autoridades legais e estaduais a instalação imediata do Corpo de Bombeiros, o que aliás já vem sendo prometido de há muito. Segundo apurou a reportagem do Estado de Minas, a instalação daquela unidade nesta cidade, não se torna tão dispendiosa, uma vez que aqui já se encontra o 6º Batalhão da Polícia Militar, que seria o responsável pelo Corpo de Bombeiros local. Ainda esta semana, os comerciantes, através de sua associação de classe, vão se dirigir ao prefeito atual e ao recém-eleito, solicitando-lhes providências urgentes naquele sentido. Idêntico expediente será feito ao governador do Estado (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1963, p. 12).

Nesse sentido, o que se constrói é uma retórica que cria realidades (FOUCAULT, 1970) em que o ofício dos bombeiros militares é moldado e colocado num pedestal, sendo estes percebidos como homens sérios, dignos e que salvam vidas. Nesse ponto, vale a ressalva de que a construção da imagem de homens sérios e que salvam vidas está, a todo momento, atrelada à imagem de um homem heteronormativo e másculo segundo as normas sociais que moldam a “sexualidade padrão”, como buscarei discutir mais adiante. Esses discursos, antigos e atuais, apresentam remanência e por isso criam realidades e sentido acerca desse ofício.

Os mais variados feixes discursivos que circundam o valor do trabalho dos bombeiros favorecem uma formação discursiva no sentido de um heroísmo ou de “verdadeiros anjos”. Até aqui, busquei evidenciar como uma estrutura hierárquica-disciplinar associada a discursos de valorização do trabalho moldam e criam sujeitos que se dedicam integralmente ao seu labor. Para além disso, esses elementos induzem, também, regimes de verdades em que bombeiros são nomeados e incumbidos de serem heróis e/ou metaforizados em anjos. Os discursos da bravura e do heroísmo dos componentes do CBMMG datam desde os primeiros trabalhos na cidade de Belo Horizonte. Os poucos recursos destinados aos bombeiros, as idas e vindas na autonomia da instituição e os muitos incêndios e emergências na cidade eram noticiados sempre evidenciando como esses militares eram capazes e destemidos. A construção de uma figura heroica, ainda muito presente, está atrelada não apenas a esses discursos. Está atrelada, também, à própria natureza do serviço de um bombeiro. Sucintamente, o bombeiro é o “amigo certo nas horas incertas”, e seu dever supremo é resgatar e salvar vidas. E assim os jornais os representavam em tempos passados, como nesse exemplo de 1924, citado no livro institucional:

Os jornais da época, a todo tempo, relatavam em suas reportagens as ações heroicas dos combatentes do fogo, quase unanimemente com elogios. Não obstante as dificuldades encontradas naquele período, a cada dia, a recente Corporação ganhava junto à comunidade a justa confiança e até mesmo certo carisma (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 38).

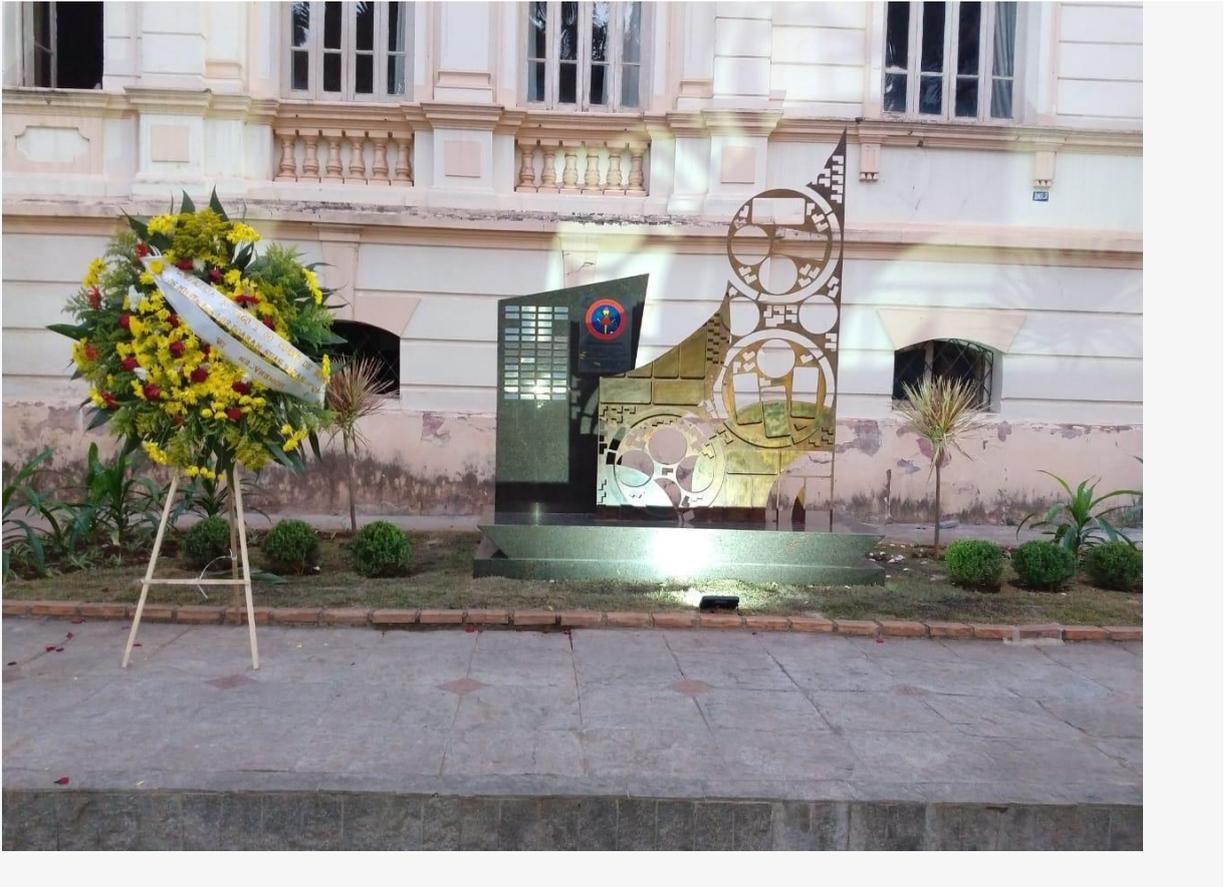
Essa imagem heroica é compartilhada pelos próprios bombeiros militares. No livro da história da instituição, os atos de coragem são destacados a todo momento. Vale ressaltar que a construção dessa imagem encontra ressonância em vários segmentos da sociedade: nos discursos de autoridades, nos discursos dos próprios bombeiros, na sociedade civil e principalmente através do apoio da família. A imagem a seguir é muito simbólica e marcante na história dos bombeiros mineiros e evidencia o envolvimento da família na (re)afirmação da (re)construção da imagem dos bombeiros:



Fonte: extraído de Aquino e Marçal (2013, p. 116)

Essa imagem contém uma carga enunciativa e simbólica significativa. A morte de um bombeiro, provedor de uma família, em prol da vida de desconhecidos é um enunciado que reforça a ideia de um heroísmo. É quase um mártir. O bombeiro em uma emergência está disposto a doar a sua vida em nome do seu dever. A foto também nos remete ao fato de que o exercício da profissão de bombeiros marca também as famílias desses trabalhadores, seja por meio da admiração, apoio e até mesmo pela vontade de trilhar os caminhos profissionais do pai. E como dito anteriormente, essa construção de verdadeiros heróis encontra ecos nos dias atuais, por exemplo nas reportagens abaixo que anunciam a criação do “Memorial dos Heróis”:

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) realizou na manhã da última quarta-feira (04/07) a inauguração do “Memorial dos Heróis”. O evento teve por finalidade imortalizar os 53 bombeiros militares que faleceram durante atuação operacional. Construído próximo à entrada principal da Academia de Bombeiros Militar (ABM), o memorial possui significado artístico por se tratar de uma obra imponente. Robson Emerick de Azevedo, idealizador do projeto, explica que a arte buscou representar a grandiosidade da bravura desses heróis. Os movimentos geométricos e harmônicos da peça em aço corten representam os quatro elementos essenciais à sobrevivência humana: água, ar, fogo e a terra, que em movimento de equilíbrio são produção de vida. A arte encravada em uma base de granito com uma torre de extremidades assimétricas recebeu plaquetas em aço inox, contendo os nomes dos militares e as datas que sucumbiram na atividade de bombeiro militar desde o ano de 1930, data do primeiro óbito. O Chefe do Estado-Maior, Coronel Edgard Estevo da Silva, destacou a importância do memorial: “Este momento é prova de que os bravos integrantes desta corporação se comprometem a oferecer mais do que sangue, suor e lágrimas se preciso for. Se comprometem ao sacrifício máximo, em prol do seu semelhante. Um sacrifício de inspiração milenar. Nesta data de 4 de julho, e no prédio símbolo da origem de nosso CBMMG, mais uma página é escrita na história de nossa Corporação. Uma página de muito destaque, por registrar fisicamente os nomes da cada um dos bravos Bombeiros Militares, cujos feitos devem permanecer de maneira indelével na mente de cada novo integrante” —comentou Coronel Estevo (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2018, p. 1).



Fonte: extraído de [www.bombeiros.mg.gov.br](http://www.bombeiros.mg.gov.br)

Também pode ser evidenciado esse espírito de herói na reportagem que narra o socorro feito por um bombeiro à paisana:

A ação rápida e o espírito heroico do Cabo Ricardo Wagner Carolino, que trabalha no Pelotão Centro, em Belo Horizonte, salvaram a vida de um motociclista que caiu no Ribeirão Arrudas após uma colisão com um automóvel, na Avenida Teresa Cristina, região oeste da capital. Segundo o Tenente Thales Fonseca, do Segundo Batalhão de Bombeiros Militar (2º BBM), com sede em Contagem, o Cabo do Corpo de Bombeiros impediu que o pior acontecesse com o motociclista, que após a queda no Ribeirão Arrudas foi levado pelas águas por mais de 200 metros. “Após a queda de uma altura de aproximadamente sete metros, o motociclista ficou com várias escoriações e fraturas pelo corpo. Nosso militar, ao ver a situação, pediu uma corda emprestada para um caminhoneiro, que se encontrava no local, e desceu para ajudar a vítima. Certamente, se não fosse a atuação do militar, o motociclista seria levado pelas águas”, disse o Tenente. De acordo com o Cabo Carolino, o ato de entrar no ribeirão e resgatar a vítima faz parte da essência do militar do Corpo de Bombeiros. “Sinto muito orgulho dessa Corporação e digo que, mesmo de folga, sou bombeiro 24 horas

e, por isso, caso alguém precise de ajuda, eu irei sempre ajudar”, explica (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2018, p. 1).

Assim, o que é construído, ao longo do tempo, é uma retórica sobre um trabalho de heróis de caráter compulsório. Não existe escapatória no exercício dos bombeiros: é necessário e natural que os bombeiros sejam, potencialmente, homens e heróis. Os trechos de reportagens, atuais e antigas, evidenciam que esses discursos e esses regimes de verdades que recaem sobre os bombeiros são (re)feitos a todo momento, por diferentes sujeitos e de posições distintas.

A imagem dos bombeiros, muitas vezes, também é aproximada da ideia de anjos. As imagens de herói e de anjo se mesclam nos discursos e no imaginário popular. A imagem de heróis construída ao longo da história da instituição foi complementada com a ideia de anjo quando o CBMMG começou a operar com atendimentos aéreos. Segundo Aquino e Marçal (2013), o CBMMG conta com dois helicópteros e um avião batizado de Arcanjos 1,2 e 3 em homenagem ao anjo arcanjo. Vale lembrar que, na teologia, o arcanjo representa um anjo de uma ordem superior, incorporando um anjo guerreiro, e responsável por ser mensageiro em missões especiais.

IMAGEM 10 – Helicóptero do CBMMG



Fonte: extraído de Aquino e Marçal (2013, p. 220)

A ideia de um anjo está associada a uma entidade divina, um ser celestial que traz aos humanos mensagens de Deus, milagres, salvação. E assim foram recebidos os helicópteros e aviões do CBMMG: como instrumentos de salvação. Os anjos têm a bondade intrínseca e por isso são associados a sentimentos positivos. Nesta seara, julgo importante pensar como, até o momento dessa discussão, os elementos de “valor do trabalho”, “heroísmo” e de “anjos” se encontram amalgamados. As características de heróis, anjos e de salvadores conferem legitimidade e admiração ao trabalho dos bombeiros. São elementos positivos que trazem para os sujeitos “verdades” e conferem sentido e orgulho sobre o seu próprio trabalho.

João: O serviço aéreo dos bombeiros é espetacular. Tive poucas experiências nos aviões, mas é um trabalho muito lindo. Por isso que o pessoal do aéreo é conhecido como anjos da guarda. Eles chegam nos lugares mais difíceis, salvam as pessoas... tudo com muita técnica e habilidade. Nós somos verdadeiros anjos para a população. Quando acontece alguma emergência é no 193 que eles pensam em ligar, né?

Nesse sentido, a própria instituição nomeia, em notícias, seus serviços e projetos com nomes que referenciam anjos:

Um projeto lançado pelo Corpo de Bombeiros Militar vai ajudar a preservar o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, uma das mais importantes áreas verdes do Estado. O projeto "Anjos de Guarda" reúne voluntários que estão sendo treinados pela corporação para monitorar o parque detectando focos de incêndio e aprendendo como evitá-los. O primeiro treinamento foi realizado na manhã desse sábado (22), na sede do parque e reuniu 22 voluntários que já iniciaram o trabalho de monitoramento dentro e fora do Rola Moça. A ação é coordenada pelo Batalhão de Emergências Ambientais e Resposta a Desastres (BEMAD) e visa mobilizar a população. "A turma é formada por representantes de grupos de jipeiros, ciclistas, pilotos de drone e ONGs que agora levarão aos seus colegas as orientações recebidas para que sejam organizadas as equipes de monitoramento", explica o comandante do BEMAD, Major Anderson Passos. Os novos Anjos de Guarda aprenderam como funciona a comunicação via rádio, sistema de comando, além de noções de segurança e procedimentos operacionais. O objetivo, segundo o comandante, é reduzir a área queimada do Parque em 20%. Em média são queimados anualmente uma área equivalente a 1.100 campos de futebol. Dados do Corpo de Bombeiros apontam que 99% dos incêndios no Rola Moça acontecem, intencionalmente ou não, pela ação do homem e a presença de pessoal treinado, além de possibilitar um acionamento mais rápido, tem também um efeito inibidor das ações criminosas. (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, 2018, p. 1).

A imagem de anjos, num sentido quase divino e de salvação, recai sobre os bombeiros militares agregando valor a suas tarefas. Juntamente com a imagem heroica, a ideia de “anjos amigos” produz sentido e orgulho para os bombeiros. Até aqui, busquei construir livremente essa associação dos bombeiros a verdadeiros heróis e anjos sem ressaltar as suas ligações com a sexualidade. Como discutirei essa questão mais a fundo, nesse momento, apenas para sinalizar o leitor, acho importante refletir, brevemente, que a imagem heroica dos bombeiros diz muito sobre a sua sexualidade, sobre uma sexualidade que se encaixa na norma heterossexual, máscula, viril. A imagem de um herói, de um anjo e os discursos aqui ressaltados silenciam, a todo tempo, a possibilidade de existência de bombeiros gays.

A construção histórica do CBMMG baseada numa imagem ilibada de homens íntegros e sérios perpassa, também, o “ideal” de heteronormatividade e masculinidade. Considerando a *scientia sexualis* (FOUCAULT, 2006b), houve a criação de verdades sobre o sexo e a sexualidade, e uma dessas verdades é o imaginário social de que profissões que usam da força física são voltadas para homens (PRADO, 2015) e daí vem a “inadequação” de bombeiros gays. Como lembram Santos (2011), Kimmel e Aronson (2005) e Woodward (2000), o militarismo

é uma das expressões mais significativas da masculinidade e por isso bombeiros gays e afeminados sofrem retaliações. Voltando à discussão sobre a imagem de anjos conferida aos bombeiros, podemos discutir o surgimento de um outro elemento muito importante no campo de coexistência que serve de âncora para o valor do trabalho: o discurso religioso. A imagem de anjos contém um fundo religioso, visto que os anjos são, em várias religiões, seres espirituais e servos de Deus. Assim, quando um bombeiro executa seu serviço “como um anjo”, ele está numa posição quase divina de resgate e de servir ao outro. Vale lembrar que, numa perspectiva foucaultiana, a religião está intimamente ligada às tecnologias do poder e apresenta um forte mecanismo de disciplina (PEREIRA, 2014).

A religião é um dos principais mecanismos que moldam e arquitetam os sujeitos e seus comportamentos. As práticas religiosas estabelecem parâmetros de moralidade, limites entre o divino e o profano e, principalmente, os comportamentos e as práticas de si legítimas para os sujeitos. Dessa forma, as práticas e discursos religiosos são essenciais na formação dos sujeitos e servem como verdadeira bússola para orientação de seu local no mundo. No Brasil, em seu contexto cristão, pode-se dizer que parte significativa da população se constitui por meio dessas experiências religiosas. E essa constituição de um sujeito, considerando a religião e seus discursos, muitas das vezes está atrelada à disciplina e ao mundo do trabalho.

As diretrizes disciplinares, morais e de valorização do trabalho presentes em ensinamentos cristãos têm a capacidade de canalizar impulsos e energia dos sujeitos para atividades produtivas e, também, seu comportamento sexual. É nesse sentido que os discursos religioso, do trabalho e da vivência de sua sexualidade se conectam. No caso dos CBMMG, em que existe uma retórica de herói e de anjo, os discursos religiosos se fazem presentes e, aparentemente, de maneira a se reforçarem.

Túlio: Eu agradeço muito a Deus pelo meu trabalho. Foi uma benção na minha vida. Eu acredito muito em Deus, sabe? Eu frequento a igreja, vou no culto. Lá eles não sabem de mim também não, porque eu prefiro não falar. Mas eu me sinto bem com a palavra de Deus e eu uso muito dos ensinamentos no meu dia a dia no trabalho. E eu vejo meu trabalho como propósito de Deus, ser bombeiro é uma oportunidade de Deus. A gente trabalha com vidas. Deus não dá esse papel para qualquer um não.

Frederico: Eu acho muito importante ter uma religião. Minha vida mudou muito depois que passei a ser um homem de Deus. Melhorou na família e no trabalho. Fiquei

muito mais disciplinado, respeito mais meus pais e meus superiores. Até meus colegas de serviço perceberam que eu me tornei outro.

Mais do que um mecanismo disciplinar, a religião, no contexto dos bombeiros, apresenta uma interseção com os discursos sobre a valorização e a dignidade do trabalho. O crivo religioso sobre o valor do trabalho, a moralidade e a imagem de anjos e heróis formam enunciados em que é possível perceber a formação discursiva e a criação de regimes de verdade que criam a realidade de um bombeiro encorajado, com uma missão clara e que, acima de tudo, é um homem digno e competente.

Os discursos religiosos ancoram outros discursos acerca dos bombeiros. A religião em relação à sexualidade é um pano de fundo importante na determinação do que é inteligível e o que não é. Muito do entendimento heteronormativo cristão é transferido e (re)afirmado no CBMMG. A constituição da família tradicional cristã, entre um casal heterossexual, é valorizada, também, no ambiente militar em que os homens compõem suas famílias com o papel de provedor. A disciplina e a obediência, na visão religiosa, possuem muitos pontos em comum com a ideia da hierarquia e da disciplina militar, de tal forma que esses discursos direcionam o comportamento de bombeiros em sua vida religiosa e laboral.

Uma observação importante é que, no Brasil, apesar de órgãos públicos serem considerados laicos, é possível encontrar movimentos que contrariam essa ideia. No CBMMG, os discursos religiosos ganham uma centralidade até mesmo institucional. Um exemplo foi a realização de uma missa em comemoração ao 100º aniversário da instituição em 2011.

“Ser bombeiro-militar não é exercer uma profissão, mas um sacerdócio. É doar a vida em favor da vida.” Frase proferida por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, por ocasião da missa em homenagem aos 100 anos do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, celebrada na cidade de Vespasiano/MG, em 31/08/2011 (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 15).

Nesse discurso proferido pelo Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, o trabalho de bombeiro é comparado ao sacerdócio religioso, a partir do exercício de uma profissão honrosa e com uma nobre missão. O papel de um sacerdote é de um intercessor entre o povo e o Deus, ou seja, um sacerdócio é digno perante Deus e por isso está no ofício de ajudar ao próximo. Assim são, também, os bombeiros no discurso do Arcebispo de Belo Horizonte: homens de boa índole, com um trabalho nobre e com uma proteção divina.

O discurso do Arcebispo, numa importante posição institucional, é um exemplo da articulação nodal entre discurso religioso e discurso de valorização do trabalho. O campo de coexistência e de reforços mútuos entre sociedade, bombeiros e igreja funciona de maneira unânime na criação de um bombeiro ideal. Por isso, neste ponto, vale ressaltar que, para além de herói e anjo, o bombeiro é um homem de Deus. Assim, alguns pressupostos disciplinares são compartilhados entre as instituições militares e religiosas.

A disciplina religiosa é pautada na obediência às ordens superiores, à vontade de Deus e no respeito aos cargos da igreja. É uma verdadeira blasfêmia contestar a ordem e a vontade divina e os homens que representam essa vontade na terra (padres, bispos e outros cargos da igreja católica). Assim é, também, no CBMMG visto que “anjos da guarda” não podem desrespeitar seus superiores e ir contra a vontade geral.

Edmar: Além de ser errado dentro da instituição, fica muito feio você não acatar as ordens do seu superior, né? O bacana dos bombeiros é justamente esse respeito, esse trabalho em equipe. Os superiores precisam de uma equipe que ele sabe que vai respeitar as ordens. Lá é tudo em equipe.

Portanto, o que busquei elucidar é que o saber religioso oferece discursos que auxiliam na formação de bombeiros militares. Os discursos religiosos são fontes de importantes parâmetros de disciplina, moralidade, sexualidade, hierarquia e dedicação que, de certa maneira, são introjetados e usados na organização militar. Por isso, a religião emerge recorrentemente, fornecendo elementos no campo de coexistência e na formação discursiva acerca do papel dos bombeiros militares.

Ainda sobre elementos do campo de coexistência e de discursos que permeiam o contexto dos bombeiros, não posso deixar de discutir um elemento que cerceia todo o contexto social: a política. O campo de coexistência, e todos os elementos anteriormente discutidos, estão mergulhados em questões políticas e, por isso, a abordagem política é essencial. É de extrema importância sublinhar que, no atual momento em que escrevo, uma série de conturbações políticas no contexto brasileiro influenciam diretamente o CBMMG e, conseqüentemente, a visão de mundo dos bombeiros entrevistados.

A corrida das eleições para deputado federal e estadual, senador, governador e presidente da República no final de 2018 surgiu, marcadamente, nos discursos dos entrevistados. O mais interessante é notar que esses discursos políticos estão fortemente

entrelaçados com questões religiosas, militares e disciplinares já discutidas aqui. Assim, existe um conjunto de indivíduos e crenças no CBMMG com um posicionamento político definido.

Geraldo: Eu acho que muito dos problemas do Brasil é falta de um punho firme. Os bandidos não são punidos, as escolas são frouxas. Por isso que eu voto no Bolsonaro, ele já foi militar e deixa claro que é contra a corrupção. Os militares quando governaram foi a melhor época para o Brasil, o país crescia muito e tinha ordem.

Edmar: Não tem dúvidas que os bombeiros apoiam o Bolsonaro. E não é só bombeiro não, qualquer pessoa que respeita a ordem, quer uma sociedade séria e livre dessas modinhas apoia ele, uai. É muito bom pra corporação ter um presidente que já foi militar, ele vai valorizar nosso serviço.

Nesse ponto, é importante ressaltar que os entrevistados veem na figura de Bolsonaro, à época da pesquisa candidato à Presidência da República, e hoje efetivamente o presidente, uma “salvação” para os problemas do país. Essa capacidade de salvar, segundo as falas dos entrevistados, está relacionada à questão da ordem e disciplina que o candidato prega, bem como à associação do candidato a visões morais de religiões cristãs.

Essas junções discursivas nos jornais servem de subsídios para se pensar como esses discursos reverberam dentro do CBMMG. Os jornais da atualidade retratam, a todo momento, a aproximação e associação de vários candidatos a questões religiosas:

“Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as maiorias” – disse Bolsonaro (REVISTA ISTO É, 2018, p. 1).

Além de Marina e Bolsonaro, outros presidenciáveis buscam uma aproximação dos evangélicos. Geraldo Alckmin (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB), por exemplo, colocaram as igrejas em suas agendas já na largada da campanha. A receita é conhecida: os postulantes ao Planalto são recebidos por pastores no púlpito, discursam e distribuem brindes para os fiéis. O Estadão/Broadcast acompanhou nas últimas semanas o esforço de campanha em algumas das principais igrejas do País. Na semana passada, Alckmin visitou a Igreja Mundial do Poder de Deus, do apóstolo Valdemiro Santiago, ao lado do candidato tucano ao governo de São Paulo, João Doria. Foram recebidos pelo deputado e candidato à reeleição José Olímpio (DEM-SP), ligado à igreja. "Agora o líder maior

abençoou, Deus lá em cima e o apóstolo aqui", disse Olímpio (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2017, p. 1).

O discurso religioso, sempre acompanhado da ideia de ordem e disciplina, é utilizado por candidatos e pelos próprios bombeiros. A visão cristã, muitas vezes mascarada por uma moralidade, é usada para a defesa de projetos de características militares e violentas.

O deputado e candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL) explicou neste sábado ao GLOBO o que ele quis dizer com a frase "Leia o Livro de Paulo", que pronunciou no final do embate com Marina Silva (Rede) sobre direitos das mulheres e violência, no debate da noite de ontem na Rede TV! — Paulo fala: "venda suas capas e compre espadas". Está na Bíblia — afirmou ele, que disse não se lembrar do capítulo onde estaria a passagem. — A Bíblia é nossa caixa de ferramenta. Quando ela (Marina) disse que eu estava errado em falar em armamento, na Bíblia tem essa passagem — continuou Bolsonaro, que participou, neste sábado, da formação de catetes na Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, a 170 km do Rio de Janeiro. — É que naquele tempo (da Bíblia) não tinha arma de fogo, senão com toda certeza seria ponto 50 e fuzil — completou o candidato do PSL (JORNAL O GLOBO, 2017, p. 1).

Dessa forma, é possível perceber como discursos militares e religiosos se encontram e reforçam valores encontrados no discurso dos bombeiros entrevistados, desde a questão da ordem, hierarquia, disciplina até mesmo a uma imagem heroica e religiosa dos bombeiros. A mescla desses feixes discursivos é tão intensa que se torna impossível analisá-los de maneiras separadas. O que existe é um emaranhado discursivo complexo, profundo e dinâmico.

O discurso político influencia diretamente as possibilidades de vivência, ou não, da sexualidade dos entrevistados. O discurso do presidente Bolsonaro, em muitos momentos de cunho homofóbico, pode ser internalizado pelos próprios bombeiros gays que afirmam que:

Edmar: Na verdade, o que Bolsonaro quer dizer é que vai acabar com essa viadagem. Ele não tem nada contra gay. O que ele defende é que os gays se respeitem. Entende?

Ao longo das entrevistas, pude perceber que os próprios entrevistados que apresentam traços afeminados são (re)produtores de discursos valorativos de uma heteronormatividade e masculinidade hegemônica. Essa observação corrobora o argumento de Almeida (2002) de que

a masculinidade hegemônica e a heteronormatividade são valorizadas, até mesmo, por sujeitos que não a alcançam e serve de base para entender a discriminação e hierarquização entre gays afeminados e não afeminados (ECCEL; SARAIVA; CARRIERI, 2015; IRIGARAY; FREITAS, 2013).

Voltando na questão política-militar, essa formação discursiva com elementos políticos e militares não é novidade no contexto brasileiro. Nas entrevistas, é possível perceber que ela apresenta forte remanência e, aparentemente, é relatada com um certo saudosismo.

Amaral: a gente sempre escuta falar do quanto os bombeiros era melhor pra trabalhar na época que os militares tavam no poder. Mas isso é uma coisa muito clara, porque a gente que é militar se dedica de verdade, é disciplinado. Então um governo desse é muito melhor que um um governo frouxo, que nem a gente tá tendo. É por isso que eu acho que o Bolsonaro consegue tanto voto. Pela coragem e porque ele honra muito o Brasil.

Nesse cenário das eleições, esses discursos e debates pareceram se intensificar, tornando o clima tenso, permeado por disputas acirradas. Obviamente, o CBMMG não esteve à parte disso. As visões políticas, religiosas e militares constroem verdades que recaem sobre esses bombeiros e acabam, por si só, envolvendo toda a instituição. O mês de setembro de 2018 foi marcado por uma suposta invasão da conta do Twitter do CBMMG e com um retuíte da página do candidato à Presidência Bolsonaro.

Um retuíte na página do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais (CBMG) chamou a atenção na manhã desta quarta-feira. Em mensagem do candidato do PSL à Presidência da República, datada da última quarta-feira (18), alguém usou a conta da corporação nesta rede social para aprovar a propaganda eleitoral do candidato. Em meio à repercussão, com usuários questionando a legalidade da manifestação - à corporação, a exemplo de qualquer instituição pública, está vedada por lei qualquer tipo de exibição de cunho político/eleitoral-, o comando do Corpo de Bombeiros apagou o twette e ainda postou duas mensagens sobre o fato. Primeiro, disse que "foram alvos de acesso não autorizado". Para em seguida afirmar que o setor de inteligência da corporação foi acionado "para identificação do responsável pela invasão". A mensagem reitera ainda que o CBMG "não possui vínculo ou apoia qualquer candidato". (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2018, p. 1).

Essa notícia revela, de maneira objetiva, como a tensão política e as disputas por posições hierárquicas influenciam diretamente o CBMMG. Por isso, busco, neste trabalho, não

desvencilhar os discursos encontrados da esfera política; entendo que a política permeia toda a organização dos bombeiros militar e, principalmente, a subjetividade dos sujeitos entrevistados. Assim, é comum encontrar discursos alinhados e que ecoam em um vai e vem entre sujeito-instituição-esfera política.

Ainda acerca da atualidade política e suas pontes com o militarismo, assevero que as eleições de 2018, assim como todas as outras, contaram com uma forte participação de generais e militares na disputa de cargos. Essa interseção, que poderia ser chamada de militarização da política, mostra-nos como esses discursos agem como um verdadeiro jogo de espelho, reforçando-se, entre instituições militares e políticas.

Nesse jogo de espelho, as imagens dos candidatos militares, assim como a imagem dos bombeiros, são associadas a heróis e homens que podem “mudar o Brasil de uma vez por todas”. Os regimes de verdades que recaem sobre os bombeiros militares criando imagens de anjos e heróis recaem, também, sobre políticos-militares que são vistos como verdadeiros “mitos”.

O pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL) realizou uma visita à capital baiana na última sexta-feira (25), e por incrível que pareça, o político chegou a ser carregado por seguidores logo após desembarcar no Aeroporto Internacional de Salvador. Com a receptividade de como se fosse um verdadeiro herói, teve seu nome aclamado: “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos Bolsonaro presidente do Brasil” (JORNAL RADAR DA BAHIA, 2018, p. 1).

Edmar: A gente gosta tanto do Bolsonaro que a gente chama ele de Mito. Porque, na verdade, ele “mita” muito. Ele fala a verdade rasgado, sem cerimônia. Ele tá interessado em resolver os problemas, sem mimimi.

Nesse movimento de retroalimentação discursiva, fica claro que o plano de governo dos candidatos militares a cargos políticos está voltado para uma intensificação dessa aproximação do mundo militar para o mundo da política. Essa junção de duas esferas importantes de poder permite o surgimento de discursos que tendem a uma moralidade exemplar dos militares, a ponto de entender que “eles são mais competentes e menos corruptos e por isso devem comandar a política”.

Sobre a formação ministerial, o deputado afirmou que colocaria militares para comandar algumas pastas e provocou seus críticos. “Vamos fundir os ministérios da

Agricultura e do Meio Ambiente. Além disso, qual o problema de colocar militares em ministérios? Os anteriores colocavam terroristas e corruptos e ninguém falava nada”, afirmou. Questionado sobre quais ministérios poderiam ter militares no comando, Bolsonaro citou alguns exemplos. “Temer parece que me ouviu e colocou um general lá na Defesa. Penso no Transporte que é um grande foco de corrupção, não quero dizer que militar é incorruptível, mas é mais difícil. Ciência e Tecnologia também. Para nós, missão dada é missão cumprida, quando o país está em crise são os militares que chamam. Vai bater no máximo 15 ministérios, mas não vou adiantar nomes agora” (JORNAL METROPOLES, 2018, p. 1).

Portanto, busquei evidenciar como os discursos de valorização do trabalho junto com a religião e o contexto político conferem sentido e orgulho para os bombeiros. Essa confecção de sentido tem a capacidade de criar verdades e positividade para esses sujeitos, que internalizam a missão de salvar vidas como verdadeiros heróis e anjos da guarda. Essa imagem e a formação discursiva calcada num forte campo de coexistência são um fator de peso na constituição dos sujeitos, na delimitação do comportamento dos bombeiros e, até mesmo, na expressão de sua sexualidade.

Dentre os mecanismos e elementos aqui discutidos, que criam verdadeiros heróis, um se destaca: a farda. Durante as entrevistas, a farda me foi apresentada com muita centralidade e peso na vida de um bombeiro militar. Assim, busco no próximo tópico evidenciar o simbolismo e a importância da farda para a constituição desses sujeitos como bombeiros e heróis.

## 8. A farda ou o manto sagrado?

Uma farda é algo complexo,  
Não é uma simples vestimenta,  
É um sentimento perplexo,  
Protege quem a experimenta.

Com uma farda fica protegido,  
O corpo e também a nossa alma  
É muito mais que simples tecido,  
É uma aura que nos acalma.

Uma farda é para predestinados,  
Pois é preciso ter vocação  
E todos os seres fardados,  
Dão a vida pela sua missão.

Uma farda desempenha um papel  
De quem vive para ajudar,  
Depois de vestir é uma pele  
Que nunca mais se pode tirar

José Couto

A farda é a vestimenta oficial das instituições militares, sendo que cada instituição militar tem seu modelo específico e cada farda apresenta símbolos e especificidades que diferenciam os sujeitos dentro da hierarquia militar. No CBMMG, durante as entrevistas realizadas, a farda emergiu como um forte enunciado e por isso iniciou um tópico dedicado a esse assunto.

Assim, pensando na farda e em todo o simbolismo em seu entorno, busco neste tópico discutir como a farda é um importante elemento na constituição dos sujeitos, de demarcação e reforço de disciplina e hierarquia e, principalmente, como ela pode tangenciar questões de masculinidade e heteronormatividade.

Para iniciar, recorro, novamente, aos regulamentos e leis que regem a instituição. Ao longo da leitura desses documentos, é fácil encontrar algumas normativas relacionadas diretamente à farda. No Estatuto dos Militares de Minas Gerais (Lei 5.301/1969), é concedido um abono de fardamento aos militares:

#### SEÇÃO X

##### Do abono de Fardamento

Art. 72 – Ao militar da ativa que esteja no desempenho de função policial-militar, prevista nas leis e regulamentos da Corporação, será concedido o abono de fardamento correspondente a 10 (dez) por cento do vencimento respectivo, para atender, em parte, às despesas de aquisição e renovação de uniformes.

§ 1º – Poderão ser fornecidas peças de fardamento básico para o serviço e a instrução, conforme se dispuser em regulamento.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 6º da Lei nº 9.265, de 18/9/1986)

§ 2º – O militar que perder seus uniformes em qualquer sinistro ou acidente de serviço terá direito, após apuração do fato por autoridade competente, ao ressarcimento do dano, por conta do Estado, mediante requerimento da parte prejudicada.

(Vide inciso VII do art. 51 da Lei Delegada nº 37, de 13/1/1989)

Dessa forma, podemos perceber que a instituição trata a farda como um material indispensável para as atividades laborais. Vale ressaltar que a farda representa uma ideia além de um simples uniforme e por isso justifica-se um abono de fardamento. A farda contém um *status* e até mesmo um valor enunciativo, de pertencimento. Fazem parte da construção da identidade militar o uso e o zelo da farda (ROSA, 2007).

O zelo para com os materiais de trabalho e, principalmente, com a farda é objeto de normatização em lei com previsão de pena de detenção, caso seja comprovado seu uso indevido:

**CAPÍTULO IV**  
**DO DESRESPEITO A SUPERIOR E A SÍMBOLO**  
**NACIONAL OU A FARDA**

Art. 162. Despojar-se de uniforme, condecoração militar, insígnia ou distintivo, por menosprêzo ou vilipêndio:

Pena - detenção, de seis meses a um ano.

*Parágrafo único.* A pena é aumentada da metade, se o fato é praticado diante da tropa, ou em público.

Dessa forma, por meio de leis e regulamentos, a farda é valorizada e objeto de respeito dentro das instituições militares. Os enunciados dessas normativas ecoam, também, nos discursos dos próprios entrevistados. As normativas não deixam dúvidas de que o uso considerado inadequado é repugnado, sobretudo se for feito em público e acarretar a depreciação da imagem da instituição. A farda deve ser cuidada, zelada e é símbolo da disciplina e hierarquia dos bombeiros. A ideia de respeito à farda está inculcada nos militares de tal maneira que é possível perceber uma tendência à sacralização da farda.

Edmar: Quando eu estou usando a farda, as pessoas me respeitam mais. É muita admiração pela farda dos bombeiros, né? Mas eu acho que isso é porque os bombeiros são vistos como pessoas de bem. E a farda é o nosso símbolo.

João: Tem que respeitar muito a farda! Isso a gente aprende desde quando entra nos bombeiros, né? Por exemplo, no meu curso de formação, meus superiores já falavam que precisava usar a farda limpa, bem passada. É a sua identificação, a identificação da corporação. Então a gente aprende a zelar por ela.

Túlio: Você não pode trabalhar sem farda porque é o seu uniforme. Eu nunca vi um bombeiro sem farda, ou com uma farda mal cuidada. É obrigação nossa cuidar dela e da imagem dos bombeiros.

Nesse sentido, a farda ganha características de um poder positivo, de produção de sentido e de sentimento de pertencimento. Os resultados de Rosa (2007) também nos direcionam a uma produção de sentido e um valor sentimental em relação à farda, que chega a ser entendida como uma “segunda pele”.

Essa relação com o uniforme e suas múltiplas representações aparece de forma bastante recorrente nas entrevistas, sempre ocorre alguma menção à farda, que é vista em alguns casos como uma “segunda pele”. Talvez seja percebida assim pelo fato de ser o ponto de identificação imediato do militar com a organização e com o mundo exterior de uma forma geral. Além do que, parte da padronização dos corpos ocorre pela farda na medida em que ela tem características padronizadas como a cor, o tecido e os distintivos que são sempre posicionados em lugares padronizados. No entanto, o próprio uso dessa farda também se constitui num aprendizado que, aos poucos, é incorporado tornando-se “*automático*” (ROSA, 2007, p. 204).

Essa relação do sujeito e da farda é, para além da constituição do sujeito enquanto bombeiro, também, um pilar para a (re)afirmação da disciplina e hierarquia dos bombeiros. A farda traz em si uma série de símbolos que indicam posição hierárquica, especialidade profissional, tempo de serviço. Segundo Rosa (2007), é por meio desses símbolos físicos que são feitos os sinais de respeito (continência) e a cerimônia militar (guardas de honra etc.).

João: A farda é igual, mas tem identificação das patentes na tarjeta (onde vem o nome da gente) e no braço e no ombro. Os oficiais, de tenente a coronel, têm estrelas no ombro. Os praças, de soldado a subtenente, tem divisas nos braços.

Dessa forma, o uso das fardas sinaliza uma classificação entre os sujeitos dentro da instituição. A farda confere, também, aos militares e aos civis uma ideia de masculinidade:

João: Eu me sinto mais homem quando eu tô com a farda. Têm toda aquela coisa mesmo, a farda, a pose, né? Eu gosto muito de ficar fardado. Os gays amam homem de farda, então às vezes faz sucesso.

Nessa primeira frase, o entrevistado, de uma maneira direta, expressa o sentimento de masculinidade que a farda lhe transmite. A farda é, praticamente, a materialização da masculinidade do sujeito que a veste. Assim, a ideia de uma segunda pele está atrelada a um comportamento másculo e condizente com o esperado socialmente.

Já no contexto externo, as fardas carregam o nome e a reputação da instituição. Assim, a farda por si só é um enunciado. Enuncia toda a imagem heroica da instituição. Toda a formação discursiva construída sobre os bombeiros se materializa na farda, que é o símbolo mor dos bombeiros militares. Segundo Rosa (2007), talvez a farda seja enaltecida assim pelo fato de ser o ponto de identificação imediato do militar com a organização e com o mundo exterior de uma forma geral.

Vale sublinhar que a imagem e o respeito criado e (re)afirmado em torno da farda, na verdade, fazem parte de todo um conjunto de “regras”. O “bom uso” de uma farda é acompanhado com um corte de cabelo definido pela instituição, com uma barba bem-feita, com o uso da boina, das botinas, de um corpo sem tatuagens e piercings. A farda faz parte de um conjunto de elementos que materializa a imagem física de um bombeiro militar padronizada.

Assim, fica evidenciado o esforço na direção da normatização dos corpos dos sujeitos e da própria constituição dos bombeiros militares em um verdadeiro “molde ideal”. A farda ganha importância por ser um dos principais mecanismos que permite, ao mesmo tempo, a normatização e a hierarquização desses corpos. Essa padronização está prevista nos regulamentos internos e tem a capacidade de conferir estabilidade e previsibilidade no funcionamento da instituição (FOUCAULT, 1987).

Edmar: Quando a gente veste a farda, a gente tem que estar de acordo com nosso uniforme. Por exemplo, o corte de cabelo tem que tá sempre atualizado, as botinas têm que está lustrada. Não é só vestir a farda e ir para a rua, não. Porque é todo um conjunto que você precisa seguir para está do jeito que tem que ser.

Túlio: Uma coisa que eu não gostava no começo era a ideia de não poder usar piercing, porque eu entrei muito novo nos bombeiros e tinha vontade de colocar. Mas hoje eu vejo que não tem nada a ver mesmo andar fardado e com um piercing, fica totalmente estranho.

O uso da farda apresenta, também, pontos de contato com a discussão feita anteriormente sobre o fato de os bombeiros serem militares em qualquer ambiente e a todo momento. Rosa (2007), em sua pesquisa, chega a discutir que a ideia de uma segunda pele da

farda acarreta o sentimento de um “fardamento simbólico” no qual os militares, e, nesse caso, os bombeiros se sentem fardados a todo momento e por isso o seu comportamento militar não cessa fora do seu expediente.

Dessa maneira, a farda se torna um dos principais símbolos dos bombeiros militares para a sociedade e, também, para eles mesmos. Esse símbolo, que atravessa os muros do CBMMG, associa-se a uma série de imagens, discursos e desdobramentos. Entre eles estão: disciplina, norma, hierarquia, heroísmo, seriedade, bravura, destemor, masculinidade e, até mesmo, fetiches sexuais.

A construção da imagem da farda perpassa, principalmente, por sua associação com a disciplina, hierarquia e heroísmo. Sendo assim, neste estudo busco enfatizar esses três elementos. A disciplina é expressa pelo uso rígido e determinado da farda; nos discursos trazidos anteriormente é comum o surgimento de fragmentos discursivos como “o respeito à farda”, “a honra à farda” e aos cuidados que se devem tomar quando está fardado, tais como: não beber, não se exaltar, não circular em lugares considerados imorais ou inadequados.

João: A disciplina é que rege tudo lá dentro. Tem várias coisas que você pode olhar pra ver se estão seguindo a disciplina correta: o respeito aos superiores, o corte de cabelo, o uso correto da farda, a postura.

Eu: Como seria o uso correto da farda?

João: você tem que honrar a farda. É vestir a camisa mesmo, sabe? Respeitar, levar a farda com orgulho e dar o melhor de si quando tiver com a farda.

A hierarquia se expressa na farda, como discutido anteriormente, com a diferenciação de tons, tarjetas, modo de uso etc. No CBMMG, as hierarquias nas fardas são expressas por tarjetas. Também é comum o surgimento de discursos que hierarquizam bombeiros que contêm condecorações expostas na farda.

A construção de uma imagem heroica dos bombeiros e a associação de elementos como a hierarquia e disciplina podem ser encontradas em diversos símbolos, mecanismos e objetos que fazem parte da instituição. Entretanto, a farda foi um discurso que emergiu com muita força ao longo das entrevistas. Os discursos acerca da farda, assim como os outros, possuem uma forte remanência e por isso se arrastam ao longo da história da instituição. A investigação de notícias e documentos antigos e do livro institucional nos trouxe pouca informação exclusiva sobre as fardas. Entretanto, o assunto sempre aparece associado a outro. O que os documentos

expressam que foi marcante, e ainda permanece, é a disputa discursiva para uma clara diferenciação entre as fardas dos bombeiros e dos policiais militares de Minas Gerais. Na década de 60, com a fusão da Polícia militar com os Bombeiros militares, uma questão marcante foi a unificação das fardas, fato esse que incomodou muito os bombeiros, que se sentiram rebaixados.

O estandarte do corpo de bombeiros era entregue em cerimônia ao Coronel policial. As fardas passam a se identificar: cáqui! Somente o cinto ginástico e, no setor operacional, o capacete, distinguem o policial bombeiro (AQUINO; MARÇAL, 2013, p. 107).

Pensando a farda em termos históricos, apesar dos poucos registros, Aquino e Marçal (2013) afirmam que existe uma clara evolução das fardas e de outros equipamentos para melhor segurança dos bombeiros e suas atividades. Discursos sobre identidade e a farda parecidos com discursos antigos ainda se fazem presentes.

Amaral: Atualmente as fardas são diferentes. Ainda acontece das pessoas confundirem, mas só quem não conhece a gente mesmo. A nossa farda é mais para um cinza escuro e a da PM é bege, né? E eu acho muito importante essa diferenciação, porque nosso trabalho é muito diferente. A farda da PM também deve ser muito honrada, mas eu zelo pela do bombeiro. A farda também nos protege, é um EPI (Equipamento de Proteção Individual). Eu não gosto quando me confunde com PM, porque a gente sabe que tem muita gente que não gosta da PM e todo mundo gosta do bombeiro. É que nem eu te disse, né, nosso serviço é muito diferente. Militar, mas é outra coisa.

Esse fragmento da entrevista nos permite visualizar que a farda ocupa, desde tempos remotos, uma posição central na identificação e na identidade dos bombeiros. Esses elementos, associações, discursos são âncoras e apoios para a construção da imagem heroica dos bombeiros. Essa construção heroica pode ser percebida por um processo de sacralização da farda, em que um teor divino e sagrado lhe é conferido. É como se fosse um manto, um manto sagrado, um manto de honra.

Os discursos sobre a farda são, em sua maioria, positivos. É fácil notar que a farda é motivo de honra e orgulho para os bombeiros militares de Minas Gerais. Não é difícil, em pouco

tempo de conversa com algum bombeiro, perceber que o uso da farda lhes confere um sentimento de pertença e dá sentido ao seu trabalho. Assim, podemos ser facilmente seduzidos por esse lado da farda. Entretanto, num exercício quase oposto ao aqui proposto, agora tento evidenciar o caráter negativo do poder em torno da farda.

A farda, apesar de seu status de um manto sagrado, apresenta, por si só, um valor simbólico que recai de maneira negativa sobre os sujeitos que a usam. A farda pode se apresentar como um verdadeiro fardo para os bombeiros.

Quando digo que a farda é um fardo, quero ressaltar, na verdade, que a ideia de a farda ser uma “segunda pele” traz elementos e vivências negativas que podem ser pensadas no esquema de um verdadeiro panóptico de Foucault (1986). A farda, por ser um verdadeiro manto sagrado, faz com que exista uma autovigilância e uma disciplina exemplar de quem a usa. Assim, a farda funciona como um dispositivo de disciplina em que o sujeito parece estar sendo sempre observado. É uma segunda pele de caráter mandatório e que o sujeito precisa honrar.

Amaral: Meu maior medo é me pegarem fazendo algo de errado com a farda. Porque aí a coisa é bem mais *preta*, né? Você deve ter visto, NE, Léo? Em São Paulo uns militares foram flagrados beijando de farda no metrô e todo mundo falou que fazer isso de farda é muito pior. Porque cara, como você faz isso com um símbolo da instituição? E ainda em público, né? Por isso que eu com a farda me policio mais.

João: Às vezes quando eu tô com amigos e vou fazer alguma zoeira, me dá uma relapso e eu confiro se estou de farda. É muito estranho (risos) porque parece que, quando eu vejo que eu tô sem a farda, eu faço as coisas de maneira responsável (risos).

Esses trechos explicitam como a farda pode funcionar, em alguns casos, como verdadeiros panópticos. É como se os sujeitos, por usarem a farda, estivessem sendo vigiados o tempo todo. Nessa fala, podemos perceber que a ideia do panóptico que envolve a farda pode ser extensiva até a farda. Assim, a farda diz respeito diretamente à sexualidade dos bombeiros: “como você faz isso com um símbolo da instituição?” e “por isso que eu com a farda me policio mais”. Essas falas expressam claramente o sentimento de policiamento e, até mesmo, de culpa por usar a farda e “cometer o pecado de ser gay”. A sua segunda pele nunca pode ser retirada

por completo, é necessário um autopolicamento para não contrariar a ordem da instituição. Em alguns casos, esse medo chega até mesmo em espaços íntimos:

Márcio: Eu tive um namorado que tinha muito fetiche em farda. Ele queria muito que eu usasse a farda no sexo. Foi uma verdadeira luta isso, porque eu não queria manchar minha farda com isso. Ainda mais sendo gay, né? Eu acho que muitos amigos meus fazem isso, porque o pessoal tem muito desejo com militar, mas eu relutava muito. A gente fez isso depois de muito tempo de namoro e mesmo assim eu não fiquei à vontade. Parecia que eu tava fazendo algo de errado, então eu sempre nego esse tipo de convite.

Essa dificuldade em separar a vida privada e a vida profissional não apenas no tocante à farda, mas em todos os setores da vida é recorrente e traz sofrimento para os bombeiros. As fronteiras entre “quem sou eu” e “o bombeiro X” ficam borradas, e o sujeito, muitas vezes, age como se fosse bombeiro em todos os espaços e a todo momento. Um ponto importante dessas fronteiras definidas de maneira confusa é a sexualidade. A sexualidade dos sujeitos, mesmo em espaços íntimos, pode ser confiscada e (res)significada no caso de bombeiros militares.

Neste ponto, torna-se interessante refletir os possíveis pontos de contato entre o uso da farda e a sexualidade dos bombeiros que a utilizam. A construção de uma imagem heroica dos bombeiros, que usam uma farda que é, histórica e socialmente, reconhecida como o uniforme desses homens traz uma série de expectativas para tal, expectativas no sentido de que o imaginário social em relação à farda está associado a elementos heteronormativos e de masculinidade.

Seguindo essa lógica de que bombeiros são másculos, heteronormativos e verdadeiros heróis e que a farda materializa todo esse simbolismo, como é o uso da farda por um homem gay e afeminado? As falas anteriores mostram que bombeiros gays sentem-se culpados e preocupados em relação a seus atos para com a farda. Ser gay e afeminado são atos políticos que ferem a imagem e os discursos que rodeiam o manto sagrado dos militares: a farda.

Usando a comparação da farda com um manto sagrado, fica fácil o questionamento de que não existem imagens sacralizadas que envolvam homens gays e afeminados. Assim é, também, com o “bombeiro ideal” e com o uso da sua farda. Essa situação pode ser desconcertante tanto para os bombeiros quanto para a sociedade civil.

Túlio: Eu fico um pouco inseguro de usar a farda sabendo que sou gay. Eu sei que muita gente lá dentro não gosta que quem é afeminado usa a farda, acha que não combina. Existe ainda aquela ideia de só machão usa farda, né? Existe muito fetiche com homem que usa farda... e você nunca vê um gay afeminado de farda. A gente não dá pinta de farda.

Edmar: Eu já fui chamado atenção pelos meus superiores pra ficar atento quando eu tiver de farda, principalmente na rua, né? Teve uma vez que um colega meu me viu mexendo no *Tinder* (aplicativo de relacionamento) e que tinha uma foto minha de farda. Na hora ele não falou muito não, só disse que achava errado. Uns dias depois, meu superior não me disse diretamente isso, mas falou comigo que não tinha nada a ver eu ter a “opção” por ser gay, mas que eu não devia envolver minha vida profissional com isso. Depois disso eu preferi tirar as fotos de farda ou que identifica que eu sou bombeiro das minhas redes sociais. É melhor evitar problema, agora eu não posto nada de bombeiro mais.

Dessa forma, podemos adentrar em uma questão séria: a farda é entendida como símbolo dos bombeiros e de uma masculinidade hegemônica, de um comportamento heteronormativo, de um herói padronizado como em filmes. Não se conhecem heróis gays, afeminados e, por isso, o uso de um uniforme sacralizado aparenta ser um ponto de tensão para gays afeminados. Frente a isso, os bombeiros gays sentem que sua “segunda pele” é, na verdade, um fardo.

Frederico: Eu gosto muito de usar farda, porque eu me sinto poderoso. Mas se eu não tivesse aquela preocupação de não dar pinta com a farda, eu acho que seria mais fácil.

Portanto, neste tópico, busquei evidenciar como o símbolo da farda contribui para a constituição do sujeito (dando sentido ao seu trabalho e à sua própria personalidade e comportamento), da importância da farda para a disciplina e hierarquia (sendo símbolo dos cargos hierárquico dos bombeiros e a necessidade de zelo e cuidado para usá-la) e como a farda pode tangenciar questões de masculinidade e heteronormatividade (sendo a farda um manto sagrado, o uso por corpos abjetos é motivo de rechaço).

## 9. Heróis afeminados?

Não me defina

Não me deprima

Não menospreze o meu poder

Não me defina

Viva sua vida e vem sentir o prazer

(GA31)

Início esse tópico retomando algumas ideias e conceitos importantes discutidos até o momento, para que possamos refletir melhor sobre como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas por bombeiros militares gays do CBMMG. Até o momento, o que fiz foi pincelar e destacar breves interseções entre sexualidade e o contexto desses bombeiros. Para prosseguir, não posso deixar de voltar, de maneira breve e sucinta, ao conceito de heteronormatividade e masculinidade que serão guias nessa parte das análises.

Como descrito anteriormente, a heteronormatividade e a masculinidade podem ser entendidas como um conjunto de práticas, crenças e discursos que criam verdades acerca de uma expressão da sexualidade legítima, deslegitimando todas as outras. Assim, ser heteronormativo e másculo é seguir padrões de comportamentos voltados para uma norma heterossexual, não afeminada e de forte virilidade.

Obviamente, a masculinidade e a heteronormatividade são características várias ao longo do tempo e do espaço e a sua construção social que determina o que é visto como “normal” e o que é entendido como “anormal”. Portanto, essa discussão está fortemente amalgamada com a ideia de norma social. As normas e convenções sociais, quando pensadas em termos heteronormativos e de masculinidade hegemônica, no contexto dos bombeiros militares, estão direcionadas a uma série de características entendidas como naturais de um militar: força física, controle emocional, determinação, masculinidade, virilidade, vigor, bravura, heroísmo.

Busquei discutir como a imagem dos bombeiros mineiros foi construída tendo como base um ar de heroísmo, a centralidade da farda na vida desses homens e mulheres e a importância dos vários discursos que rodeiam e sustentam essa imagem. Claramente, essa imagem se associa sempre a sujeitos que se encaixam dentro da norma heterossexual: homens

másculos, fortes e centrados; mulheres determinadas, masculinizadas e com capacidade de autocontrole.

Entretanto, existe uma verdadeira lacuna entre esse imaginário popular e o que, de fato, são os bombeiros no dia a dia. A vida real da corporação de bombeiros é construída, também, por sujeitos diversificados: homens, mulheres, gays, lésbicas, negros, brancos. A diversidade se faz muito presente nesse ambiente, mesmo que, aparentemente, todos pareçam padronizados.

Assim, busco nesse tópico mostrar como os mais variados feixes discursivos, práticas e crenças criam regimes de verdade que recaem sobre esses sujeitos considerados desviantes. Até esse ponto, nos capítulos anteriores, muitos discursos e reportagens analisados mostram, intrinsecamente, o peso da heteronormatividade e da masculinidade. Assim, nesse tópico, busco reforçar essa discussão e evidenciar como ela se encontra velada e naturalizada no dia a dia de um bombeiro militar.

Início a análise refletindo sobre as “regras” existentes no jogo de reconhecimento/não reconhecimento pautadas em um comportamento másculo e heteronormativo existente na corporação dos bombeiros e na sociedade como um todo. Quero dizer com isso que os reconhecimentos entre os sujeitos passam por um crivo social em que algumas características são entendidas como hierarquicamente superiores e desejáveis e outras inferiores e dignas de silenciamento. Assim é construída e exaltada a imagem do másculo e afeminado, heteronormativo e não heteronormativo.

João: Eu já me senti reduzido por ser gay. Tem momentos que você sente que eles não confiam em você por isso. Porque não existe outro erro comigo, então só pode ser pelo fato de ser gays mesmo. Como eu te disse, as várias transferências que fizeram comigo de setor e de batalhão sempre foram estranhas. Sem explicações, sabe? Eu acho que eles inventam desculpa pra te trocar de setor, pra não deixar você trabalhando no operacional. Agora que estou no administrativo, eu tenho menos problemas, mas é porque a maioria é mulher. E mesmo assim já teve cochichos que eu precisava engrossar a voz pra atender o telefone.

Túlio: Eu tenho a sensação que às vezes meu esforço não é reconhecido. Já teve vários casos que eu falo alguma coisa e ninguém dá ideia. Depois outro bombeiro fala a mesma coisa e todo mundo fica: nossa, muito bom! Quando eu trabalhava no operacional, eu cansei de ouvir que viadinho não podia dirigir, que eu ia bater o carro..

Sabe aquela coisa chata de escola de chamar você de mulherzinha? Fica parecendo que eu não sou capaz de fazer o trabalho e eu passei no concurso igual todo mundo.

Esses discursos deixam claro como os bombeiros se sentem diminuídos e alvos de pouco reconhecimento pelo simples fato de não se adequarem às normas aqui discutidas. O sentimento de *sentir-se reduzido por ser gay* e que *o esforço não é reconhecido* é fruto da “incompatibilidade” desses corpos com a norma heterossexual e de masculinidade. Por isso, logo após, o próprio sujeito justifica esse acontecimento ao dizer que “não existe outro erro comigo, então só pode ser pelo fato de ser gays mesmo”. Nessa fala, fica entendido que o próprio entrevistado introjetou a ideia de que ser gay é um erro e, sendo um erro, é um elemento que dificulta a troca de reconhecimento e valorização.

Por meio dessas trocas– ou não– de reconhecimento, pela presença ou ausência de empatia, é que se cria o que Rosa (2007) chama de divisão de quem é “mais” ou “menos” militar. Ser merecedor de reconhecimento profissional passa não necessariamente pelo bom desempenho das tarefas, mas pela avaliação do corpo físico dos sujeitos, de tal forma que a aproximação ou afastamento de uma norma heterossexual e de masculinidade hegemônica cria desníveis de poder e, ao mesmo tempo, de resistência.

João: É claro que a gente (gays) não somos santos, né? (risos) Quantas vezes eu e meus outros colegas gays tentamos combinar de ficarmos juntos no alojamento pra evitar os heteros (risos). Uma coisa que eu costumo fazer também é evitar usar o vestiário quando tá muito cheio. Evitando isso, a gente fica mais em paz. Porque parece que eles acham que, só porque eu sou gay, eu pego qualquer muxiba.

Túlio: Eu faço um tanto de coisa pra me proteger, mas a principal é: sou discreto demais! Pessoal lá sabe pouco da minha vida social, posto pouca coisa em rede social... e tem bombeiro que eu nem aceito no *Facebook*. É claro que eu queria poder ter amigos no trabalho, não ficar medindo o que eu posto ou não no meu *Facebook*, mas é a maneira que eu tenho de evitar fofoca.

Vale ressaltar que “ser discreto” é uma forma de resistir e sobreviver dentro da instituição. *Não dar pinta e não dar pistas* sobre sua sexualidade ou negá-la é uma estratégia usada por alguns bombeiros na tentativa de não ser alvo de rechaços. Assim, como ressaltado mais à frente, estar dentro do armário pode servir como uma armadura. Ainda sobre formas de resistir, é importante lembrar que os bombeiros entrevistados resistem, até mesmo, ao cederem entrevistas. Falar, tornar público, refletir essa situação é uma maneira de resistir e subverter o silêncio que ronda suas vivências e expressões de sexualidade.

Nesse último discurso, a fofoca surge como um mecanismo de cerceamento e controle da sexualidade no CBMMG. A fofoca, segundo Nunes (2018), configura-se como uma técnica de controle e vigilância que causa constrangimentos aos sujeitos, como podemos observar:

Túlio: O mais difícil pra mim é ter que lidar com a fofoca. Porque é uma praga. Eu já sofri muito com isso e agora eu tento não ligar mais. Depois você acostuma. Mas eu já tive vários problemas com isso. Tinha colega de trabalho meu que vivia fazendo fofoca pros superiores, falando que eu tinha um comportamento ruim fora do trabalho. Inventavam histórias ou aumentavam, sabe? Uma vez fui numa boate gay e aí falaram que me viram na boate muito louco, usando drogas. E a verdade é que eu nem bebi (risos). Mas como era uma boate gay, pessoal aumenta muito. Já associam boate gay com droga, loucura.

Amaral: Eu tento ficar atento o tempo todo pra não ser alvo de fofoca. Você não imagina a falazada que é aquele lugar. E é falazada de tudo: dos seus amigos, da sua família, da pessoa que você saiu no final de semana. Eu nem sei como eles conseguem vigiar tanto a vida dos outros. Tem que ter tempo, né? Eu acho que rede social que fode muito com isso. Mas aí a gente tenta não ficar caindo nisso, né? Quando falam uma fofoca comigo, ou me perguntam sobre algo que eu fiz, eu falo: tá te prejudicando?! Fico com ódio.

Assim, esses cuidados e verdadeiros “protocolos” para não serem alvos de fofocas são, também, formas de os bombeiros resistirem. Nesse ponto, podemos perceber o quanto a resistência faz parte da vida de bombeiros gays. A resistência no plano micro é perceptível nas pequenas ações de organização entre esses sujeitos, seja para ocupar um dormitório e não outro, seja por meio do deboche ou ao contar a própria história. O que chama atenção é o nível de organização presente entre eles e o quanto essa organização permite a eles subverterem a ordem.

Túlio: O que eu uso bastante também é o grupo dos viados (risos). A gente tem um grupo só com os bombeiros gays e a gente mantém esse grupo por debaixo dos panos, porque a gente usa pra comentar sobre as coisas que acontecem. Por exemplo, se o vestiário tá vazio, a gente avisa quem quer tomar banho em paz... Ou em qual dormitório não tem a presença de alguns bombeiros chatos “pra caralho”. Acaba que

existem grupos paralelos também, por exemplo tem um que tem bombeiros de outros estados que combinam passeios. É o nosso cantinho, né? Mas tem que ter muito cuidado pro pessoal não ver as conversas, porque isso ia dá um bafafá (risos).

Essas formas de resistências permitem que os sujeitos vivam em um verdadeiro pêndulo: da aproximação, mesmo que forçada, de comportamentos normatizados e do afastamento desses comportamentos que lhes permitem formas criativas de viverem sua sexualidade. Mas essas resistências e formas criativas em grupo de lidarem com os problemas não são recursos usados por todos os gays que estão nos bombeiros, muitos deles se encontram separados e rechaçados dessa “união”.

Mais uma vez esse movimento de reconhecer/não reconhecer o que se encontra dentro da norma se faz presente. Entretanto, agora destaco como a heteronormatividade e masculinidade também são pautas importantes no reconhecimento, ou não, entre os próprios gays. Os achados de Moulin de Souza (2013) são confirmados e reforçados nessa pesquisa no que tange à repulsa e negação da feminilidade. Os sujeitos gays que fogem do padrão hegemônico de masculinidade e heteronormatividade são vistos como inferiores e excluídos por gays que são másculos e heteronormativos.

Edmar: Eu já evitei andar com alguns gays por serem muito mulherzinha. Eu odeio aquele tipo de gay que fica dando gritinho, risadinha. Isso mancha demais o nome, eu acho muita mancada. Então eu prefiro nem ser amigo. Têm um viado lá que eu tive que parar de andar porque ele dava pinta demais, tava queimando o filme. O pessoal percebe e andar com esse tipo de gente prejudica, né?

Edmar: Mesmo eu sendo gay, eu sou um bombeiro bom, porque eu não sou fresco. Eu sou homem mesmo. Eu acho que, se todos os gays que tivessem lá se dessem o respeito, procurassem ficar na sua, as coisas seriam mais fáceis. Porque é claro que os superiores não vão gostar, vão tentar esconder. O que que a gente pode fazer? Manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Túlio: Eu reconheço que às vezes sou afeminado, mas eu tento não ser no meu serviço. Acho que o melhor não é esconder, mas tenho pouca opção. Ou você dá a cara a tapa e sofre humilhação ou você entra na onda deles. Eu procuro viver em paz.

Discursos como esses também convergem com os achados de Moura, Nascimento e Barros (2017), que afirmam que ser gay é “tolerável”, o que de fato incomoda as normas é ser afeminado. Existe uma “passabilidade” (no sentido de aceitação, passar despercebido) em relação aos bombeiros gays másculos que os bombeiros afeminados não acessam. O que quero dizer com isso é que os gays

afeminados rompem com a norma heterossexual e de masculinidade hegemônica de maneira mais abrupta e evidente, pois o seu corpo, seus trejeitos, sua maneira de falar e agir são, por si só, uma “afronta” à norma. Por isso são alvos de sanções normalizadoras com maior frequência.

Dizer isso não é, de maneira alguma, afirmar que homossexuais com comportamentos heteronormativos vivenciam menos discriminação. Entretanto, esses sujeitos contam com um certo “privilegio” de não serem notados como afeminados e homossexuais em algumas situações. Esse fato pode ser pensando por três ângulos ou pela mescla deles: 1) os entrevistados, de alguma maneira, internalizaram as normas e recriminam gays afeminados; 2) os entrevistados utilizam o *in closeted* como mecanismos de resistência; e 3) os entrevistados internalizam os preconceitos e agem de maneira a se protegerem de seus efeitos.

Pensando na perspectiva de que os bombeiros gays se baseiam em critérios heteronormativos e de uma masculinidade hegemônica para classificarem e hierarquizarem seus pares, é possível perceber que esses sujeitos (re)produzem discursos como “odeio afeminados”, “viado escandaloso não dá”, “eu não curto mulherzinha”, falas que apareceram recorrentemente nas entrevistas e que reforçam os estigmas que recaem sobre esses sujeitos. Mesmo assim, conforme Almeida (2002), todos os sujeitos, em menor ou maior grau, afastam-se do “ideal” de masculinidade e heteronormatividade. Assim, os próprios bombeiros gays (re)criam e reforçam verdades que recaem sobre si próprios.

Em termos de resistência, Siqueira *et al* (2009) discute a estratégia chamada *in closeted*. Em português, no armário, alguns gays utilizam desse recurso como estratégia de resistência e sobrevivência no trabalho e na vida pessoal. Segundo Irigaray e Freitas (2013), alguns sujeitos veem essa estratégia como “ter o melhor de dois mundos” visto que não sofrem preconceito e exercem, mesmo que de forma velada, sua verdadeira sexualidade. Vale lembrar que o mecanismo *in closeted*, em alguns casos, é utilizado como um modo de evitar os efeitos da pedagogia do insulto (JUNQUEIRA, 2009). Nessa forma de “pedagogia”, os sujeitos são, constantemente, humilhados e rechaçados, causando medo e constrangimento aos bombeiros gays.

Túlio: Eu tento não ser afeminado pra não ficar sendo alvo de chacota o tempo todo. Porque eles não perdoam mesmo. No primeiro batalhão que eu trabalhei, era isso 24 horas por dia. “viadinho pra lá e pra cá”, tinha um tanto de apelido. Então pra também não dar motivos, eu tento ser mais machinho lá.

João: Pra mim, o pior são o que as pessoas ficam falando e o pior de tudo inventando, né? Tem alguns que são mais babacas que não medem as palavras mesmo não. Já fui chamado de gay nojento e descobri que tinha um colega que se referia a mim como chupador de rola. A minha

maneira de lidar com isso foi ignorar, por que eu ia fazer o quê? Mas por dentro eu tava muito mal... eu já chegava no serviço querendo sumir.

Assim, é possível dizer que a maneira de resistir *in closeted* é uma forma de escapatória de insultos, apelidos e difamações que podem ocorrer contra sujeitos gays e afeminados. Nesse ponto, gostaria de afirmar que “se esconder no armário” não pode ser visto unicamente como um ato de covardia. Estar dentro do armário é, também, resistir e se precaver de consequências piores. No caso dos bombeiros gays, que estão inseridos num ambiente altamente conservador, estar no armário pode se mostrar como a única opção viável de sobrevivência no emprego.

Edmar: Eu acho que, em alguns casos, não é tão necessário falar que é gay e isso dá um impacto muito negativo na nossa vida. E também é preciso pensar com muito cuidado em relação ao trabalho, porque a gente sabe que isso prejudica muito a imagem e as relações no serviço.

A estratégia de resistência *in closeted* se desdobra em outras estratégias, como não revelar algumas práticas consideradas afeminadas ou menos másculas para os colegas gays. Um discurso recorrente ao longo das entrevistas foi a questão da posição sexual que os bombeiros ocupam em seus relacionamentos. Os discursos apresentam forte binarismo entre ser ativo e passivo sexualmente. Nesse discurso, a posição de versatilidade foi muito pouco discutida. Muito dos bombeiros preferes deixar *in closeted* sua posição sexual.

Túlio: Entre os gays lá do bombeiro ninguém assume que é passivo jamais (risos). Mesmo a gente sabendo que alguns são, entre a gente ninguém assume. É quase um paraíso lá (risos). Só tem ativo.

João: Eu não gosto muito de revelar isso. Isso é muito íntimo. Mas algumas vezes falamos disso e o pessoal acha que quem é ativo nem é gay. O complicado é ser passivo, porque eles têm a ideia de que, quem é passivo, é mais gay, é mulherzinha. Mal sabem eles que todo mundo é gay mesmo (risos).

Nos fragmentos desses discursos, podemos perceber uma associação entre a passividade com a ideia de ser “menos homem”, indicando, de maneira pejorativa, uma posição inferior da feminilidade e de gays que parecem “mulherzinhas”. Assim, ser visto como uma mulher pode acarretar, para bombeiros

gays, uma comparação que fere a masculinidade. É como se ser mulher, ou ser feminino, fosse algo depreciativo. Aproveito essa observação para reafirmar os achados de Capelle (2006) sobre o trabalho das mulheres em instituições militares e instigar pesquisadores a se debruçar sobre a recente presença de mulheres no CBMMG.

Mesmo não sendo o foco desse estudo, a presença feminina no CBMMG é um acontecimento importante na instituição e, também, para os bombeiros gays. Os bombeiros gays sinalizam que existe uma comparação entre os bombeiros gays e as mulheres. Como evidenciado anteriormente, o discurso oficial do CBMMG em relação à entrada das mulheres é que elas passaram por um criterioso processo seletivo em que foi preciso provar que são capazes de realizar os serviços com a mesma destreza do que os homens. Assim, a entrada das mulheres foi vista como duvidosa. E ainda é comum encontrar discursos nesse sentido:

Túlio: Eu tenho um pouco de pena das mulheres também, porque elas também sofrem um pouco. Não tem moral com o pessoal. O tempo todo a gente ouve piadas, brincadeiras. O pessoal duvida da capacidade delas no operacional, fala que elas são fracas. Eu acho que com o tempo isso melhora, porque ainda têm poucas mulheres.

Amaral: Eu acho que as mulheres sofrem, mas os gays mais. Porque o pessoal acha que mulher não é tão capaz, mas é algo da natureza. E gay? Aí o pessoal acha que é corpo mole, que a gente escolheu ser assim.

Edmar: O pessoal zoa muito as mulheres lá. Elas são conhecidas como “Fem” de feminino, né? Aí tem brincadeiras entre a gente, quando alguém não consegue fazer algo, perguntam se estamos querendo ir pra turma das fem. Mas tudo é mais brincadeira mesmo, ninguém quer ofender ninguém.

Na mesma direção de Rosa (2007), é possível perceber, no caso do CBMMG, que as mulheres ainda sofrem discriminação e lidam com situações machistas nos ambientes militares. O segundo discurso nos traz a discussão de uma possível equiparação entre homens gays e mulheres. Não é possível equiparar o sofrimento e as experiências de sujeitos diferentes; o que é possível dizer é que mulheres e homens afeminados têm como ponto em comum a feminilidade como alvo de discriminação no CBMMG.

Essa hierarquização e desnível de poder, para além dos discursos dos bombeiros, são ancorados por outros discursos. Como discutido na parte teórica, não existem discursos que não se referenciam a outros e todos os discursos possuem uma remanência em si (FOUCAULT, 1988). A questão do não reconhecimento de bombeiros não másculos, por vezes, parece retrógrada, mas é atual. No concurso da Polícia Militar do Paraná (PMPR), no ano de 2018, foi pedido em edital público como elemento classificatório que os sujeitos apresentassem “masculinidade”.

Um concurso da Polícia Militar (PM) do Paraná com 16 vagas para cadetes, que abre inscrições nesta segunda-feira (13), tem a “masculinidade” como um dos 72 critérios da avaliação psicológica, que vai analisar se os candidatos possuem o perfil pré-estabelecido para o cargo.

Podem concorrer às vagas homens e mulheres, com idade até 30 anos. No entanto, o número de vagas preenchidas por mulheres não pode ultrapassar 50% do total, em respeito à Lei Estadual nº 14.804/2005.

Em nota, a PM afirmou que foi dada, por parte de alguns setores da sociedade, uma interpretação equivocada ao critério “masculinidade” e que o objetivo é “avaliar a estabilidade emocional e a capacidade de enfrentamento, aspectos estes extremamente necessários para o dia a dia da atividade policial militar”.

O critério masculinidade é descrito no anexo II do edital como “capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor”.

Ainda segundo o edital, a “masculinidade” deve ser apresentada em um grau maior ou igual a “regular” (JORNAL G1, 2018, p. 1).

TABELA 2: Edital concurso PMPR

|     |                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |           |
|-----|----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| C29 | <b>Conformidade</b>  | Capacidade de o indivíduo aceitar a sociedade como ela é, respeitando e acreditando no cumprimento das leis, buscando a aprovação da sociedade e ressentindo-se com o não conformismo dos outros.                                                                                                                                           | >=Médio   |
| C30 | <b>Extroversão</b>   | Habilidade do indivíduo em descrever-se como expansivo, sociável, acessível, de facilidade de contato com desconhecidos e grupos.                                                                                                                                                                                                           | >=Regular |
| C31 | <b>Masculinidade</b> | Capacidade de o indivíduo em não se impressionar com cenas violentas, suportar vulgaridades, não emocionar-se facilmente, tampouco demonstrar interesse em histórias românticas e de amor.                                                                                                                                                  | >=Regular |
| C32 | <b>Empatia</b>       | Habilidade do indivíduo em ser empático, prestativo, generoso e altruísta.                                                                                                                                                                                                                                                                  | >=Regular |
| C33 | <b>Dominância</b>    | Capacidade de o indivíduo apresentar sentimentos de autoconfiança e o desejo de controlar os outros, influenciar ou dirigir o comportamento deles através de sugestão, sedução, persuasão ou comando.                                                                                                                                       | >=Médio   |
| C34 | <b>Afago</b>         | Capacidade de o indivíduo buscar apoio e proteção; o quanto um indivíduo espera ter seus desejos satisfeitos por alguma pessoa querida e amiga, deseja ser afagado, protegido, amado, orientado, perdoado e consolado, além da necessidade de constantemente ser protegido de sentimentos de abandono e ansiedade, insegurança e desespero. | <=Médio   |

Fonte: JORNAL G1, P.1, 2018

Essa reportagem, que circulou em um jornal de grande porte, é um exemplo de como os discursos dos bombeiros estão respaldados em discursos vindos de instituições legitimadas como “produtoras de verdades”. O respaldo, nesse caso, não se encerra no discurso midiático, mas também no próprio discurso institucional militar. O próprio edital da instituição valoriza e deixa claro que a masculinidade é desejável e “extremamente necessária para o dia-a-dia”.

O edital é um documento que descreve o perfil ideal para ocupantes de um cargo. Por assim dizer, fica explícito que, em ambientes militares, a masculinidade seria um requisito essencial. Claramente, exigir masculinidade em um concurso público se torna inviável pelo nível de subjetividade e espaço para arbitrariedade que isso traz. Assim, o edital foi refeito. Entretanto, o que nos interessa aqui é problematizar como esse discurso emerge e seus efeitos de verdade sobre os sujeitos.

A institucionalização de uma matriz heterossexual e máscula não é novidade nesse estudo. Como evidenciado anteriormente, existe uma série de normativas e leis que induzem um comportamento heteronormativo e másculo. Até 2013, o Código Penal Militar contava com o termo pederastia.

O termo pederastia se refere a práticas sexuais entre dois homens de maneira pejorativa e antiquada. Mesmo após a extinção do termo, essa antiga normativa nos dá pistas sobre como a remanência e o campo de coexistência de discursos contrários ao padrão heterossexual e másculo foram sendo construídos ao longo dos anos. Assim, nesse jogo de ida e volta, os discursos se tornam perenes e criam verdades.

A perenidade desses discursos traz, de certa forma, positividade também para os próprios bombeiros gays. Apesar de parecer contraditório, esses sujeitos, ao internalizarem e

reproduzirem esses discursos, produzem sentidos e significados. Seguindo os escritos de Connell (1997), podemos dizer que a apropriação de discursos de uma masculinidade hegemônica e heteronormativos pelos próprios bombeiros gays pode ser causa/efeito dos quatro fenômenos discutidos no referencial teórico: hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização.

Quando os bombeiros gays reproduzem práticas discursivas voltadas para uma hegemonia máscula e heteronormativa, alguns deles logram uma “exaltação” ao se mostrarem másculos e heteronormativos. É uma ação, mesmo que inconsciente, que busca reforçar uma suposta posição hegemônica e julgar os sujeitos que se distanciam dessa posição. Existe uma verdadeira escala nessa “lógica” e, por isso, o desnível de poder entre gays não afeminados e afeminados.

Edmar: Quando eu falo que eu evito os gays que ficam dando gritinhos, na verdade eu só não quero queimar minha imagem. Eu respeito e sei que cada pessoa pode ser da maneira que quer ser, mas eu preciso me resguardar lá no batalhão. É o que já te disse, ser gay é de boa, mas tem que se dar o respeito.

Essa tentativa de “não se misturar” para não “queimar o filme” está muito atrelada ao segundo fenômeno: o da subordinação. O discurso evidenciado anteriormente conta com um tom de subordinação dos sujeitos afeminados. Seguindo os passos de Foucault (1988), as teias de poderes fazem com que os sujeitos exerçam e sofram efeitos e por isso o termo subordinação não é o mais adequado nesse estudo. Entretanto, é possível perceber uma hierarquização nesses discursos. Alvesson e Billing (1992) e Alvesson (1998), nessa direção, evidenciam como a feminilidade é alvo de repulsa, assim como verificado nesses discursos aqui evidenciados.

O terceiro elemento ressaltado por Connell (1997) é a cumplicidade. Esse elemento envolve o ato de ser conivente com os discursos hegemônicos. Essa cumplicidade é perceptível no dia a dia dos bombeiros gays e lhes confere alguma positividade.

Túlio: Apesar de saber que essas piadinhas são ruins, porque também sofro com elas, a gente mesmo faz com as mulheres de lá. Então é difícil né, porque no fundo a gente sabe que isso é uma piada de mau gosto e continua fazendo. Nem sempre é por mal, é uma forma de interagir com o pessoal. E, por exemplo, quando alguém faz uma piadinha com algum colega gay meu, eu não falo nada. Fica por isso mesmo. [...] Mas

alguns amigos meus já pediram pra não revidar nenhum comentário e nem piada... se escutar, deixa quieto.

Como ressaltado por Connell (1997), essa cumplicidade em fazer piadas, em não se dispor contra alguns discursos, contribui para a manutenção de algumas posições privilegiadas. Assim, por exemplo, os bombeiros podem fazer piadas pejorativas contra mulheres reforçando a sua posição hegemônica de homens etc. A conivência, como percebido nas falas, é uma tentativa de aproximação do campo do inteligível e uma negação do “anormal”.

O último elemento, como consequência desses outros, é a marginalização desses sujeitos. Os sujeitos que, por algum motivo, distanciaram-se da heteronormatividade e/ou da masculinidade hegemônica sofrem, por diversas formas, uma verdadeira marginalização. Essa marginalização pode ser brusca ou velada.

Túlio: Eu não sei se eu posso dizer se eu me sinto excluído. Eu acho que eu sou excluído de algumas coisas, mas não de tudo, sabe? Tipo, do serviço eu sou incluído. Mas não consigo ser amigo de ninguém, eles estão fechados a isso. E é comigo, porque eles são amigos entre eles.

Geraldo: Pra mim quem é gay e mulher no CBMMG fica pra escanteio. O que é mais obvio é nas coisas que a gente diz. Se uma mulher fala alguma coisa, ninguém dá ideia, se um homem dizer o mesmo, todo mundo vai lá e elogia.

Essa marginalização e discriminação, mesmo que discursivas, refletem-se em ações efetivas. Essas ações vão desde o cerceamento da sexualidade dos sujeitos, incluindo a dificuldade em acessar certos espaços e até mesmo atos violentos.

Túlio: Eu nunca fui agredido fisicamente, mas eu tenho medo. Eu não duvido que alguns babacas lá teriam coragem, não. Tem hora que eu acho que eu trabalho com uns trogloditas. Pessoal militar é muito truculento.

Esses medos de atos violentos baseiam-se em discursos e experiências reais. Segundo Leite (2015), o uso da violência com gays e lésbicas nos ambientes militares não é raro, e, infelizmente, muitas vezes os casos são abafados. Recentemente, o PM trans Dudu (noticiado como PM Juliane dos Santos Duarte) foi assassinado de forma brutal e segundo os entrevistados “*esse pessoal é muito mais alvo mesmo*”.

Portanto, busquei ressaltar como o ambiente militar dos bombeiros mineiros está imerso em relações heteronormativas e de valorização da masculinidade hegemônica. Ao longo de todo o trabalho, trouxe para a discussão exemplos e reflexões pontuais, para desembocar nesse último tópico.

## 10. Considerações finais

O esforço de dissertar sobre um assunto, na verdade, não tem um fim. Dessa forma, busco, nessa parte, apenas ressaltar pontos e reflexões importantes dessa investigação. Claramente, a discussão sobre masculinidade e heteronormatividade no CBMMG poderia ser estendida *ad infinitum*. A temática pode ser refletida por diversos ângulos e campos dos saberes. Assim, acredito que os apontamentos aqui discutidos possam servir de ponto de partida para alimentar futuros debates e, também, para incitar novos inquietamentos.

Partindo da pergunta de pesquisa: “como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas em trajetórias laborais de homossexuais no Corpo de Bombeiros Militar?”, busquei no plano discursivo investigar como se dão normas sociais sobre a sexualidade no dia a dia de bombeiros gays do CBMMG. Para tanto, entrevistei 10 bombeiros militares, identifiquei documentos e reportagens acerca da temática que me dessem pistas de como (res)surgem esses discursos, seu campo de coexistência e os efeitos de verdades que recaem sobre os sujeitos..

Dessa forma, destaco a fala de um entrevistado que deu nome a essa dissertação: “*apruma o corpo e bata continência como homem!*”. Essa fala traz os principais elementos que busquei costurar ao longo do estudo. Numa simples frase é exigido pelo superior (poder) que o soldado *apruma* o corpo (norma) e *bata* a continência (disciplina) como um homem (heteronormatividade/masculinidade). Fica claro, também, que os seus subordinados estão sob um exame e expostos a sanções normatizadoras, ou seja, numa atividade rotineira dos bombeiros, é possível garimpar elementos simbólicos de poder-norma-disciplina-sexualidade que estão altamente naturalizados dentro da instituição. A fala evidencia, também, como a heteronormatividade e a masculinidade são vivenciadas pelos bombeiros.

É importante destacar que não pretendi, de maneira alguma, encontrar relação linear e causal entre os discursos e as práticas dos sujeitos, assim como, também, assevero que muito dos discursos se apresentaram de maneira desconexa e anacrônica. O campo se mostrou

altamente complexo, composto de relatos conflitantes e, até mesmo, contraditórios. Entretanto, esses discursos são importantes por suas singularidades e localização no tempo e no espaço, (re)criando verdades sobre heteronormatividade e masculinidades no CBMMG, e não por uma suposta lógica.

Ressalto a importância do livro institucional do CBMMG, *Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: 100 anos de história e reflexão*, de Aquino e Marçal (2013), feito na ocasião dos seus 100 anos, para o desenvolvimento dessa pesquisa. Foi por meio desse livro que pude, de maneira quase artesanal, garimpar discursos antigos e atuais que, direta ou indiretamente, repercutem na vivência da sexualidade desses bombeiros. O livro conta com uma coletânea dos principais documentos e fotos da instituição desde a sua fundação e, por isso, apresenta-se como um documento essencial para entender a organização dos bombeiros em Minas Gerais.

Vale destacar que o esforço se concentrou na desnaturalização de regras, costumes, símbolos e discursos que impactam a maneira de ser e perceber o mundo por uma lente heteronormativa e máscula. O esforço se concentrou no exercício de descortinar uma série de discursos, símbolos e práticas que carregam consigo normas sociais internalizadas e pouco percebidas e com o poder de direcionar os corpos para um comportamento heteronormativo e másculo. Assim, a discussão pode causar certo incômodo ao revelar acontecimentos pouco perceptíveis por sujeitos que estão inseridos nesse contexto. Em relação ao primeiro objetivo específico, identificação e análise de discursos e práticas heteronormativas e da valorização de uma masculinidade hegemônica, busquei trazer à baila uma série de normativas, regimentos, discursos e notícias que traziam consigo mensagens com tons de verdades. Algumas normas aqui discutidas, mesmo que de maneira indireta, informam aos bombeiros o conceito de família entendido como legítimo; informam como o corpo deve se portar (sempre ereto, intimidador, másculo e disciplinado); como proceder de maneira disciplinada e atenta aos sinais dos superiores; a importância do entendimento e respeito (quase irracional) da hierarquia dos cargos.

Percebemos, ao longo do trabalho, discursos dos próprios bombeiros gays que acreditam que “a única coisa de errado comigo é ser gay” e, logo, “mas eu me comporto como homem” como uma espécie de compensação. Discursos nesse sentido revelam a centralidade e a proporção que o comportamento másculo e heteronormativo apresenta na vida desses bombeiros. Discursos institucionais também revelam esse fenômeno, por exemplo o edital aqui

discutido, em que a masculinidade fazia parte das exigências para a aprovação do concurso para bombeiro.

Ainda em relação a esse objetivo pude, por meio das entrevistas, filtrar pequenas práticas, conscientes ou não, que buscam um alinhamento com o comportamento padrão, tais como: engrossar a voz no telefone e no atendimento aos cidadãos, a autovigilância para não *dar pinta*, o esforço em manter a vida particular em segredo etc.

Em relação ao segundo objetivo, que consistiu em resgatar a trajetória laboral de bombeiros militares dentro de suas respectivas corporações, busquei destacar práticas de microrresistência vivenciadas por bombeiros gays. Essas práticas, mesmo que num plano microfísico (FOUCAULT,1977), são formas eficientes de subverter a ordem e permitir aos sujeitos a vivência de suas sexualidades. O exemplo mais emblemático discutido é o do grupo de comunicação via telefone móvel, que permite aos bombeiros trocar informações, assim como se organizarem para burlar situações inconvenientes.

Vale destaque o fato de que a discussão sobre as resistências no CBMMG por parte de bombeiros gays comprova que os sujeitos não estão presos. Por meio da existência de possibilidades de escapatória, esses sujeitos resistem, ressignificam e escapam de uma “vida determinada”, ou seja, uma série de resistências individuais e coletivas permite aos sujeitos burlar normas e vivenciar suas verdadeiras sexualidades.

Nesse sentido, destaco que as teias de poder encontradas permitem a extração de sentidos, significados e positivities. Assim, busquei, ao longo do trabalho, não cair na romantização de um poder opressor e puramente negativo. Trata-se de um poder que, ao mesmo tempo em que disciplina e restringe, também produz subjetividades e comportamentos. Os bombeiros gays, apesar das verdades criadas em torno deles próprios, conseguem enxergar valor na farda, orgulhar-se de sua vida profissional, constituírem-se como bombeiros eficientes e dignos de admiração.

O terceiro objetivo, sobre símbolos de masculinidade e heteronormatividade, concentrou-se na discussão sobre a farda e seus significados para os sujeitos. Busquei descortinar a simbologia que é materializada na farda e como esse apetrecho é, na verdade, parte da constituição dos sujeitos como bombeiros. A farda traz consigo, também, a ideia e um imaginário de heroísmo e, conseqüentemente, de masculinidade e heteronormatividade.

O discurso sobre a farda emergiu de maneira recorrente nas entrevistas e, por isso, o esforço foi direcionado a buscar documentos e pistas que possibilitassem entender melhor como essa ferramenta de serviço se apresenta como essencial. Os pontos de contato entre farda e masculinidade foram tamanhos que, assim como Rosa (2007), nesse estudo identificamos que a farda é uma “segunda pele” para os bombeiros e representa a posição de um homem-herói másculo e heteronormativo. Essa “segunda pele” está de acordo com as normas da instituição e, por isso, é necessário “*respeitar a farda*” e principalmente “*tem que ser homem pra usar a farda, não pode desrespeitar*”. Desse modo, a farda é, ao mesmo tempo, uma ferramenta de trabalho e de controle dos corpos, da sexualidade, dos comportamentos.

Assim, chamo atenção para o fato de que os discursos heteronormativos e de masculinidade contam com um campo de coexistência para além do campo discursivo. O zelo com a farda, com o corte de cabelo e com a postura de um militar faz parte de um “conjunto ideal” do que deve ser um bombeiro. A farda como segunda pele (ROSA,2007) é, praticamente, a materialização da masculinidade e heteronormatividade a que esses sujeitos tentam se adequar.

O esforço realizado por meio de entrevistas e do levantamento de documentos antigos e atuais permitiu o entendimento de um campo de coexistência e do surgimento de discursos heteronormativos e de masculinidade que recaem sobre os bombeiros gays.

Para além desses objetivos, ressalto a contribuição desse trabalho para as ciências administrativas e, principalmente, o campo dos Estudos Organizacionais, que caminha para uma maior abertura sobre a temática (CAPELLE, 2006). O estudo também é uma possibilidade de maior discussão integrada entre administração e ciências militares que, segundo Schmitt, Costa e Moretto (2012), carece de mais investigações em conjunto. Para pesquisas futuras, indico maiores mergulhos na discussão sobre uma possível homonorma em ambientes militares, a presença feminina no CBMMG e, até mesmo, discussões sobre implicações psicológicas de sujeitos gays em ambientes militares.

## 11. Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, E. M. *Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas*. 2009. Dissertação. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz.

ALCADIPANI, R. Dinâmica de Poder nas Organizações: A Contribuição da Governamentalidade. *Comportamento Organizacional e Gestão*, v. 14, n. 1, p. 97-144, 2008.

ALMEIDA, M. V. *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Fim de Século Edições, Lisboa: 2002.

ALVESSON, M. Gender relations and identity at work: a case study of masculinities and femininities in an advertising agency. *Human Relations*, v. 51, n. 8, p. 969-1005, 1998.

\_\_\_\_\_. M.; BILLING, Y. D. Gender and organization: towards a differentiated understanding. *Organization Studies*, v. 13, n. 5, p. 73-102, 1992.

ANDREOLI, G. S. Representações de masculinidade na dança contemporânea. *Revista Movimento*, v. 17, n. 01, p. 159-175, 2011.

AQUINO, W. S.; MARÇAL, M. M. (org). *Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais: 100 Anos de História e Reflexão*. Belo Horizonte: Editora Rona, 2013.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. 2 ed, Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) *Sexualidades Transgressoras*. Barcelona, Içaria, 2002. pp. 229-257.

BITTENCOURT NETO, E. *Sistemas de influência e poder nas organizações: um estudo de caso na Mannesmann*. 2005: Dissertação, CEPEAD, UFMG, Belo Horizonte.

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Código Penal Militar. Decreto lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del1001.htm>. Acesso em: 18 set 2018, 18:20:00.

\_\_\_\_\_. Lei nº 667, de 2 de julho de 1969. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, Brasília, 2 jul. 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm). Acesso em 29 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. *Rev. Saúde Pública*, 42 (3), 570-573, 2008a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos. Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012. [2013a]. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em: 14 mai. 2018.

BRETAS, M. L. A Polícia Carioca no Império. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

BOHN, M. F. A Militarização da Polícia Militar no Brasil: os obstáculos para uma Polícia Cidadã. *Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública*, v. 16, n. 3, p. 10-30, 2017.

BORDIEU, P. *O poder simbólico*. 4. ed. Rio de Janeiro: 2001.

BUTLER, J. *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. 2º ed. New York: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. *Undoing Gender*. Routledge: New York, 2004.

CALAS, B.; SMIRCICH, L. From “the woman’s” point of view: feminist approaches to organizations studies. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W. (Eds.) *Handbook of Organization Studies*. London: Sage, 1996, p. 284-346.

CAPELLE, M. C. A. *O trabalho feminino no policiamento operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na Oitava Região da Polícia Militar de Minas Gerais*. 2006 Tese de doutorado, CEPEAD- UFMG, Belo Horizonte.

CAPELLE, M. C.; MELO, M. C. O. L. A. Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, maio/jun. 2010.

CAPELLE, M. C. A.; MELO, M. C.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. *RAE-eletrônica*, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2004.

CAPRONI NETO, H. L. *Fazendo e desfazendo gênero: xs drag queens de Belo Horizonte*. 2016. Dissertação de mestrado – CEPEAD, UFMG, Belo Horizonte.

CAPRONI NETO, H. L.; BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Desenhando a vivência: um estudo sobre sexualidade, trabalho e tabu de homens gays. *Bagoas- Estudos Gays: gêneros e sexualidades*. v. 9, n. 12, p. 189-2016, 2015.

CARRIERI, A. P. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do Sintell/MG. *Organizações & Sociedade*, v. 30, n. 11, p. 29-48, 2004.

CARRIERI, A. P.; DINIZ, A. R.; SOUZA, E. M.; MENEZES, R. S. S. Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women Brazilian executives. *Brazilian Administration Review*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, art. 3, July/Sep. 2013.

CARRIERI, A. P.; PERDIGÃO, D. A.; AGUIAR, A. R. C. A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 698 - 713, out./nov./dez., 2014.

CARRIERI, A. O.; SOUZA, E. M.; AGUIAR, R. Work, violence and sexuality: a study of lesbians, transvetites and transsexuals. *Revista de Administração Contemporânea*. v. 18, p.78-95, 2014.

CARVALHO, M. P. Vozes masculinas numa profissão feminina. *Revista estudos feministas*, nº 2, v.6, p. 406-22, 1998.

CASSAL, L.; GARCIA, A.; BICHALHO, P. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. **PSICO**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, pp. 465-473, 2011.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295- 316.

CONNEL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: VALDEZ; OLAVARRÍA. (Org.). *Masculinidad/es: Poder y Crisis*. Santiago do Chile: Ediciones de las Mujeres, 1997, p. 31-48.

CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DE MINAS GERAIS. Corpo de Bombeiros inaugura o Memorial dos heróis. Belo Horizonte, 6 de julho de 2018, p. 1. Disponível em: <http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/32-embm/70756-cbmmg-memorialdosherois.htm>.

CORPO DE BOMBEIROS MILITARES DE MINAS GERAIS. Bombeiros lançam projeto “Anjos de Guarda” para prevenir incêndios no Rola Moça. 8 de maio de 2017, p. 1. Disponível em: <http://www.bombeiros.mg.gov.br/component/content/article/35-bemad/62419-2017-05-08-15-27-25.html>.

COSTA, R.; MADEIRA, M. Z.; SILVEIRA, C. M. Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, n.17, 2012, João Pessoa. *Anais...João Pessoa*, 2012.

CROTEAU, J. Research on the work experiences of lesbian, gay and bisexual people: an integrative review of methodology and findings. *Journal of vocational behavior*, Amsterdam, v. 48, n. 2, p. 195-209, apr. 1996.

DARDE, V. W. S. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. *Em Questão*, Porto Alegre, v.14, n.2, p. 223-234, jul./dez. 2008.

DANNER, F. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos*, São João del Rei, n. 4, p. 143-157, 2010.

DAUDI, P. *Power in the organization: the discourse of power in managerial praxis*. New York: Basil Blackwell, 1986.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ECCEL, C. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2015.

FABRETTI, H. B. Políticas de segurança Pública: questionamentos preliminares. In: SMANIO, G. P.; BERTOLIN, P. T. M. e BRASIL, P. C. (Orgs.). *O Direito na Fronteira das Políticas Públicas*. São Paulo, Páginas & Letras, 2015, p. 23-27.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

FARIA, J. H. *Economia política do poder: fundamentos*. v. 1. Curitiba: Juruá, 2004.

\_\_\_\_\_. Poder e Relações de Poder nas Organizações. In: VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. (Org.). *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, Cap.3, 2003.

FERREIRA, J. B.; SADOYAMA, A. S. P.; CORREIA, A. F. C.; GOMES, P. A. T. P. Diversidade e gênero no contexto organizacional? Um estudo bibliométrico. *Revista Pensamento Contemporâneo*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 45-66, jul./set. 2015.

FERREIRA, R. C.; SIQUEIRA, M. V. S. O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. In: ENANPAD, n. 31, 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpad, 2007.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do Saber. 7 eds. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *Discipline and punish: the birth of the prison*. London: Penguin, 1977.

\_\_\_\_\_. Ditos e Escritos IV: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Dits et Écrits*. 4º ed. Paris : Gallimard, 1994b.

\_\_\_\_\_. Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense

Universitária. 2005, p. 307-334. \_\_\_\_\_ . *História da sexualidade*. 3° ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985b.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *O governo de si e dos outros: curso dado no Collège de France (1982-1983)*. São Paulo: Martins Fontes. 2011a.

\_\_\_\_\_. O que são as Luzes? In MOTTA, M. B. (Org.). *Ditos e escritos: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In H. Dreyfus, & P. Rabinow (Org.), *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 231 -249.

\_\_\_\_\_. *Power/Knowledge: selected interviews and other writings by Michel Foucault*. Brighton, England: Harvester, 1980.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. 1°ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 41° ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FURTADO, R. N. A atualidade como questão: ontologia do presente em Michel Foucault. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 144-156, 2015.

GARCIA, A.; SOUZA, E. M. Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. *Revista de Administração Pública (impresso)*, v. 44, n. 6, p. 1353-1377, 2010.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva. 1987.

GORE, J. M. Foucault e educação: fascinantes desafios. In: SILVA, T. T. (Org.) *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-20.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HALPERIN, D. *Saint Foucault*. Paris: EPEL, 2000.

HEREK, G. M. Stigma, prejudice, and violence against lesbians and gay men. In: GONSIORREK, J. C.; WEINRICH, J. D. *Homosexuality: research implications for public policy*. Newbury Park: Sage, 1991, p. 60-80.

HEREK, G. M. The social context of hate crimes: notes on cultural heterosexism. In: HEREK, G. M.; BERRIL, K. T. *Hate crimes: confronting violence against lesbians and gay men*. Newbury: Sage, 1992, p. 89-104.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Estratégia de sobrevivência dos gays em ambiente de trabalho. *Revista psicologia política (impresso)*, v. 13, n. 26, p. 57-74, 2013.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Corpo de Bombeiros de MG retuita Bolsonaro; comando culpa hacker. 20 de setembro de 2018, p. 1. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/20/interna\\_politica,990314/corpo-de-bombeiros-de-mg-retuita-bolsonaro-comando-culpa-hacker.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/09/20/interna_politica,990314/corpo-de-bombeiros-de-mg-retuita-bolsonaro-comando-culpa-hacker.shtml).

JORNAL ESTADO DE MINAS. Partido do Bolsonaro usa religião para atacar Marina Silva. 27 de agosto de 2018, p.1. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/27/interna\\_politica,983789/partido-de-bolsonaro-usa-religiao-para-atacar-marina-silva.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/27/interna_politica,983789/partido-de-bolsonaro-usa-religiao-para-atacar-marina-silva.shtml).

JORNAL METROPOLES. Caso seja eleito Bolsonaro quer militares no comando de ministérios. 4 de julho de 2018, p. 1. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/caso-seja-eleito-bolsonaro-quer-militares-no-comando-de-ministerios>.

JORNAL O GLOBO. Bolsonaro diz que bíblia prega armamento. 10 de agosto de 2018, p. 1. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-biblia-prega-armamento-22991102#ixzz5S77WR9gl>.

JORNAL RADAR DA BAHIA. De onde vem o heroísmo de Bolsonaro? 30 de maio de 2018, p. 1. Disponível em: <http://radardabahia.com.br/noticias/49889/de-onde-vem-o-heroismo-de-bolsonaro>.

KIMMEL, M. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 4. n. 9, p. 103-118, 1998.

KIMMEL, M. & ARONSON, A. "Military" In: *Men & Masculinities: a social, cultural, and historical*. Encyclopedia. 2005, p. 154.

LAURETIS, T. *Théorie queer et cultures populaires. De Foucault a cronemberg*. Paris: La Dispute, 2006.

LEITE, E. S. O discurso da mídia e a homossexualidade. *Cadernos de Letras da UFF*. v. 24, n. 48. p. 257-281, 2015.

LEITE, E. S.; SANNTANNA, J. A. O discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares. *Entretextos*, v. 13, n. 1, p. 441-463, 2013.

LOPES, R. T. *Os Mistérios e Mentiras da Inconfidência*. 1º ed., Discovery. 2013.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e poder. In: LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997b. p. 97.

LOURO, G. L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, G. L. (org.) *O corpo educado. Pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: autêntica, 2007.

LUNARDI FILHO, W. D. Prazer e sofrimento no trabalho: contribuições à organização do processo de trabalho da enfermagem. *Rev. bras. enferm.*, Brasília, v. 50, n. 1, p. 77- 92, MAR. 1997.

MACIEL JUNIOR, A. Resistência e práticas de si em Foucault. *Trivium*, v.6, n.1, p. 1-8, 2014.

MARRE, J. L. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 89-141. jan./jul. 1991.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAS GERAIS. Lei 5.301, de 16 de setembro de 1969. Estatuto dos Militares de Minas Gerais. \_\_\_\_\_ . Lei complementar 54, de 13 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. Edital de concurso público do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, 2018.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINTZBERG, H. *Power in and around organizations*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1983.

MISOCZKY, M. C.; FLORES, R. K.; BÖHM, S. A Práxis da Resistência e a Hegemonia da Organização. *O&S*, v.15, n.45, p. 181-194, 2008.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. *Causa mortis: homofobia: Violação de direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2000.

MOITA, G. *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade de dois lados do espelho*. Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade de Porto. 2001. Tese, Porto.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. Matei porque odeio guei. Salvador, Grupo Guei. Salvador, Grupo Guei de Bahia. ( Coleção Gaia Ciência:15). P, 256.

MOULIN, E. S.; NUNES PEREIRA, J. S. (Re)produção do heterossexismo e da heteronormatividade nas relações de trabalho: a discriminação de homossexuais por homossexuais. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n.4, p. 76-105 , 2013.

MOURA, R. G., NASCIMENTO, R. P., BARROS, D. F. (2017). O problema não é ser gay, é ser feminino: o gay afeminado nas organizações. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1478-1541.

NASCIMENTO, M. A. N. *Homossexualidades e homosociabilidades: hierarquização e relações de poder entre Homossexuais masculinos que freqüentam dispositivos de socialização de sexualidades Gblttt*. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.

NASCIMENTO, M. C. R. et. al. Práticas de Segregação e Resistência nas Organizações: uma análise discursiva sobre os “rolezinhos” na cidade de BH. *RAM*, v. 17, n. 1, p. 55-81, 2016.

NUNES, A. C. N. *BDSM em perspectiva: um olhar foucaultiano sobre a comunidade BDSM de Belo Horizonte*. Dissertação (dissertação em administração)- UFMG. Belo Horizonte, 2018.

OLIVEIRA, J. H. O corpo como significado ou o significado do corpo: poder, violência e masculinidade na polícia militar. *Revista Vivência*, v. 35, p. 101-117, 2010.

PAES DE PAULA, A.; MARANHÃO, C. Opressão e resistência nos estudos organizacionais críticos: considerações acerca do discurso da servidão voluntária e da pedagogia do oprimido. *Organizações & Sociedade (O&S)*, v. 50, n. 16, p. 463-477, 2009.

PAGÈS, Max. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PEREIRA, J. B. C. Gestão das diferenças humanas nos espaços organizacionais. *Revista de Carreiras e Pessoas*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 81-100, set./dez. 2011.

PEREIRA, R. D. Sobre heróis, coronéis e operários – notas acerca da disciplina do corpo e da ortopedia da alma em uma companhia têxtil de Minas Gerais . 2014. Tese, CEPEAD, UFMG, Belo Horizonte.

PEREIRA, R. D.; OLIVEIRA, J. L.; CARRIERI, A. P. O poder, a analítica foucaultiana e possíveis (des)caminhos: uma reflexão sobre as relações de poder em organizações familiares. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, v. 10, n. 3, p. 623-652, 2012.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos e contextos*. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-198, jan./jul. 2011.

PINTO, B. O. S.; CARRETEIRO, T. C. O. C.; RODRIGUEZ, L. S. Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em Psicossociologia. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 941-985, dez. 2015.

POCAHY, F. A. *Entre vapores e dublagens. Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. 2011, Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Porto Alegre.

POLKINGHORNE, D. E. Narrative configuration in qualitative analysis. In: HATCH, J.; WISNIEWSKI, R. (Ed.). *Life history and narrative*. London: Routledge Falmer, 1995, p. 5-24.

PRADO, M. A. *Experiências em Educação e Diversidade Sexual*. 1. ed. Belo Horizonte: MJR, 2015.

PRADO, M. A. M.; MARTINS, D. A.; ROCHA, L. T. L. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia. *Bagoas*, Natal, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009.

PRADO, M. A. M.; VASCONCELOS, R. *Normas de gênero e precarização da experiência*. In: Alexandre de Pádua Carrieri; Juliana Cristina Teixeira e Marco César Ribeiro Nascimento. (Org.). *Gênero e trabalho. Perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais*. 1ed. Salvador: EDUFBA, 2016.

PRADO, N. M. Sujeto y performatividad. in BISET, E. *sujeto: uma categoria in disputa*. Ediciones La cabra, 2015.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista de estudos feministas*. Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRESTES MOTTA, F. C.; ALCADIPANI, R. O pensamento de Michel Foucault na teoria das organizações. In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

PRINS, B; MEIJER, I. C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009&lng=en&nrm=iso)>. access on 03 Sept. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100009>.

REVISTA ISTOÉ. Frases de Bolsonaro, o candidato que despreza minorias. 24 de setembro de 2018, p.1. Disponível em: <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>)

RIBEIRO, M. O. A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem. *Rev. Esc. Enferm. USP*. São Paulo, v. 33, n. 4, p. 358-363, 1999.

ROQUE, T. Resistir a quê? Ou melhor, resistir o quê?. *Revista Lugar Comum. Estudos de Mídia, cultural e democracia*. v. 15, n. 17, p. 23-32, 2003.

ROSA, A. R. (O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. 2007. 355 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 194-211, mar./abr. 2010.

SANCHEZ, M. H. *A construção da heteronormatividade em personagens gays na telenovela*. 2013. Dissertação de mestrado - PUC-SP, São Paulo.

SANTOS, L. H. S. *Heteronormatividade e Educação*. In: Seminário de gênero e sexualidade na escola, Brasília. *Anais...* Brasília, 2007.

SANTOS, E. C.; BISPO, D. A.; DOURADO, D. P. A Utilização da Teoria Social do Discurso de Fairclough nos Estudos Organizacionais. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, v. 4, n. 1, p. 55-73, 2015.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D.; RICARDO, P. A. G. S. Estudos organizacionais e análise do discurso: aproximações possíveis. In: CARRIERI, A. P. *Análise do discurso em estudos organizacionais*. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

SCHMITT, V. G. H; COSTA, R.; NETO, L. M. Desvendando a Administração em Ambientes Militares. Coleção Meira Mattos - *Revista das Ciências Militares*, v. 3, n. 1, p. 1-15, 2012.

SCOTT, J. El problema de la invisibilidad. In. ESCANDÓN, C.R. (Org.) *Gênero e História*. México: Instituto Mora/UAM, 1989.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

SILVA, F. G. O.; SOUZA, J. A. Relações de poder em práticas escolares heteronormativas e o espaço da diversidade sexual. *Sciencult*, v. 6, n. 1, p. 416-430, 2016.

SILVA, P. C. A heteronormatividade ensinada “tintim por tintim”: uma análise das revistas *Atrevida* e *Capricho*. 2010. Dissertação. UFBA; Salvador.

SIQUEIRA, M.; SARAIVA, L.; CARRIERI, A., ANDRADE, A. (2009). Homophobia and violence at the workplace at the Federal District. *Organizações & Sociedade*, 16(50), 447-461.

SOUZA, E. M. *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. 1º ed. Vitória: EDUFES, 2014.

SOUZA, E. M.; COSTA, A. S. M.; PEREIRA, S. J. N. A organização (in)corporada: ontologia organizacional, poder e corpo em evidência. *Cadernos Ebape.br*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 727 - 742, out./dez, 2015.

SOUZA, N. C; MENEZES, A. B. N. T. O poder disciplinar uma leitura em vigiar e punir. *Saberes*, v. 1, n. 4, p. 18-35, 2010.

SOUSA, R. C.; De MORAIS, M. S. A. POLÍCIA E SOCIEDADE: uma análise da história da segurança pública brasileira. V Jornada Internacional de Políticas Públicas UFMA. n. 5, 2011, Manaus. *Anais...* Manaus: 2011, p.10.

THIAGO DE LEMES; GARRIDO, R. G. Transformações das instituições de segurança pública brasileira e seus reflexos no reconhecimento do mandato e na accountability. *Âmbito Jurídico*, v. 159, p. 1-15, 2017.

TONELI, M. J. F.; BECKER, S. Notas sobre o não reconhecimento e a imunidade de travestis e negros no palco do judiciário. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. III, n. 9, p. 1-9, 2011.

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 24, p. 127-152, Jun, 2005.

TORRES, J. W. L. Poder e discurso a partir de Michel Foucault: Breves análises sobre a genealogia do biopoder. *Revista FAFICA*, Caruaru, v. 2, n. 2, p. 62-82, 2006.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge e SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 105- 118.

WARNER, Michael. *Fear of a queer planet*. 6° ed. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora UnB, 2009.

WOODWARD, R. Warrior heroes and little green men soldiers, military training, and the construction of rural masculinities. *Rural Sociology*, v. 65, n. 4, p. 640-657, 2000.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. *Qualitative Research for Health Programmes*. Geneva: WHA, 1994.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de 1ª Instância – Comarca de Piumhi

**CONCLUSÃO**

AOS \_\_\_/\_\_\_/2013 FAÇO OS PRESENTES AUTOS  
CONCLUSOS AO MM JUIZ DE DIREITO, DA 1ª VARA  
Dr. Rogério Mendes Torres. ESCRIVÃO JUDICIAL: \_\_\_\_\_

**Processo n. 0515 12 006575-7**

Autor: Adriano Abel de Castro

Réu: Socicam Terminais Rodoviaros e Representações Jurídica Ltda.

Vistos.

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

A pretensão é de indenização por danos morais decorrentes de ofensas homofóbicas que teriam sido feitas ao autor por um empregado da ré.

Os doc. de f. 19,23 e 29 não foram contestados pela ré – conduzindo, pois, à presunção de veracidade.

Assim, a alegação, da contestação (f. 55-8), de que não puniu ninguém, é contraditória ao quanto afirmou ao autor via *E-mail*.

Isso, no entanto, não faz presunção de veracidade no quanto alegado pelo autor.

Importa consignar que o fato de se chamar um homossexual de veado não pode ser considerado homofóbico: esse substantivo está admitido nos dicionários como desinente do homem que optou pela sexualidade invertida. E, aqui o autor não negou ter feito tal opção sexual.

Já o chamamento de *“veado filho da puta”*, com a observação de que ele merece ser espancado, isso sim, é exibição de ojeriza pelo homossexual.

Tal aversão assim demonstrada tem sido chamada de *“homofobia”* - substantivo que os léxicos leigos<sup>1</sup> apropriaram como desinência da *“aversão a homossexuais ou ao homossexualismo”* e a Medicina Legal traduz como *“pavor mórbido de tomar-se homossexual”*.<sup>2</sup>

A exibição da homofobia é discriminada, digo: incriminada, dando azo, também, a reparação por dano moral.

1 cf. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa* / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – 3ª ed.- Curitiba: Positivo, 2004, p. 1054.

2 cf. *Dicionário jurídico* / Maria Helena Diniz – 2ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2005, p. 856 do vol. 2.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Justiça de 1ª Instância – Comarca de Piumhi

---

Todavia, neste caso concreto, não há prova daquela alegada irrogação.

Nem das circunstâncias em que, se isso tivesse ocorrido, como se teria dado – isto é, se, eventualmente, o tal ( e não identificado) empregado da ré teria se ofendido com alguma atitude do autor e , retorquido, saísse a proferir impropérios exibidores de usa repulsa ao homossexualismo.

Obviamente, não cabem conjecturas numa decisão judicial.

Não estou, pois, fazendo mais do que indicar o risco de uma condenação, neste caso concreto, sustentada, apenas, na afirmativa vazia de provas e sujeita a oposições tão simples como a excludente de criminalidade *retorsão imediata* ( Cód. Penal, art. 140, § 1º, inc. II).

Se não há elementos jurídicos para formação de juízo sobre a existência do fato ou ato ilícito, não cabe decisão pela procedência do consectário.

Na teoria de Bülow: á ausencia de prova da causa de pedir próxima, a demanda não prospera.

Por tais fundamentos, ***julgo improcedente*** o pedido, em todos os seus termos.

Sem despesas, *ex vi legis* (Lei 9.099/95, art. 55 e 54).

Registre-se e intimem-se.

Piumhi,

**Rogério Mendes Tôres**  
**Juiz de Direito**

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1). Fale sobre ser gay e bombeiro.
- 2). Conte um pouco sobre você e sua trajetória antes de ingressar no corpo de bombeiros.
- 3). Porque você entrou para o corpo de bombeiros?
- 4). Como foi o curso de formação? O fato de ser gay lhe gerou algum constrangimento durante o curso?
- 5). Conte sobre sua trajetória profissional e o significado de ser bombeiro.
- 6). Fale sobre sua convivência com os colegas de serviço. Eles têm consciência de que você é gay?
- 7). Em sua opinião, quais são as implicações de ser gay dentro do corpo de bombeiros?
- 8). As características específicas da organização militar facilitam ou dificultam a permanência de gays em seus quadros? De que forma?
- 9). Em que aspectos você se sente igual e/ou diferente de seus colegas?
- 10). Quais são os símbolos de poder mais respeitados nos bombeiros? (Autoridade, sexo, patentes, formação profissional, experiência etc.)
- 11). Fale sobre a hierarquia e a disciplina do corpo de bombeiros.
- 12). Você já sofreu punições? Quais? (Em caso positivo)
- 13). Você foi alvo de alguma dessas punições apenas pelo fato de ser gay?
- 14). Você já sofreu algum tipo de agressão, preconceito ou “piadinhas”?
- 15). Na sua opinião, existe alguma vigilância maior sobre bombeiros gays?
- 16). Em caso positivo, que mecanismos/estratégias são utilizados para realizar essa vigilância?
- 17). Em algum momento você chegou a ter vontade de abandonar a sua instituição? Se sim, por quê?
- 18). Como você busca relevar/enfrentar situações constrangedoras?
- 19). Gostaria de acrescentar algo?

